



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

WITER FONSECA NAVES

GEOGRAFIA DO VOTO NO TOCANTINS
INFLUÊNCIAS E DISPUTAS TERRITORIAIS NOS PROCESSOS ELEITORAIS
ENTRE 2002 E 2014.

PORTO NACIONAL – TO
Março de 2019

WITER FONSECA NAVES

GEOGRAFIA DO VOTO NO TOCANTINS
INFLUÊNCIAS E DISPUTAS TERRITORIAIS NOS PROCESSOS ELEITORAIS
ENTRE 2002 E 2014.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, sob a orientação do Professor Dr. Adão Francisco de Oliveira.

PORTO NACIONAL – TO
Março de 2019

WITER FONSECA NAVES

**GEOGRAFIA DO VOTO NO TOCANTINS: INFLUÊNCIAS E
DISPUTAS TERRITORIAIS NOS PROCESSOS ELEITORAIS ENTRE
2002 E 2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 19/03/2019


Banca Examinadora:



Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira (Orientador), UFT



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos, UFT



Profª. Dra. Ana Carolina de Oliveira Marques, UEG

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N323g Naves, Witer Fonseca.
Geografia do voto no Tocantins: Influências e disputas territoriais nos processos eleitorais entre 2002 e 2014 . / Witer Fonseca Naves. – Porto Nacional, TO, 2019.
117 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, 2019.
Orientador: Prof. Dr. Adão Francisco De Oliveira
1. Geografia do voto. 2. Geografia eleitoral. 3. Taxonomia de padrões espaciais. 4. Disputas e influências territoriais . I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEDICATÓRIA

*As conquistas humanas resultam em orgulho e por si nos levam ao prazer humano. Portanto, nos inundam de felicidade e, por resposta, nos trazem um senso inequívoco da existência humana: **a autoestima**. Tudo isso se traduz em uma grande virtude racional.*

A vida e autoestima requerem que o homem se orgulhe do seu poder de pensar, do seu poder de viver. Mas a moralidade, segundo ensinam aos homens, impede o orgulho e especificamente o orgulho intelectual, considerado o mais grave dos pecados. A virtude começa, segundo ensinam aos homens, com humildade: com o reconhecimento do desamparo, da pequenez, da impotência de sua própria razão.

*Ao contrário o orgulho intelectual não é – como os místicos irracionalmente inferem- uma pretensão de onisciência e infalibilidade. Ao contrário, precisamente porque o homem tem de lutar pelo conhecimento, precisamente porque a busca do conhecimento requer um **esforço**, os homens que assumem esta responsabilidade sentem corretamente orgulho.*

Ayn Rand in A virtude do egoísmo: A verdadeira ética do homem: o egoísmo racional.

Dedico esse trabalho a minha própria existência racional e a todos aqueles que por interesse possam vir a entender que o espírito do singular deve ser coletivo.

AOS AGRADECIMENTOS

Prefiro entender o que chamam de agradecimentos aos meus ciclos de vida e que neles encontram as parte do meu ser!

A minha origem

Para os crentes, Deus está no princípio das coisas. Para os cientistas no final de toda a reflexão.

Max Planck, Físico Alemão

Antes que meu Deísmo se torne ateísmo, ou que no processo de construção de meu ser a minha existência faça valer da força suprema que me rege, agradeço ao casal que construiu seus laços com o mundo através de mim, Maria Aparecida Fonseca Naves (Mamãe) e Antonio Naves da Cunha (Papai). Obrigado por transportar pra mim a força universal que existe em vocês!

À minha tia Luiza e primos Bruno, Gleiston e João Pedro, próximos geograficamente de mim e que na paciência parental cuidam de mim quando se faz necessário, e representam todos àqueles que me dá identidade de família grande.

Meus filhos, Lucas Naves que também está em busca deste caminho acadêmico e Guilherme Barbosa que por alguns momentos me fez refletir empiricamente sobre meu trabalho na sua atuação política.

A minha identidade

Mas eu desconfio que a única pessoa livre, realmente livre, é a que não tem medo do ridículo.

Luis Fernando Veríssimo.

Quero agradecer àqueles que me trouxeram aqui, onde tomo a identidade de Mestre da academia escolar.

Maria Eloisa de Oliveira Almeida, que por circunstâncias adversas em sua vida acabou por motivar a minha chegada ao mestrado. A Iara de Oliveira Almeida, obrigado por ter me acompanhado em parte dessa jornada pela qual me torno um homem melhor.

Agradeço a comunidade acadêmica, representada pelo meu orientador, Professor Dr. Adão Francisco, promotor de minha chegada a esse mestrado e que, por ele, encontrei pessoas que chegaram à minha vida de forma especial: Ao Professor Dr. Rosemberg Ferracini, que propiciou momentos de debates importantes sobre meu trabalho e, sua Família, Cintia Vigarinho, sua amada esposa e seus filhos, Davi Jorge e Catarina que me acolheram em sua casa, em um momento especial e me trouxeram um novo amigo, o Professor Dr. Márcio Galdino, com o qual afinei relações fraternais.

Ao Professor Dr. Roberto Souza Santos, que me incentivou a ir em frente com um trabalho que ele chama de inédito. Agradeço também aos meus professores cariocas da UFRJ e UFRRJ, Dr. Carlos Brandão, Dr. Luís Cesar Ribeiro, Dr. Marcelo Ribeiro, Dra. Hipólita Siqueira e particularmente ao meu querido Professor Dr. Nelson Rojas de Carvalho que tanto admiro como referência na Geografia Eleitoral e aos meus dois amigos de curso no Rio de Janeiro, Renan e Daniel por nossas caminhadas até a casa do Professor Nelson, discutindo Geografia Eleitoral.

E agora, ao final do trabalho, com toda a paciência devida que um cientista deve ter para aprender e apreender os caminhos da episteme, agradeço ao amigo Professor Mestre Frederico Almeida e ao colega Geógrafo Péricles Souza Lima, que pacientemente me ouviram e traduziram todos os dados de meu trabalho para as tabelas e mapas. Obrigado por quebrar a cabeça com tantos dados de elucubração.

Por fim, agradeço de maneira amorosa às minhas amigas Bruna Magossi e Jozzy Annie de Sousa, que nem são da Geografia, mas sempre leram e discutiram a Geografia do voto e acompanharam com satisfação esse meu ciclo de vida como duas companheiras aguerridas em minhas descobertas e dilemas.

RESUMO

Esta dissertação aborda a Geografia Eleitoral, o comportamento e práticas dos candidatos e parlamentares nas influências e disputas eleitorais, no período de 2002 a 2014, observando a formação de seus redutos eleitorais e na busca de práticas que levaram os parlamentares eleitos a conquistarem seus votos. Ao estudarmos essas disputas, concluímos que o distributivismo é um conceito marcante no comportamento dos deputados na constituição de seus redutos eleitorais, gerando assim uma taxonomia de padrões espaciais para a obtenção de uma cadeira na Assembleia Legislativa. A determinação da senioridade eleitoral é um traço para representar as práticas patrimonialistas e coronelistas ainda viventes no meio político brasileiro e tocantinense. A pesquisa se faz pertinente, pelo motivo de trazer uma contribuição científica ao estudo dos processos eleitorais no mais novo Estado da federação brasileira. Mesmo sabendo de nossas limitações de conclusões, dadas pela dificuldade de levantamento de informações, ao longo do trabalho e, que acabaram por nos conduzir a outro caminho na pesquisa, a partir da relação entre o comportamento parlamentar e suas influências e disputas territoriais. Nesta perspectiva, avançamos, portanto, no caminho da ciência. Todavia, buscamos um esmero científico para a compreensão das relações de poder dentro da democracia brasileira.

Palavras chaves: Geografia do Voto; Geografia Eleitoral; Distributivismo; Taxonomia de padrões espaciais; Disputas e influências territoriais.

ABSTRACT

This dissertation discusses Electoral Geography, the behavior and practices of candidates and parliamentarians in electoral influences and disputes, from 2002 to 2014, observing the formation of their constituencies and the search for practices that led elected representatives to win their votes. As we study these disputes, we conclude that distributivism is a significant concept in the behavior of deputies in the constitution of their constituencies, thus generating a taxonomy of spatial patterns for obtaining a seat in the Legislative Assembly. The determination of electoral seniority is a trait to represent patrimonialist and colonelist practices still alive in the Brazilian and Tocantins political environment. The research is pertinent, for the reason of bringing a scientific contribution to the study of the electoral processes in the newest state of the Brazilian federation. Even knowing our limitations of conclusions, given by the difficulty of gathering information, throughout the work and, which eventually lead us to another way in research, from the relationship between parliamentary behavior and its territorial disputes and influences. In this perspective, therefore, we advance in the path of science. However, we seek a scientific approach to understanding the power relations within Brazilian democracy.

Key words: Geography of the Vote, Electoral Geography, distributivism, taxonomy of spatial patterns, disputes and territorial influences.

RÉSUMÉ

Cette thèse aborde la géographie électorale, le comportement et les pratiques des candidats et des parlementaires en matière d'influences et de conflits électoraux, de 2002 à 2014, en observant la formation de leurs circonscriptions et la recherche de pratiques ayant conduit les élus à remporter leurs suffrages. En étudiant ces différends, nous concluons que le distributivisme est un concept important du comportement des députés dans la constitution de leurs circonscriptions, générant ainsi une taxonomie des schémas spatiaux pour l'obtention d'un siège à l'Assemblée législative. La détermination de l'ancienneté électorale est un trait caractéristique des pratiques patrimonialistes et colonelistes encore présentes dans l'environnement politique du Brésil et de Tocantins. La recherche est pertinente, dans la mesure où elle apporte une contribution scientifique à l'étude des processus électoraux dans le dernier état de la fédération brésilienne. Même en connaissant nos limites de conclusions, données par la difficulté de recueillir des informations, tout au long du travail et, ce qui nous a finalement conduit à un autre chemin dans la recherche, de la relation entre le comportement parlementaire et ses conflits et influences territoriaux. Dans cette perspective, nous progressons donc sur le chemin de la science. Cependant, nous recherchons une approche scientifique pour comprendre les relations de pouvoir dans la démocratie brésilienne.

Mots-clés: géographie du vote, géographie électorale, distributivisme, taxonomie des schémas spatiaux, conflits et influences territoriales.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO 1. OS ESCRITOS TEÓRICOS MAIS AMPLOS DA GEOGRAFIA ELEITORAL: A ESCOLHA RACIONAL E O INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO.	18
2.1	Geografia Eleitoral e o propósito da Geografia Eleitoral no Brasil na construção de seu território.	18
2.2	A Escolha racional e o Institucionalismo Histórico.	23
2.3	Os modelos explicativos da Escolha Racional: O Modelo Teórico Distributivista, Modelo Teórico Informacional, Modelo Teórico Partidário.....	27
2.3.1	Modelo Teórico Distributivista.....	27
2.3.2	Modelo Teórico Informacional.....	30
2.3.3	Modelo Teórico Partidário.....	32
3	CAPÍTULO 2. A TEORIA GEOGRÁFICA: O DEBRUÇAR SOBRE A CATEGORIA TERRITÓRIO E PODER.	37
3.1	Um diálogo de percepções epistemológicas sobre território e poder.	37
3.2	O território na Geografia Eleitoral e o Poder Político.....	40
4	CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DA TAXONOMIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO TOCANTINS.	57
4.1	Taxonomias de padrões espaciais.....	57
4.2	Variáveis de perfis dos parlamentares.	63
4.2.1	Variável por Período eleitoral.	64
4.2.2	Variável por perfil ideológico.....	71
4.2.3	Variável por origem do parlamentar.....	80
4.2.4	Variável por senioridade	91
5	CONCLUSÃO	105
6	REFERÊNCIAS	116

Homem em silêncio
Homem na prisão
Homem no escuro
O Futuro da nação
(Estado Violência – Titãs)

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora desenvolvido surge do interesse de desvendar as influências e disputas territoriais dentro das organizações do Estado, prioritariamente dentro do poder legislativo, pelo qual seus parlamentares buscam construir seus redutos eleitorais

Conforme denomina Raffestin (1995) há trunfos do Poder político encrustado em todo em qualquer processo eleitoral. Nas percepções contidas no decifrar desses trunfos é que se configuram espacialmente o território, gerando, portanto, uma relação de poder dos atores que disputam ou influenciam um determinado território para ali constituírem seus redutos eleitorais, suas territorialidades, suas representações e dimensões políticas geográficas.

A partir dessa constatação, criamos uma problematização que nos apresenta a leitura das disputas e influências territoriais, tendo como referência o perfil dos parlamentares eleitos nas legislaturas de 2002 a 2014, entendendo que existem disputas e influências de poder e que esse se materializa, constituindo-se em determinado território. Ao fazermos a análise das disputas territoriais dos candidatos, delineamos todo o aparato de poder dos eleitos e como os mesmos conseguem gerar os seus redutos na busca exclusiva de seu trunfo de poder: a eleição.

O objeto de estudo se justifica frente à análise dos partidos políticos e suas bancadas, com o seu nível de institucionalidade. É notório que no sistema democrático brasileiro, chamado de “democracia tardia”, há partidos com menor enraizamento na sociedade, o que somado aos problemas conjunturais causam

maior variação nos resultados eleitorais gerando assim o que podemos denominar conforme estudo realizado por Zolnerkevic (2011) de “volatilidade eleitoral”:

Em contrapartida, em semi-democracias ou democracias tardias, há uma tendência a existir um sistema partidário menos institucionalizado, ou seja, partidos com menor enraizamento na sociedade. Os sistemas eleitorais partidários foram implantados de forma artificial, transplantados dos modelos ocidentais europeus, não se desenvolvendo organicamente com a sociedade. As maiorias dos partidos historicamente nunca ocuparam um papel social de relevância que levasse a uma grande identificação com o eleitor, exceto algumas exceções, por circunstâncias históricas. A maioria deles tem sua formação de cima para baixo: das elites para as massas. Todo este panorama negativo do sistema partidário em conjunto com instabilidade econômica usual nestes países causa uma identidade partidária muito baixa e uma relação mais personalista entre o candidato e os eleitores, tendo como última consequência um maior grau de volatilidade do voto. (ZOLNERKEVIC. 2011, p. 9)

Na segunda parte de nosso trabalho, analisaremos os dados para o entendimento de toda essa dinâmica eleitoral no Tocantins, categorizando-os a partir de uma taxonomia de padrões espaciais em duas dimensões, ambas de caráter socioterritorial, baseadas no desempenho municipal dos candidatos, especialmente a percentagem que lhe coube do total de votos para membros de todos os partidos. A segunda dimensão está relacionada com a distribuição espacial dos municípios em que determinado candidato tem bom desempenho. Nessa dimensão, adotamos uma matriz epistemológica denominada Escolha Racional para a compreensão desses dados, especialmente quando se trata de organizar e tipificar os atores políticos no contexto de disputas territoriais para a construção de seus redutos eleitorais.

Metodologicamente, as compreensões dos dados estão condicionadas a modelos explicativos dos comportamentos parlamentares, sendo eles o Modelo Teórico Distributivista, Modelo Teórico Informacional e o Modelo Teórico Partidário, além de algumas variáveis para a análise do padrão de votação, como o período eleitoral, o perfil ideológico, a origem parlamentar e a senioridade.

Propusemos então um trabalho dividido em duas partes, sendo que a primeira está dividida em dois capítulos teóricos, nos quais discutimos exatamente os conceitos e categorias que permeiam o título de nosso projeto. No primeiro capítulo

conceituamos as categorias do que chamamos de Geografia eleitoral, mostrando os escritos mais amplos da chamada Escolha Racional e do Institucionalismo Histórico dentro da Geografia eleitoral. Verifica-se também aqui o desenvolvimento dessa escola teórica no Brasil e a construção do conceito de território sob o viés da geografia eleitoral, além de explicar a própria escolha racional e sua diferença conceitual com o Institucionalismo Histórico. Por fim, apresentamos os modelos teóricos pelos quais iremos trabalhar, sendo eles o Distributivista, Teórico Informacional e o Teórico Partidário. Ao longo do trabalho explicitaremos nossa opção pelo Modelo Distributivista.

Já no segundo capítulo detalharemos os conceitos de território e poder, pelos quais permearemos nosso trabalho por inteiro na perspectiva de mostrarmos que existem continuamente disputas e influências para a construção dos redutos eleitorais nos territórios onde se constituem os processos eleitorais a cada quatro anos.

Aventamos um diálogo entre várias correntes e teóricos que discutem território e poder, passando por Dahl (2012) inicialmente discutindo o conceito de Poliarquia. Na sequência, interpelamos nosso trabalho com a discussão sobre poder a partir de Arendt (1985) e Foucault (1979), mas consultando também Raffestin (1993) com a sua relação entre Geografia e poder, trazendo para a contraposição os posicionamentos de Souza (2000) e Santos (2007).

Avolumando o capítulo 2, discutimos o conceito de Território na Geografia Clássica com Ratzel (1914) e sua perspectiva sobre a formação do Estado-Nação. Para contribuir com a discussão buscamos novamente Raffestin (1993), Souza (2000) e Castro (2005), para a reconceituação do que é o Território para a Geografia política.

Na segunda parte de nosso trabalho trataremos de aplicar os conceitos de Ames (2003) e Carvalho (2003), para categorizar os dados a partir da taxonomia de padrões espaciais estabelecida pelos dois teóricos, na qual eles constroem dois índices importantes para entendermos o que buscamos com o nosso trabalho. Além dos índices, analisaremos também quatro variáveis que possibilitam o entendimento das disputas territoriais entre os parlamentares e como vai sendo moldado os vários mapas da geografia eleitoral dentro do Tocantins.

Parte 1
A TEORIA

Os donos de Brasília não podem ser eternos pior que foi, pior que tá, não vai ficar.

(Não Vou Sair - Celso Viáfóra)

Parte 1: A TEORIA

2 CAPÍTULO 1. OS ESCRITOS TEÓRICOS MAIS AMPLOS DA GEOGRAFIA ELEITORAL: A ESCOLHA RACIONAL E O INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO.

2.1 Geografia Eleitoral e o propósito da Geografia Eleitoral no Brasil na construção de seu território.

É de fundamental importância a leitura dos marcos teóricos que abordaremos nos estudos sobre a Geografia Eleitoral no Estado do Tocantins, dada a construção do trabalho ora apresentado de dissertação de mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Estado do Tocantins no Programa de Pós-graduação em Geografia do Campus de Porto Nacional.

A Geografia do Voto, também chamada de Geografia Eleitoral, vincula-se à Geografia Política. O trato deste campo acadêmico é para a compreensão das relações políticas que envolvem a dinâmica eleitoral com a categoria do território.

A vanguarda dos estudos cabe aos teóricos Andre Siegfried (1913) e Rudolf Heberle (1945), francês e alemão respectivamente, sendo que o primeiro promoveu um estudo pioneiro sobre as características físicas da França Ocidental e os seus padrões de votação e o segundo identificou as áreas onde o partido nazista tinha o seu apoio eleitoral nas eleições parlamentares da Alemanha de 1933, passo decisivo para o Pangermanismo europeu do quarto decênio do século passado;

O campo que ficou conhecido como geografia eleitoral está prestes a completar cem anos. Em 1913, uma análise inovadora foi publicada na França, por André Siegfried, sugerindo a relação causal entre o tipo do solo e a orientação do voto no norte do país, o Tableau politique de La France de l'Ouest sous La IIIe République, republicada em 1995, marca a origem deste campo acadêmico novo (TERRON, 2012, p. 10).

O desenvolvimento da Geografia do Voto transcendeu o território europeu,

passando pela Inglaterra e logo na década de 1940 do século XX, chegou aos Estados Unidos da América fundamentada em métodos quantitativos espaciais, sem preocupar primariamente com métodos cartográficos.

Em 1937 a pesquisa sobre a orientação do voto em Estocolmo, publicada por Tingstem, inaugurou a corrente metodológica da análise de estatísticas de dados eleitorais e sociais agregados, o estudo ecológico, que se tornou parte integrante da geografia eleitoral (TERRON, 2012, p. 11).

No final da década de 1940 o estudioso V.O Key constituiu uma metodologia que estudava a dinâmica das eleições e as mudanças de padrões de apoio partidário em função de um típico caráter regional, pelo qual a preferência a candidatos locais preterindo outro candidato, Key (1955) mostrou que a dinâmica das eleições e as mudanças de padrões de apoio nas eleições são decisivas para os resultados das mesmas. Esses estudos influenciaram uma geração de cientistas políticos e geógrafos políticos. *“No final da década, V. O. Key (1949) descreveu o efeito de vizinhança (friends and neighbors effect), caracterizado pela preferência a candidatos locais em detrimento de outros, e que continua a ser objeto de pesquisa até hoje” (TERRON, 2011, p. 11).*

As décadas seguintes foram marcadas por alguns teóricos que acabaram por constituir uma corrente teórica chamada de Lógica Social do Comportamento eleitoral, que privilegiou especialmente dados amostrais, com pesquisas individuais, para entender o comportamento eleitoral, tirando da centralidade do estudo o valor da categoria epistemológica da Geografia. Os trabalhos dessa corrente utilizavam de pesquisas em comunidades singulares, na busca de entender que os eleitores eram influenciados e também influenciavam as opiniões e os votos com quem discutiam sobre os processos eleitorais. Esses estudos acabaram por trazer positivamente de sua metodologia uma quantidade considerável de dados amostrais, os chamados *surveys*, como principal fonte para o entendimento do comportamento eleitoral, porém os estudos desconsideravam as categorias geográficas, com território, região e lugar.

Por volta da década de 1960 os estudos acabaram por adentrar o caráter mais individualista do eleitorado, pois eles percebiam a vinculação individual do eleitor aos partidos, sendo eles, os partidos o principal fator do comportamento

eleitoral. Assim nessa situação o poder de convencimento das campanhas eleitorais, o conceito pessoal que o candidato agregava junto de seu eleitor e particularidades que vinculavam o eleitor ao seu candidato era o objeto de estudo para a Geografia eleitoral, deixando de lado as influências dos estudos anteriores, como de Key (1955) dos estudos de vizinhança e os de influência local ou regional.

Só a partir da década de 1980 é que ressurge a teoria de Key com uma polarização de linhas de pesquisa, uma defendendo o contexto que influencia o comportamento eleitoral estabelecido pelas redes de interação social, o espaço social, quer entre amigos e vizinhos ou entre ambientes homogêneos e heterogêneos e a outra que defende o contexto geográfico, o espaço vivido, que exerce mais influência que a interação social.

É mister o entendimento da Geografia do voto no Brasil a partir dos primeiros estudiosos que já tratavam de categorizar o campo acadêmico, pois nele ainda não teremos um caráter metodológico definido.

Na tradição dos estudos eleitorais, desde os pioneiros, a análise espacial do voto mostrou-se um importante recurso para a construção de indicadores do comportamento político, sem, no entanto, constituir uma linha teórica ou um corpo de referências explicativas dos motivos de grupos nas disputas de poder e da natureza das instituições que se consolidam nas sociedades modernas. (BORGES E OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Os teóricos dos estudos do voto no Brasil, nunca deixaram de considerar que a geografia tinha papel preponderante nas análises sistemáticas dos estudos, especialmente quando da busca pelo comportamento do voto urbano-rural.

Desde a origem, com os estudos de Azis Simão e, depois, Orlando Carvalho, nos anos 1950, a sociologia eleitoral no Brasil valoriza amplamente a designação das matrizes geográficas do voto, instituindo a clivagem urbano-rural para matizar as suas classificações do comportamento político. Antecedentes a esse marco, o seminal estudo de Victor Nunes Leal já se valia do critério ecológico para balizar as suas pesquisas sobre a política tradicional praticada nos pequenos municípios do interior brasileiro. Alguns anos adiante, na linha de Simão e Carvalho, Soares propõe uma primeira plataforma de balanço das linhas de pesquisa sobre o período partidário-eleitoral posterior a 1945, em que sobressai uma ênfase na utilização das referências geográficas do voto para dar

operacionalidade a premissas da teoria da modernização (BORGES E OLIVEIRA, 2013, p. 3 e 4)

Mesmo assim, os trabalhos ora apresentados no universo acadêmico não conseguiram ainda, explicitamente, tratar da aplicabilidade do voto como um campo teórico da Geografia em si, mas sim com uma gama variada de metodologias.

Todavia, alguns autores brasileiros condensam uma percepção preliminar, explicando que a geografia do voto pode se referir a bem mais que essa associação de votos e aspectos econômicos, perpassando também pela categoria do Território e por matizes de espectros subliminarmente político-partidário de representação proporcional, majoritária e distrital mista.

Ribeiro e Souza (2010) propõe o seguinte entendimento sobre a Geografia do Voto:

Nos estudos desenvolvidos no Brasil, a ênfase tem recaído sobre os efeitos que as leis eleitorais apresentam no formato competitivo presente em cada unidade de representação onde a competição se realiza. Segundo essa interpretação, as regras eleitorais brasileiras, ao realizar a combinação entre sistema proporcional e voto personalizado, produziram resultados imediatos no padrão territorial de competição política, marcado profundamente por uma relação clientelista entre os deputados e suas bases eleitorais, que induziram os parlamentares a ações legislativas voltadas para políticas de cunho localista, de forma a conquistar os eleitores territorialmente estabelecidos. (RIBEIRO E SOUZA, 2010, p. 6).

Ao estudarmos Saugo (2007) vamos entender que para Carvalho a geografia do voto influi diretamente no comportamento do legislativo, adjetivado como paroquial - conceito eminentemente geográfico, territorial - condicionado, com o tipo de reduto eleitoral ao qual pertence o deputado em estudo.

Carvalho (2003) demonstra que ao se considerar todas as células da tipologia criada por Ames, cerca de metade dos deputados brasileiros (os que possuem dominância sobre os municípios nos quais recebem votos) são incentivados ao particularismo e ao localismo. Os demais deputados precisam mais do que recursos para suas bases, pois não lhes é possível reclamar créditos por sua obtenção. Estes tendem a apresentar projetos de caráter nacional. Portanto, para este autor, a geografia do voto dos

parlamentares permite, de certa maneira, prever o comportamento dos deputados. (SAUGO, 2007, p. 20)

Porém, quando da questão da organização de seus redutos eleitorais, aflora as influências e disputas territoriais entre os parlamentares, especialmente em função da transferência de recursos para a sustentação desses redutos. Podemos classificá-los em tipologias de proposições legislativas, caso que estudamos mais adiante no capítulo 3 de nosso trabalho. Os deputados podem propor leis que transferem recursos de maneira concentrada territorialmente e dispersam os custos por toda a sociedade, transferem recursos de maneira dispersa territorialmente e concentram custos num grupo determinado, regulando questões pontuais de determinados grupos e leis que regulamentam questões referentes a toda a sociedade. Assim, classificam-se os legisladores aos seus redutos a partir de sua dominância territorial:

Ames defende que a luta por espaço gera sua tipologia de quatro células: municípios Concentrados Dominantes, Municípios Concentrados Compartilhados, Municípios Dispersos Dominantes, Municípios Dispersos Compartilhados. (SAUGO, 2007, p. 40)

Contrário a esses estudiosos, Ames (2003) é assertivo na análise de que o legislativo se preocupa sim na efetivação de uma política orçamentária distributiva que possa chegar a suas bases e ou redutos eleitorais, sendo que o legislador de uma tipologia com votação concentrado dominante, pela qual ele tem a capacidade de reclamar benefícios para suas bases eleitorais, diferentemente dos deputados eleitos com votos dispersos, que não tendo condições de reclamar benefícios diretos a suas bases, tem então um caráter mais disperso em suas proposituras orçamentárias, podendo se assemelhar com o que de imediato vem do executivo, dando assim condições de um poder maior de barganha política em benefício a suas bases.

Para muitos deputados brasileiros, especialmente os que vêm de regiões pobres, a política é uma atividade rendosa. Para estes sair da câmara, explorar novas vias de mobilidade e, mais tarde, voltar pode ser uma boa opção. Nas condições da realidade brasileira, é mais razoável supor que os políticos buscam maximizar sua renda tendo como horizonte toda a sua carreira. (AMES, 2003, p. 182 e 183)

Todavia, Carvalho (2003) chama a atenção para um descuido de Ames (2003), que no nível de institucionalismo legislativo para a efetivação de seus redutos eleitorais generaliza o tipo Concentrado Dominante. Dessa maneira, generaliza o comportamento clientelista e perseguidor de recursos locais geograficamente para a maioria dos legisladores. Para Carvalho essa é uma limitação de explicação do funcionamento do Legislativo Brasileiro, conforme cita Saugo:

Considerando que os leitos em municípios Dispersos Dominantes também são incentivados a agir perseguindo recursos para suas bases, os deputados que são movidos pela lógica do particularismo representam em torno de 50% dos eleitos em 1994 e 1998. Isso significa dizer, que mais ou menos metade dos representantes brasileiros na câmara dos deputados compartilha seu reduto eleitoral e, portanto, não se move pela lógica distributiva. A partir desta constatação, Carvalho defende que a conexão eleitoral no Brasil é multifacetada. (SAUGO, 2007, p. 42).

Portanto, trataremos nossa fundamentação teórica a partir da leitura dos estudos de Ames (2003) e Carvalho (2003), que trabalham com padrões espaciais estaduais em duas dimensões, ambas de base socioterritorial, baseadas no desempenho municipal do candidato (percentagem que lhe coube do total de votos para membros de todos os partidos). A segunda dimensão está relacionada com a distribuição espacial dos municípios em que determinado candidato tem bom desempenho (que podem estar concentrados ou dispersos geograficamente).

2.2 A Escolha racional e o Institucionalismo Histórico.

Ao estudarmos a literatura e paralelamente analisarmos estudos sobre produção legislativa e suas relações entre a votação parlamentar subordinadas as regras eleitorais e de arranjos institucionais, não poderemos falhar com aferições que subordinem os parlamentares a um único modelo teórico que possa determinar seu comportamento, pois ao analisarmos os mesmos, podemos ver que eles acabam por ser condizentes, por vezes compartilhando seus escopos de concepção, ou às vezes só delineando suas diferenças na única condição de interpretação e aplicação no que se afirma como propósito de concepção metodológica da Geografia eleitoral; notamos que conforme Ames (2003) basicamente podemos crer

que temos quatro linhas de análise, que são adunadas como Institucionalista: *“existem pelos menos quatro linhas de análise englobadas no epíteto de “institucionalista”–refiro-me aqui à terminologia de Hall e Taylor (1994)”*. (AMES, 2003, p 23 e 24)

A Teoria organizacional, que tem como teóricos importantes March e Olsen, pelos quais o papel e as práticas institucionais são rotineiros, bem como os deveres e obrigações. Para esses teóricos as instituições são coerentes, pois as mesmas são condicionadas ao papel de atores, e que essa coerência institucional pode variar, mas que na coletividade elas agem de forma coerente.

Já o segundo grupo teórico, relaciona os custos de transação com a eficiência econômica e o formato organizacional da firma. No contexto político esses custos de transações se constroem no controle do cumprimento dos acordos, ao uso de intermediários, à punição dos que descumprem os acordos e à criação de assentimento. Os teóricos desse grupo são os economistas Ronald Coase (1937), Douglass North (1981) e Oliver Williamson (1983).

A terceira corrente metodológica, e possivelmente a mais trabalhada nos estudos de casos brasileiros é a chamada Escolha racional, pela qual definem as instituições como jogos extensivos, cujas regras repelem o comportamento dos atores, um dos teóricos dessa corrente é Kenneth A Shepsle (1987).

A escolha racional se constitui de quatro princípios básicos pelos quais ela se desenvolve enquanto teoria. O individualismo metodológico, aquele em que todos os fenômenos sociais devem ser explicados em termos de ações de indivíduos que procuram maximizar seus objetivos em determinadas condições de limitação é o primeiro princípio.

O segundo tem os atores, seus objetivos e preferências identificadas explicitamente. Já as instituições e outras características contextuais que determinam as opções dos atores também são explicitamente identificadas, junto com seus custos e benefícios e que constitui o terceiro princípio.

E por último, o princípio de que as hipóteses se originam de uma lógica dedutiva, sendo que as teorias submetidas a testes acabam por serem causais, refutáveis e internamente congruentes.

A Escolha Racional trata as restrições e os incentivos de curto prazo que dão

aos atores resultado da imposição da estrutura política. As preferências estratégicas são determinadas pelas regras formais da própria política, sendo que essa teoria sustenta que o comportamento muda quaisquer que sejam as atitudes culturais veladas, condicionadas as mudanças das instituições.

Essa afirmação de que a Escolha racional ignora as instituições não é correta segundo Ames (2003), pois ao citar George Tsebelis ele mostra que isso não condiz:

Pelo contrário, George Tsebelis (1990:40) sublinha que a abordagem da escolha racional focaliza as limitações impostas aos atores racionais – pelas instituições de uma sociedade. (...) as instituições vigentes (a regra do jogo) determinam o comportamento dos atores, o qual, por sua vez, gera efeitos políticos ou sociais. (AMES, 2003, p 25).

Por fim, Theda Skocpol, Peter B. Evans e Dietrich Rueschemeyer dentre outros formam a sociologia histórica, focalizada na sincronia e a sequência das mudanças institucionais na medida em que influem sobre áreas importantes de políticas públicas. Eles são conhecidos também como Novos Institucionalistas ou Institucionalistas históricos.

Os Institucionalistas históricos condicionam suas convergências com a Escolha Racional na preocupação de como as instituições são capazes de modelar e influenciar os atores, construindo imperativamente o controle sobre os mesmos, com restrições aos seus interesses exclusivistas.

As incongruências da Escolha Racional é que os pressupostos básicos do Institucionalismo Histórico são condicionados ao norte das regras definidas em uma coletividade, mesmo entendendo que as mesmas não tragam um resultado potencial do ator político de forma estritamente pessoal.

Ames define claramente essa incongruência ao dizer que as instituições modelam suas preferências, pelos seus instrumentos:

Como as instituições contribuem para moldar as próprias preferências, seu papel na política é muito mais amplo no quadro do IH do que num modelo estreito de escolha racional. É claro que a abrangência do IH se presta facilmente à dedução de argumentos teórica ou empiricamente vagos. (AMES, 2003, p. 26).

Ames considera que outra diferenciação entre os IH e a Escolha Racional são os pressupostos básicos pelos quais eles maximizam seus interesses, ou o que ele

chama de utilidades. Quando há uma gama de informações precisas, essas utilidades são benéficas aos atores políticos, recompensando essa maximização de utilidades.

Mesmo que somente uma pequena percentagem de atores maximize utilidades, o resultado social disso muitas vezes equivale ao obtido caso todos os atores maximizassem. E a seleção natural favorece os que maximizam, porque as estratégias de maximização são recompensadas. Em suma, a ideia de maximização de utilidades ainda é uma hipótese útil para o estudo do comportamento dos atores políticos. (AMES, 2003, p 26, 27)

Uma última incongruência está na forma de interpretação das preferências dos atores. Para a Escolha Racional as preferências são mais conjecturais do que explicativas, elas estão associadas aos interesses pessoais.

Os institucionalistas históricos sustentam que os contextos institucionais forjam os objetivos dos atores. Os interesses de classe, por exemplo, são muito mais uma função das posições de classe, mediadas por instituições como os partidos e os sindicatos, do que de uma escolha individual. Para os institucionalistas históricos, somente análises fundamentadas na história podem apontar os objetivos que os atores buscam maximizar e explicar por que eles destacam determinados objetivos e não outros. (AMES, 2003, p 27).

Adotaremos a Escolha racional como escola metodológica de nossos estudos, quando do estudo do comportamento parlamentar teremos os modelos teórico Distributivista, Informacional e Partidário como modelos explicativos. Esses modelos acabam por comungar, sob vários aspectos, o institucionalismo histórico. De fato, os modelos compartilham de uma ideia básica: as instituições e seus arranjos importam e são de grande percepção, seja para delimitar os comportamentos dos parlamentares, seja para compreendê-los do ponto de vista da geografia eleitoral.

Partiremos então para a compreensão dos estudos legislativos a partir dos modelos teóricos adotados na Escolha Racional, pelos quais podem ser analisados os comportamentos dos legisladores no Brasil. Consideraremos mais pertinente o prisma de nossas análises o modelo distributivista, pois a partir dele somado aos dados empíricos que coletamos é que norteamos o objetivo central de nosso trabalho, pelo qual poderemos descrever as influências e disputas territoriais na

composição das leis orçamentárias entre 2002 e 2014 no Estado do Tocantins.

2.3 Os modelos explicativos da Escolha Racional: O Modelo Teórico Distributivista, Modelo Teórico Informacional, Modelo Teórico Partidário.

2.3.1 Modelo Teórico Distributivista.

Os processos e estratégias que permitem os congressistas conquistarem uma vaga no congresso dentro do processo eleitoral são determinadas por métodos que o candidato utiliza para chegar a esse fim. A compreensão mais detalhada desses processos políticos pode ser denominada de modelos teóricos, sendo que o distributivista é um deles. Para Carvalho (2003) esses modelos teóricos se explicitam dentro do processo político permeando as necessidades parlamentares diante de seus eleitores.

No que diz respeito à matriz teoria distributivista, cabe desde já adiantar que, em seu ponto de partida negativo, essa matriz começa por descartar a relevância tanto do sistema partidário, quanto da estrutura institucional interna do Congresso com determinantes explicativos relevantes dos resultados políticos (political outcomes) produzidos no âmbito do legislativo. Do ponto de partida positivo do modelo consiste na suposição segundo a qual o elemento-chave para a explicação da produção e organização legislativas se localiza em esfera externa ao congresso, a saber, no momento eleitoral: a forma e os procedimentos pelos quais os representantes se elegem estariam na raiz não só do que se produz no Congresso, mas também da moldura institucional ali observada: a lógica da produção das leis, a estrutura das comissões e subcomissões, o comportamento dos representantes e das lideranças partidárias estariam a responder a necessidades localizadas no “momento” eleitoral, A lógica do Congresso, as propriedades da produção legislativa, nessa perspectiva, só podem ser compreendidas, portanto, a partir da visualização de uma conexão que não se trata nem da conexão partidária e muito menos da organizacional, mas antes da conexão eleitoral. (CARVALHO 2003, p 32.)

É a conexão eleitoral o pressuposto para a perpetuação do legislador dentro do institucional, é dessa maneira que sua organização legislativa e sua produção se dão. A conexão eleitoral é fonte primária para a perpetuação do parlamentar na Assembleia.

As escolhas e os comportamentos dos deputados devem ser compreendidos em função da forma como eles se elegem e do tipo de relação que estabelecem com seus eleitores, a qual é construída já no processo de disputa dos votos necessários para se eleger, que por sua vez necessita das características do sistema eleitoral.

O distributivismo tem teoricamente uma perspectiva de análise no individualismo metodológico como principal ferramenta investigativa, assumindo com elemento de sua análise não os partidos, as bancadas corporativas ou até mesmo os arranjos institucionais do Congresso, mas sim o parlamentar exclusivamente; basta dizer que o Presidente da Assembleia ou do Congresso tem fundamental importância em todo processo interno que acaba por decidir a pauta e a necessidade política de inúmeros fatos políticos.

O cerne da questão é o comportamento do parlamentar dentro do congresso, a organização legislativa, as manobras e os feitos parlamentares dentro da área institucional trazem o entendimento de que o objetivo de qualquer parlamentar está não dentro do congresso, mas sim fora dele, no momento eleitoral. Toda a lógica de organização política e a produção das leis, as estruturas regimentais do parlamento tendem a se organizar para o mesmo fim, o eleitor, ou para os interesses dos parlamentares para atenderem aos seus redutos ou porção eleitoral.

Dessa maneira fica claro que o que interessa ao parlamentar é sua reeleição, sendo o principal objetivo dos deputados garantirem uma boa relação com seus eleitores e com seus redutos eleitorais. Somando a isso o sistema eleitoral e as regras da casa legislativa. Esse é o fim único para todo e qualquer parlamentar, sua reeleição.

Esse processo parte do princípio de que para alcançar seu trunfo o parlamentar estabelece uma mecânica eleitoral clientelista, contentando suas bases eleitorais, propiciadas pelo atendimento de suas necessidades e demandas.

Institucionalmente, dentro do parlamento os congressistas viabilizam esses interesses a partir de suas inserções nas comissões permanentes, pelas quais viabilizam juridicamente seus redutos eleitorais, gerando seu poder de territorialização da política distributivista.

Para Ames (2003) todo esse processo de disputa é resultante do desejo de maximização das chances de se reelegerem, agindo com proposituras diferentes

para alcançarem de fato o que é sua meta, a reeleição:

Os legisladores têm preferências diferentes e, o que é mais importante, age com intensidades diversas nessas preferências. Essa variação cria oportunidades de obter vantagens recíprocas pela troca de favores. (AMES, 2003, p 282).

Essa argumentação é resultado de uma teoria baseada na abordagem distributivista denominada de Equilíbrio induzido pela estrutura, na qual fica claro o jogo de interesses dos parlamentares, especialmente quando os mesmos acabam por trocar um conjunto de favores para manter-se no poder e especialmente alcançarem suas metas no que tange o atendimento das demandas de seus eleitores na condição de busca da reeleição.

Os representantes dos fazendeiros votam a favor de reformas urbanas, e os representantes urbanos retribuem aprovando medidas de proteção do preço das commodities. Em sistemas eleitorais de base geográfica, essa espécie de troca redundam em vantagem para todos, porque traz benefícios para as regiões ajuda a melhorar as perspectivas eleitorais dos parlamentares. (AMES, 2003, p 282).

O comportamento dos legisladores é a chave explicativa para os cálculos políticos de ordem individual para que possa chegar ao seu objetivo final após quatro anos de legislatura, isso não significa que eles sejam irresponsáveis com uma perspectiva meramente corporativista, na qual são capazes de gerarem gastos que coloquem em desequilíbrio fiscal e orçamentário o Estado, pelo contrário seu comportamento em relação a isso é de responsabilidade, dadas as condições conjunturais, necessidades econômicas e regras procedimentais, beneficiando-se do seu comportamento, mesmo que seja conservador do ponto de vista das políticas fiscais e orçamentárias.

Os legisladores tentem a buscar políticas de custos baixos e, especialmente, difusos e dispersos pelo público em geral, e que tenham benefícios concentrados em grupos ou regiões específicas; onde nenhum grupo social possa se identificar como dono da mesma e com seus benefícios desagregados o bastante para que os seus beneficiários assim se percebam de forma exclusiva ou ao menos privilegiados. Demonstram-se, portanto cooperadores entre si e com suas legendas partidárias os parlamentares, mas apenas na medida em que isso lhes assegura, de forma real ou potencial, ganhos individuais. Eles são capazes de distinguir quais comissões são

mais importantes para seus arranjos políticos, que possam garantir a sustentação de suas bases eleitorais, especialmente aquelas que acabam sendo congruente ao seu resultado final, a reeleição.

Cabe ressaltar que para viabilizarem esses mecanismos de políticas de baixo custo ou até mesmo seus interesses individuais os políticos precisam se organizar institucionalmente dentro das comissões de políticas públicas, cujas áreas mais se aproximam de suas necessidades políticas, que estão intimamente ligadas às retroalimentações de suas bases eleitorais. Para tanto uma personagem passa a ser importante nesse processo, a da liderança partidária. Ela será de extrema funcionalidade, pois atuará de forma particularista, viabilizando os projetos dos parlamentares ligados aos blocos de deputados.

Podemos então entender que o modelo distributivista dá ênfase teórica e metodológica, à atuação do parlamentar, enquanto indivíduo ao analisar suas estratégias em termos de transferência de recursos, benefícios e favores de forma concentrada, ou seja, para os seus redutos eleitorais, significando, portanto o fortalecimento das personagens locais, como as lideranças políticas, lideranças religiosas, grupos que atuam economicamente ou qualquer personagem que tenha de influência sociopolítica que gere o trunfo do parlamentar: a sua reeleição.

2.3.2 Modelo Teórico Informacional.

As disputas por recursos que propiciem condições para os parlamentares alimentarem suas bases eleitorais no modelo distributivista saem justamente do plenário, no qual uma heterogeneidade de necessidades e até de disputas acabam até por empobrecer ou mesmo limitar as condições de uma conexão eleitoral com as bases, não possibilitando um arranjo nas disputas territoriais para um processo de reeleição dos deputados. Tudo isso resulta no individualismo metodológico que tende a gerar seus interesses apenas na demanda de seus redutos eleitorais.

O modelo informacional é muito parecido com essa construção, todavia ele se aparta metodologicamente do distributivista quando ele dá organização às suas disputas fora do plenário legislativo, e o coloca em um patamar mais elevado, com um grau de informação maior que se relaciona com a elaboração da Lei

Orçamentária a partir das comissões e assim tende a ter parlamentares mais técnicos ou com um histórico de atuação (militância) em determinada comissão específica.

Dessa maneira, diferentemente o modelo informacional, não se condiciona a demanda de suas bases eleitorais especificamente, mais sim a oferta que as comissões adquirem com seu grau de técnica com as inúmeras informações que detêm. Carvalho explicita claramente essa distinção:

As semelhanças se esgotam, contudo, em tais premissas. Enquanto na visão distributivista as comissões são consideradas agentes de distribuição, diminuindo os custos de transação e maximizando os ganhos de troca, na visão informacional aparecem com fatores especializados. (CARVALHO, 2003, p 39).

As comissões têm possivelmente um caráter técnico-político, com parlamentares que se organizam por suas bancadas ligadas às políticas públicas, além de serem de comissões específicas pelo grau de atuação política, como por exemplo, a comissão de Desenvolvimento Urbano, Comissão de Educação ou de Saúde.

Essas comissões acabam por se descreverem como arbitrárias, tornando suas escolhas mais forte diante das escolhas particularizadas dos parlamentares que disputam recursos em plenário, que por sua vez dá o incentivo de endossamento a qualidades técnicas ou de especializações das comissões, tornando o Modelo Informacional mais qualificado para equilibrar internamente o parlamento. Limongi (1994) descreve claramente esse aspecto:

Para a teoria informacional, o ponto ótimo, organizacional, “é garantir que as decisões sejam tomadas no maior volume de informação possível, assegurando, assim, que os ganhos advindos da maior especialização de seus membros sejam realizados. Uma organização será eficiente se for capaz de estimular e retribuir a especialização”. (LIMONGI, 1994, p 22.).

Essa condição arbitrária dos deputados que detêm a capacidade técnica acaba por criar certo conflito entre os interesses individuais e coletivos, pois os mesmos tendem a direcionar as políticas para o atendimento de seus interesses pessoais, podendo distanciar-se da preferência média do conjunto dos parlamentares. Dessa maneira o grande desafio das comissões é assegurar o processo de especialização que garanta ganhos coletivos, sem permitir que os

deputados especializados se tornem privilegiados, agindo em função única de seus interesses.

Ao contrário do que querem os distributivistas, as comissões, na visão informacional, além de heterogêneas na composição, abrigarão membros cuja preferências se mostram mais próximas àquelas do legislador mediano. Ora o plenário só estaria se conduzindo de forma racional se atribuísse privilégios a comissões representativas, se o objetivo do legislador consiste em desenhar a boa organização legislativa, capaz de minimizar as perdas e de maximizar os ganhos da especialização. (CARVALHO, 2003, p 40).

Podemos então concluir que o modelo informacional deve ter por resultado a média proporcional de representação partidária ou do plenário, diminuindo assim as polaridades de interesses individuais, muito comum no modelo distributivista. Os adeptos do modelo informacional têm claro que o parlamento em seu conjunto é possível de fiscalizar atentamente as comissões na garantia de que todas as opiniões e proposições políticas presentes no plenário sejam nelas asseguradas e representadas.

2.3.3 Modelo Teórico Partidário.

O desprezo dos partidos como objeto de análise do processo político parlamentar, especialmente em função de seu enfraquecimento como instituição capaz de organizar o comportamento dos congressistas sempre foi considerado pelos dois modelos teóricos que tem como convergência o individualismo e a organização legislativa de forma a dar força às comissões técnicas: o distributivista e informacional.

Os estudos advindos de Limongi e Figueiredo (1995) pelo qual comprovaram que os procedimentos institucionais, especialmente no que tange a indisciplina e o reducionismo partidário são equivocados e deram condições para que epistemologicamente pudéssemos chegar ao modelo teórico chamado partidário.

O modelo teórico Partidário se acomoda no que Ames (2003) descreve como sendo um modelo institucional sem muita coerência, especialmente se for tratado de forma unitária. O elemento modelo de todo o sistema de comissões deve ser entendido a partir dos partidos e não mais como é notado nos modelos

distributivistas e informacional, no parlamentar.

Limongi (1994) descreve que a força de decisão é do partido, que é dada pelo poder que eles têm de controlar a agenda dos trabalhos legislativos definindo quando, e o que será apreciado em plenário, inclusive as propostas advindas das comissões, que no modelo informacional têm sua maior força. Admite-se, portanto que o partido majoritário tem poder para não incluir na pauta proposições contrárias as suas preferências.

Ainda em estudo de Limongi (2001) mostra que o Congresso Brasileiro não é um impedimento para a boa governabilidade do país. Entre 1989 até 1998, 69% dos projetos do executivo foram aprovados pelo Legislativo e se tornaram lei. Além dessa observação, salientamos que a taxa de aprovação dos projetos em que o Executivo tem prerrogativa de iniciativa, ou seja, projetos encaminhados apenas pelo executivo, pois ele tem direito institucional de propor, como por exemplo, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias é comum uma coalização partidária para aprovação da agenda do Governo.

Nota-se que essa coalização partidária se dá pela fidelidade dos parlamentares ao executivo não necessariamente pelas relações estabelecidas individualmente, mas sim, pelo partido que serve de base de apoio ao executivo dentro do parlamento, assim o parlamentar segue o líder do partido.

Os estudos empíricos que acabaram por comprovar que os partidos políticos são condutores de disciplina a seus membros através de mecanismos criados pelo Regimento Interno do Congresso Nacional, tais como o Colegiado de Líderes e da Mesa Diretora.

Há de se notar que os partidos controlam os nomes que formam as comissões, seria então, mais propositivo defender e votar projetos na comissão do que em plenário, pois quando da chegada ao plenário, a bancada de legenda partidária apenas referenda as proposições vindas das comissões. Por isso, é mais estratégico privilegiar as propostas que estejam mais afinadas com os interesses dos partidos, especialmente daquele que detém a maioria parlamentar. Pois do contrário, os parlamentares estariam condenados a fracassarem continuamente nas tentativas de assegurar vantagens localizadas por meio individual com os parlamentares.

Percebe-se que os deputados para se reelegerem precisam e dependem da reputação diante do eleitorado e de seu partido. O partido assim cria formas de influências para limitar as atitudes de seus membros (digo, disciplina) como recurso para garantir também a reputação partidária, condição *sine qua non* para sua legitimação como instituição política.

Carvalho (2003) descreve esse nível de disciplina partidária pela relação estabelecida entre o Partido e o executivo na troca de cadeiras no executivo, como é o caso do preenchimento das cadeiras ministeriais.

Quanto mais coalescente for o gabinete, ou seja, quanto maior a correspondência entre o número de ministérios ocupados pelos partidos e o percentual de suas respectivas bancadas, mais disciplinadas será o comportamento dos deputados que pertencem aos partidos nas votações nominais. (CARVALHO, 2003, p 49).

Percebe-se que nenhum parlamentar tem sozinho capital político para decidir ou mesmo influenciar as comissões ou o próprio plenário, por isso é necessário cooperar, e os partidos seriam os agentes principais dessa cooperação. Todavia ao passo do fim do mandato do executivo os atores políticos voltam para proposituras mais individualistas, de ordem distributivista ou informacional, garantindo espaço dentro das comissões e se fortalecendo no plenário do legislativo.

Todo o jogo político se constitui pelo viés do Partido político por que nenhum parlamentar sozinho é capaz de construir ou interferir, por exemplo, nas decisões do Executivo e na formulação de políticas públicas para serem votadas em plenário; Ames (2003) relata isso claramente quando trata da disciplina partidária.

Na Grã-Bretanha e na Argentina, por exemplo, os partidos são atores principais e é possível entender o jogo parlamentar sem fazer muitas referências aos deputados considerados individualmente. Ninguém ousaria afirmar que a atuação dos partidos brasileiros no Legislativo tem o mesmo peso dos peronistas na Argentina o do Partido Trabalhista na Grã-Bretanha. Contudo, os líderes partidários organizam o calendário parlamentar no Brasil, participam de negociações legislativas e fazem a mediação entre os deputados e os ministros. (AMES 2003, p 237.)

A composição do modelo teórico partidário acaba por fortalecer algumas práticas no legislativo, como por exemplo, a formação de cartéis legislativos, nos quais um ou mais partidos usurpam o poder de agenda concentrado na estrutura da

– presidência das comissões e liderança – e determinam o tempo e o conteúdo da agenda do legislativo conforme suas necessidades de barganha política. Tudo isso é resultado de uma estrutura de decisão centralizada na figura de duas ou mais instâncias como a presidência da câmara e o colégio de líderes.

O vigor desse modelo teórico acaba por ser conduzido dentre da própria amplitude de força do executivo. O veto, pedido de urgência e medidas provisórias são institutos da legislação que possibilitam maior força do executivo diante do legislativo. Mister é entender porque então os governantes acabam por fazer governos de coalização, pelo qual a governabilidade é mais fácil e fluída.

Essa situação se insere na exclusiva condição de não ter maioria de seu partido no legislativo, padecendo de uma base parlamentar de sustentação com suficiente capacidade de garantir a aprovação dos projetos do executivo, além do mecanismo que a própria constituição coloca para aprovação de determinados projetos, como é o caso das emendas constitucionais, pela qual é necessária uma supermaioria de três quintos da casa legislativa, tanto para câmara como para o Senado.

Essa dificuldade está associada ao próprio sistema eleitoral brasileiro, que fragmenta a força do executivo pelo direito do pluripartidarismo no Brasil. Ames (2003) relata que o número de pequenos partidos vem crescendo assustadoramente desde 1991 e com muito pouca ou nenhuma disciplina de seus parlamentares.

Conforme já vimos, umas das causas das dificuldades do executivo é o sistema eleitoral, que fragmenta o apoio partidário e multiplica o número de pequenos partidos. Entre 1986 e 1990, quatro partidos controlavam cada um mais de 5% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Nas duas legislaturas pós-1991, oito partidos tinham mais de 5% das cadeiras em cada período, mas em ambos os casos, o maior partido controlava apenas 25% das cadeiras da Câmara. Em consequência, mesmo que todos os partidos apresentassem um programa coerente, e mesmo que todos fossem perfeitamente unidos, os presidentes precisariam de coalizões partidárias para governar. (AMES, 2003, p 205).

A coalização neste caso passa a ser obrigatório para o executivo, o Modelo Teórico Partidário faz dos cargos do executivo uma arma fundamental para apoio parlamentar. Todo e qualquer Presidente ou Governador calcula quantos votos legislativos podem alcançar quando distribuem suas pastas aos partidos, todavia a

disciplina partidária ainda é baixa, por que os líderes partidários não têm domínio total ou garantido de suas bancadas para um processo de disputa dentro do legislativo, que possa o executivo ganhar com ampla margem de votos. Dessa maneira a coalização é a única saída para os processos de disputas.

O verdadeiro teste de qualquer estratégia de alocação são os ganhos ou perdas globais, expressos em apoio partidário, de uma determinada distribuição de pastas ministeriais (...). Mas esse efeito é não só pequeno como dependente da hipótese simplificadora de que cada partido recompensa ou pune o presidente na mesma medida em que sua cota de ministérios excede ou fica aquém de sua cota de cadeiras no Congresso. (AMES, 2003, p 207).

A dificuldade que qualquer Presidente ou Governador de manter sua base de sustentação equilibrada parece ser simples, todavia a superação dos miúdes e dos individualismos parlamentares acaba por ser complexa, devido à fragilidade e indisciplina dos parlamentares que se preocupam muito mais com seu eleitorado pessoal e seus interesses particulares do que com as questões de caráter nacional ou estadual no caso das Assembleias Legislativas. A facilidade que teria um Presidente ou Governador de distribuir benefícios clientelistas pessoalmente faz com que seja necessário reduzir a eficácia das políticas distributivas que o Executivo adota para costurar suas coalizões. E como as políticas distributivas são mesmo eficientes, é preciso gastar mais dinheiro. Conclusão é que o sistema se torna ainda mais tendente a gerar benefícios unitaristas em detrimento de políticas de alcance nacional.

Território é uma parcela de terreno utilizada como forma de expressão e exercício do controle sobre outrem. (Human Territoialy: Its Theory and History – Robert Sack).

3 CAPÍTULO 2. A TEORIA GEOGRÁFICA: O DEBRUÇAR SOBRE A CATEGORIA TERRITÓRIO E PODER.

3.1 Um diálogo de percepções epistemológicas sobre território e poder.

As sociedades organizadas se estabelecem por uma ordem institucional cada vez mais aprimorada, na qual a possibilidade de influenciar o universo político pela representatividade eleitoral é a cada momento mais real e explícito. Para Dahl (2012) essa capacidade de representação é chamada de Poliarquia, na qual o desenvolvimento político dá garantia de uma disputa, de uma competição ou rivalidade entre o Estado e as organizações; essa disputa é conceituada por ele de Oposição Pública.

Dahl expressa que o Estado é capaz de se responsabilizar pelas demandas geradas pelos seus cidadãos na busca de uma igualdade de representatividade a partir de uma contínua responsabilização institucional. Todavia o Estado não tem tido a capacidade de constituir essa igualdade, mas sim gerado um equilíbrio entre a democratização e a oposição pública como ora suscitado em seu estudo sobre democracia:

Neste livro, gostaria de reservar o termo “democracia” para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos.

(...) Parto do pressuposto também de que, para um governo continuar sendo responsivo durante certo tempo, às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais. Todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas. (DAHL, 2012, p. 25, 26).

No entanto é exigência sabermos que esse equilíbrio de forças não é tão bem assim, pois há de ser considerado que as relações políticas e institucionais e as

suas multiplicidades estão sempre dispostas a conflitos, daí o surgimento de um conceito importante nesse processo, o conceito de poder.

A conceituação de Poder pode ser superposta ou associar-se a outros conceitos como violência, dominação, autoridade e competência. Essas superposições muitas vezes acabam por confundirem o entendimento sobre o conceito de Poder.

Toda e qualquer manifestação de Poder está ligada ao exercício do mesmo, assim há de salientar que é necessário fazer determinadas indagações sobre o Poder: Quem tem domínio nessa relação? Quem exerce força, influência ou tem autoridade sobre o outro?

Nota-se que todas essas indagações foram observadas por Hannah Arendt (1985) para esclarecimento de cada conceito e a não superposição dos mesmos:

Por trás da confusão aparente e cuja luz todas as distinções seriam, na melhor das hipóteses, de pequena importância, a convicção de que a questão política mais crucial é, e sempre foi à questão de: Quem governa quem? Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimas por terem a mesma função. É apenas depois que se cessa de reduzir as questões públicas ao problema da dominação, que as informações originais na esfera dos problemas humanos deverão aparecer, ou antes, reaparecer, em sua genuína diversidade. (ARENDR, 1985, p. 23-24).

Estar no poder, nada mais é do que estar investido de um Poder dado por um determinado grupo social. Nessas condições o poder emanado aos parlamentares nada mais é que uma representação da força de um determinado grupo social, compreendido de investidura de um conjunto de eleitores, dos quais o parlamentar representa conforme sustenta Hannah Arendt:

O Poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O Poder jamais é propriedade de um indivíduo, pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no poder estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde se originara o poder (protestar in populo,

sem um povo ou um grupo não há poder) desaparece, o seu poder também desaparece (ARENDR, 1985, p. 24).

Acreditando na concepção de Dahl (2012), pela qual existe a necessidade de aprimoramento responsivo do Estado diante da sociedade é que Foucault (1979) conceitua que o Poder não emana apenas do Estado. No Poder existem multiplicidades na forma de se construir e de se manter o mesmo. O próprio Dahl (2012) ao dizer que existe uma posição de oposição como padrão de medida para entendermos uma Poliarquia ou até mesmo mais civilizadamente uma democracia, ele reforça exatamente o que Foucault diz como preposição para entender o que é o Poder: *“que là où il y a pouvoir, il y a résistance et que pourtant, ou plutôt par là même, celle-ci n'est jamais en position d'extériorité par rapport au pouvoir”*¹ (FOUCAULT, 1976, p.127)¹.

Em seu livro *microfísica do poder*, Foucault (1979) analisa o conceito de poder desprendido de uma teoria geral, ligado ao que ele condicionou chamar de poder periférico, distinto do Estado.

Uma coisa não se pode negar às análises genealógicas do poder: elas produziram um importante deslocamento com relação à ciência política que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder. (FOUCAULT, 1979, p XIII).

Ao buscar a genealogia do Poder, Foucault entende que não existe um poder imanente, pois ele só existe por que alguém exerce o mesmo sobre alguém ou alguma coisa, ele é onipresente, ele está em tudo e em todos os lugares. Acredita-se que seu gên se dá por uma prodigalidade de relações, ele atinge o ente social a partir do simples contato, da dependência ou da necessidade de troca nas relações e que todas necessitam de fato de um nó modal para seu exercício.

Esse nó modal é nada mais que a materialidade espacial da relação de poder exercido sobre outrem delimitado espacialmente no que chamamos de Território. O território é a cena do poder, é onde a onipresença do poder se dá, amparando todas as relações sociais que se estabelecem nessa espacialidade.

Trataremos por todo nosso trabalho de levar o entendimento de que as

¹ Tradução própria: Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (FOUCAULT, Michel, *Histoire de la sexualité*, 1. La volonté de savoir, Paris, Éditiones Gallimard, 1976, p.127).

disputas e influências territoriais estão enviesadas e emaranhadas pelo poder, pela necessidade de materializar espacialmente essas relações de dominação dos parlamentares sobre determinados grupos de eleitores, que acabam por constituírem seus redutos eleitorais, nos quais eles adquirirem o Trunfo do Poder.

O Trunfo do poder é a intencionalidade maior do poder, da dominação, é ele que traz aquilo que é verdadeiro na relação de poder entre os objetos, os indivíduos ou qualquer relação que possa ser entendida. Esse trunfo de poder na Geografia Eleitoral é a conquista do processo eleitoral pelos parlamentares nas eleições, seja em sua primeira eleição ou reeleição.

A relação dissimétrica que o poder tem com outrem é visto no controle e na dominação sobre os homens e sobre o que se torna objeto. Se entendermos que nessa força de poder a população, somada ao território que é a espacialidade desse exercício de poder tem como resultado o seu trunfo de poder, aquilo que estava intencionalmente toldado.

3.2 O território na Geografia Eleitoral e o Poder Político

Em seu livro *Por uma Geografia do Poder*, Raffestin (1993) trata de organizar o conceito de poder a partir da construção de uma tríade de sinais: População, Território e Recursos, pois nessa tríade está a genealogia do poder.

O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem às capacidades virtuais de transformação, ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. (...) O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, uma vez que a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 58)

Estudaremos com melhor altivez o conceito de território dentro da Geografia Política para que possamos dar as devidas elucidações em nosso trabalho do quanto é importante o mesmo, especialmente por que é nele que se dão as disputas e influências para a constituição dos redutos eleitorais dos parlamentares do Estado do Tocantins, pelo viés de um sinal de poder – traduzido em nosso trabalho pelo território.

A perspectiva de um parlamentar no modelo Teórico Distributivista pode se associar a concepção de Raffestin (1993), quando da construção das linguagens da Geografia de Estado², especialmente na atribuição dos signos³ utilizados por ele. Sendo que os sinais⁴ identificam o que é singularizado em nossos estudos como eleitorado e Raffestin chama de população.

Esses signos sevem para identificar e caracterizar a população na condição de fator da potência. Na Geografia do Estado, a população perde seu significado próprio, isto é: é concebida, e não vivenciada. Ela só tem significado pela ação do Estado. Seu significado deriva da finalidade do Estado. De fato, se notará que os signos utilizados permitem muito mais definir e exprimir um potencial do que uma identificação diferenciada. (RAFFESTIN, 1993, p. 26).

Para uma conceituação das categorias geográficas, especialmente o território esses signos acabam por construir as relações de poder, assinalada dentro dos modelos teóricos da Geografia eleitoral, que mais à frente no capítulo III explicitaremos em uma taxonomia espacial elaborada por Ames (2003) e estudada por Carvalho (2003), de forma que os mesmos servem como moeda de troca para o fim comum de todo e qualquer parlamentar, sua eleição ou reeleição conquistada.

Raffestin estabelece que esses signos sejam suscetíveis de uma ampla utilização, para que prevaleça uma relação de poder. Os signos, nominados como

² Ler capítulo I item III, p. 22-29 – A linguagem da geografia do Estado in: Por uma Geografia do Poder, Claude Raffestin, 1993, Ed. Ática, São Paulo.

³ O que Raffestin denomina de signos, são os elementos que potencializam e dão força de poder para a formação da tríade, população, território e autoridade (recurso), que forma o Estado. São esses signos que constituem a origem do Estado e sua qualidade única de poder político.

⁴ O que Raffestin denomina de sinais são os elementos que compões os signos da tríade que constituem o Estado, na população os sinais mais representativos são: densidade, números, distribuição, estrutura, composição, territorialidade. Em nosso trabalho esses sinais são expressos pelas disputas, influências, Lei Orçamentária, Índices de conexão, Taxonomias como concentração, dispersão, dominância e compartilhamento de votos, além de outros que acabam por compor a reconceituação dos elementos que dão a qualidade de fator de potência ao poder.

sinais (população, território e recurso) só servem para exprimir na Geografia eleitoral a prevalência das funções do Estado e de suas organizações (os entes de poder – especialmente o Legislativo e o Executivo) que tem por fim a sua forma de Poder.

Essa forma de Poder é marcada pela presença do Estado, que é marcada pela soberania de uma população, constituindo o exórdio do Estado: *“Três sinais são mobilizados para caracterizar o Estado: a população, o território e a autoridade. Toda a Geografia do Estado deriva dessa tríade”* (RAFFESTIN, 1993, p 23).

A construção da identidade do primeiro sinal da tríade do Estado, a população, caso aqui estudado e ressignificado como eleitor, traz conforme Raffestin a premissa do que ele nomina de “fator da Potência – Geografia de Estado”. Ela ultrapassa o conceito de população simplesmente, deixa de ser a própria população e passa a ser à força do processo eleitoral, pois seu significado agora é numeral, quantitativo para a perpetuação do poder do político na estrutura das organizações, do próprio Estado: *“O número exprime uma ideia vizinha à dimensão e, portanto, correlata à potência. Aliás, de sua combinação resulta um “número puro”, integrável em qualquer estratégia: a densidade”* (RAFFESTIN, 1993, p 26).

Nos modelos teóricos da Geografia eleitoral esse conceito de densidade pode ser expresso nos padrões de concentração e dispersão dos votos, pois a partir deles é que o território se materializa, é onde se desenham os limites e disputas territoriais dos candidatos ou dos parlamentares em sua atuação junto as suas bases eleitorais, criando uma taxonomia, expressa segundo Ames (2003) e Carvalho (2003) para justamente designar esses padrões de concentração e dominância eleitoral. Exemplo disso é a citação de padrões eleitorais que se configuram como território em Carvalho:

Se assim, ao contrário do que preconizavam os primeiros estudos de geografia eleitoral no país, a fragmentação de votos em diversas localidades geográficas estaria mais apta a descrever o comportamento político dos “coronéis”, enquanto a concentração eleitoral retrataria de forma mais exata a conduta dos partidos e deputados ideológicos. (CARVALHO, 2003, p 108).

A força expressa nos signos de linguagem da Geografia de Estado por Raffestin, faz da Geografia eleitoral um elemento do poder de Estado, pois ela acaba por construir as dimensões territoriais, a organização de uma densidade

demográfica, ou seja, de duas das tríades do Estado: a população, juntamente com a última base que é a própria constituição da autoridade, ora representada pelos poderes do estado moderno, especialmente aqui o Legislativo e Executivo.

A Geografia Política clássica entende que o Estado tem o território como um incremento de si mesmo, pois não existem condições de concepção de Estado sem seu traçado físico, fronteiriço, divisor, pelo qual a população gera sua identidade. Onde se constrói uma territorialidade, gera uma afinidade espacial.

Para Ratzel (1914) conceituar o território significa estabelecer a conexão entre ele e o Estado, a gen do território está impregnado do próprio fortalecimento do Estado:

Quando avança além da gen, o incremento do território não pode ser considerado senão como incremento do Estado. Quando mais gens se ligam entre si com objetivo de ataque ou de defesa, a nova unidade que se forma não é senão um Estado. (RATZEL, 1914, p.77).

Essa ligação nada mais é que a própria genealogia do Estado, pois Ratzel tem sua ideia centrada na ligação íntima do solo com o Estado. As potencialidades territoriais exploradas pelas comunidades é que determinou a origem do Estado. O território para Ratzel é que determina a formação de um povo, de uma sociedade; e suas relações sociais se dão no solo, daí ele ser o elemento determinante. Ele, portanto, inaugura um conceito chamado Determinismo Geográfico.

Na verdade, o solo nos aparece como a causa mais profunda da sujeição humana, na medida em que permanece rígido imóvel e imutável, abaixo das mutáveis disposições humanas, e se ergue dominador acima do homem toda vez que este ignora sua presença para adverti-lo severamente de que a raiz da vida está unicamente no solo. É ele que, duramente e sem nenhum critério de escolha, determina a cada povo seu destino. Cada povo é obrigado a permanecer no solo que lhe foi destinado, a viver e acomodar-se nele. Do solo se alimenta o egoísmo da conduta política dos povos, obrigados a agir conforme impõe as condições do seu território, ao mesmo tempo em que se ligando a este o mais intimamente possível, eles se utilizam de todos os meios para gozar somente suas vantagens, mesmo quando a afinidade de origem ou de civilização possa aconselhar o contrário. (RATZEL, 1914, p.81).

Percebe-se que o solo para Ratzel é o que amalgama o homem na construção de um território e da formação da civilização, é ele que compõe as

relações de poder e na constatação de um ente maior que o próprio homem que habita esse solo, a partir de uma consciência coletiva, de um imaginário único, o da unidade nacional, do Estado Nação.

Dessa maneira o território para Ratzel não é um elemento de transição ou construção do Estado nação, mas sim, o próprio processo de consolidação do Estado Nacional em uma sociedade.

Ressignificar o conceito de Território da Geografia Clássica dentro da Geografia Eleitoral é pressupor o que Ratzel escreveu sobre o território e a sociedade:

Não é fácil demonstrar a existência de uma lei que regule o incremento progressivo do território com o crescimento da família ou da sociedade, como é possível no que se refere ao Estado. Mas em compensação a sociedade está enraizada com muito mais profundidade no seu território e o modifica com menos facilidade. (RATZEL, 1914, p.73).

Ratzel entende que o território tem por sua natureza a necessidade de incremento, sendo que esse incremento advém da constituição do que o homem cria uno ou socialmente. Para que isso aconteça é necessário que a identidade do indivíduo ou do grupo familiar esteja vinculada a uma superfície, um território. Assim não existem condições de perceber a constituição de qualquer organismo que não esteja ligado ao que Ratzel chamou de solo, o território ou que ele em si liga-se ao organismo, provocando assim o desenvolvimento progressivo do território.

Nessa perspectiva clássica poderíamos colocar que cada parlamentar ao buscar construir seus redutos eleitorais está por constituir o desenvolvimento dos territórios disputados ou influenciados a cada processo eleitoral, sendo que este espaço é que gera a sua própria identidade política, ou seja dá a ele o poder de representação social, condiciona-se então o parlamentar a criar vínculos estreitos com tal território para que sua função de representação possa ser mantida ou perpetuada temporalmente.

Essa personagem, o parlamentar, faz verificarmos que existe outra percepção de território, que foi construída por Raffestin (1993). Para ele é necessário entendermos a gênese do território, o que é anterior ao Território, o Espaço. É dentro dele que surge o território, na construção das relações de poder que se estabelecem no espaço, sob um campo de poder. Daí a importância da

personagem, que se traduz conforme Raffestin em um agente sintagmático:

É necessário compreender bem que o espaço é anterior ao território, O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Ao projetar o trabalho, sua ação, o homem se faz sintagmático em um espaço, ele acaba por forjar o poder, constituindo representações espaciais. Nasce assim o território.

A condição de disputas e influências na formação dos redutos eleitorais dos parlamentares pode ser compreendida como um projeto que conforme Raffestin é sustentado por um conhecimento, uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que claro, supõe a posse de códigos, de sistemas sêmicos⁵. E que para nossa percepção diante dos estudos que vem sendo apresentado, são nada mais que o domínio das representações territoriais, especialmente a cartográfica, pelos parlamentares em seus redutos eleitorais.

São por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais, É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representa-lo. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Análogo ao pensamento de Raffestin no que ele nomina de processos sociais pode-se entender o comportamento dos parlamentares quando os mesmos têm uma ação de construção de seus territórios políticos. Quando o parlamentar constitui a sua representação espacial ele está nesse momento constituindo seu projeto de ação, estabelecido por seus códigos de sistemas sêmicos, gerando suas propriedades de poder territorial e que se notabilizam pela forma que disputam uma cadeira no parlamento. O que podemos considerar como sistema sêmico é justamente a classificação dessas ações espaciais no território brasileiro. Ames (2003) construiu essa classificação chamando-a de taxonomia espacial, pela qual se constitui quatro células que combinam a penetração vertical nos municípios com a

⁵ Ver Raffestin, op. Cit, p. 23.

cobertura horizontal: *“Usando essa taxonomia, classifiquei os deputados em dominantes-concentrado, compartilhados-concentrados, dispersos-compartilhados e dispersos-dominantes”* (AMES, 2003, p. 101).

O entendimento inicial de Souza (2000) sobre o conceito de território é uma releitura do conceito de Ratzel, pelo qual ele estabelece que a Geografia como as Ciências sociais sempre estiveram ligadas ao estudo do território, tendo sempre a geografia um caráter de espaço social, já as ciências sociais com um conceito fundante no poder; ambas sempre condicionadas a legitimar a constituição do Estado. Assim, a Geografia e as Ciências Sociais, intimamente ligadas ao conceito ratzeliano de que o poder é por si o próprio Estado, o que para Souza (2000) é uma condição de conceito escalar, pois o território em Ratzel é em sua análise por sua natureza uma Território Nacional.

Não é de se admirar, portanto, que estas duas disciplinas, e particularmente a Geografia, justamente aquela que em princípio deveria dispor de conceituações bastante ricas da territorialidade e de um arsenal variado de tipologias territoriais, tenham estado excessivamente fixadas na escala do “território nacional”. (SOUZA, 2000, p. 83).

A identidade Ratzeliana que Souza chama de espaço social é gerado no território e por consequência do poder controlador do Estado desse território e que dava a capacidade de mutação, de duração ao próprio território para que se reforçasse a identidade social de um grupo social: *“O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social”* (SOUZA, 2000, p. 84).

O território por vez tem sua identidade ideológica quando ele se faz organização, na construção do Estado-Nação. Essa identidade é gerada pela construção do que Souza (2000) conduz como sendo a Territorialidade⁶ do Estado Nação. Ao sustentar que a territorialidade é a compreensão coletiva dos indivíduos que tornam seu território uma identidade sua, ele irremediavelmente está construindo seu território.

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido

⁶ Entende-se por territorialidade a construção das relações que se estabelecem em certo espaço e a partir de seu gên que surge o território com dimensões telúricas, seja do concreto ou do não concreto.

de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). (SOUZA, 2000, p. 84).

É justamente aqui que Souza coloca uma discordância na utilização do conceito de território em Ratzel, pois para ele, Ratzel faz um reducionismo do próprio conceito, quando o enrijece e o coloca sob a mesma categoria de espaço e a partir daí retira o caráter político do mesmo. Para ele, Ratzel não designa o conceito de território para exprimir as relações que constitui o poder do Estado, para Ratzel isso está associado ao solo (Boden). Souza (2000) considera que o mesmo despreza o conceito de território o colocando como algo limitado, quase nulo, vazio e provido do solo.

A territorialidade do Estado-Nação, tão densa de história, onde a afetividade e identificação (reais ou hiperbolizadas ideologicamente) possuem enorme dimensão telúrica-paisagem, “regiões de um país, belezas e recursos naturais da “pátria”-, é naturalizada por Ratzel também na medida em que este não discute o conceito de território, desvinculando-o do seu enraizamento quase perene nos atributos do solo pátrio. Sintomaticamente, a palavra que Ratzel utiliza não é território (Territorium) e sim solo (Boden). (SOUZA, 2000, p. 86).

Para Souza o território é reconceituado como um campo de forças, pelo qual se define limites, constituindo o que ele nomina de insiders e outsiders, nos quais surgem uma complexidade de organizações espaço-temporal e que não se constituem nenhuma sobreposição territorial material ou de disputa de um campo de forças.

Para nossos estudos essas organizações espaço-temporal podem ser denominadas de poder legislativo e que necessariamente não depende de condições materiais (físicas, espaciais) para sua existência, todavia se constitui em articular um território, estabelecendo uma relação de poder, alimentado por um complexo conjunto de relações atemporais não medidas por uma concretude temporal, constituindo o território ou sua territorialidade. Nessas condições é suscitado um novo conceito, o de território móvel.

Esse território móvel não se forma como o conceito de território Ratzeliano. Ele pode existir sem mesmo ser materialmente composto, ele é antes de tudo uma composição de relações sociais que podem ou devem ser materializadas

territorialmente. Esse território móvel diferente do Ratzeliano não avança na perspectiva de ocupar de forma perene tal espaço, ele é volúvel, e sua escala temporal é por vez insignificante.

Em nosso trabalho esse território é pertinente, pois a cada disputa eleitoral a projeção de construção de um território para o parlamentar pode ser alterada, especialmente, no que tange justamente a perspectiva das estratégias e ações nas disputas e influências territoriais moduladas por um índice de conexão eleitoral, a Lei Orçamentária na qual a construção de novos territórios ou uma reterritorialização se compõe sob novas dimensões dando um caráter cíclico ao território.

Carvalho (2003) assevera esse conceito de território móvel, na geografia eleitoral, quando discute os padrões de concentração e dominância dos deputados em seus territórios, no modelo distributivista:

Como já assinalamos em outro momento a variável geográfica ocupa lugar central nesses modelos: os congressistas se movem pelo objetivo da maximização de benefícios para áreas geográficas com contornos claramente definidos, no caso norte-americano, para os distritos uninominais. Em razão da natureza localizada dos distritos eleitorais, os representantes irão pautar sua conduta legislativa pela perseguição de políticas com custos difusos e porque, dada a dimensão geográfica do distrito, os representantes podem reivindicar crédito pela sua obtenção. Em outras palavras, a dimensão localizada do distrito confere visibilidade tanto ao benefício aportado como ao representante responsável pela obtenção do benefício; a reivindicação de crédito nesse caso não só é possível, como se constitui em estratégia prioritária de representantes que buscam a reeleição. (CARVALHO, 2003, p. 103, 104).

Um exemplo análogo ao que dimensionamos foi feito por Souza quando tratou dos territórios de prostituição em suas disputas por território:

Os territórios da prostituição são bastante “flutuantes” ou “móveis”. Os limites tendem a ser instáveis, com as áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças; a criação de identidade territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional que afetiva. O que não significa, em absoluto, que “pontos” não sejam às vezes intensamente disputados, podendo a disputa desembocar em choques entre grupos rivais. (SOUZA, 2000, p. 88).

Ao significar o território através das relações sociais, Souza retoma a

definição de território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder para discordar de Raffestin, pois seu entendimento é de que Raffestin coisifica o território.

Mas acreditamos que nesse autor incorre no equívoco de “coisificar”, “reificar” o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material – vale dizer, o espaço social. Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço primeiramente transformado a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social estar-se-á também diante de um território. (SOUZA, 2000, p. 96).

Entende-se, portanto que existe uma horizontalidade de manifestações conceituais que acabam por imbricar o conceito de poder nas relações sociais e no território. Como o Poder está por sua onipresença nas relações sociais, o território também está por sua onipresença em toda espacialidade social.

O território gera a forma (territorialidade) a partir das relações. De antemão essa territorialidade é o espelho das relações sociais, significativamente denominado de poder. O território nada mais é que uma ação conduzida, construída espacialmente, sobre um espaço natural, portanto uma produção do poder sobre um determinado espaço.

A crítica maior a Raffestin está no reducionismo do território como meramente um território social. Para Souza isso empobrece os elementos conceituais pelo caráter unidimensional do poder no território. Raffestin não conseguiu discernir o território como um campo de forças, mas sim, se manteve na condição de que o território continua a ser um substrato do poder, um espaço social em si.

Souza ao criticar Raffestin nos faz admitir que o território como campo de poder para geografia eleitoral traz uma capacidade de leitura das disputas territoriais muito maior, pois ao percebermos a constituição dos redutos eleitorais conseguimos entender a extensão do conceito de território na construção de uma lei orçamentária que está intimamente ligada a uma percepção geográfica, necessária a perpetuação dos parlamentares como representantes de eleitores dentro das organizações do Estado.

Em denso trabalho sobre Geografia e Política, Iná Elias de Castro (2005) faz um estudo sobre Geografia Eleitoral e conceitua território e sistema político.

No Brasil, é preciso considerar a estratégia territorialista e socialmente excludente da elite política, desde a independência. (...), porém, como as estratégias de controle dessas variáveis são diferenciadas, a história do sistema representativo brasileiro aponta uma diacronia entre a incorporação do território como parâmetros político e condição essencial das negociações, das alianças e da composição do poder, e o lento processo de incorporação dos interesses do conjunto da sociedade. O resultado disso tem sido o controle da representação através da exclusão social garantida mediante engenhosas legislações eleitorais. (CASTRO, 2005, p. 177).

Essa engenhosa legislação eleitoral que Iná salienta é expressa em instrumentos que propiciam o domínio territorial de uma camada política que exclui do processo eleitoral os mais pobres e aqueles que possivelmente poderiam mais claramente representar os despossuídos ou desprivilegiados. Um desses instrumentos legais é o chamado Quociente eleitoral, ele é usado para toldar a construção do território eleitoral do candidato ou parlamentar eleito, pois o mesmo não consegue esclarecer a quantidade de votos que o candidato teve em determinado território, não possibilitando assim a espacialidade de cada disputa ou de cada candidato para que possa haver uma territorialização do processo eleitoral. O que acontece é a não formação de um território pelo parlamentar para representá-lo, o território fica difuso, não possibilitando a constituição de uma base eleitoral.

Além dessa discussão sobre o quociente eleitoral, existe outra que é a da proporcionalidade eleitoral no território brasileiro. O entendimento de Castro (2005) é de que isso é um desvio da representatividade territorial, que possibilita um desequilíbrio de representação parlamentar e distributiva de recursos dentro do país.

Neste sistema, o eleitorado da Região Sudeste em geral e o de São Paulo em particular seriam os grandes prejudicados, pois na equação para a definição do número mínimo e do número máximo de cadeiras na Câmara dos Deputados Federais resulta o que seria uma injusta sub-representação de São Paulo e a sobre representação dos estados menos povoados como Roraima, Acre e Rondônia, além de outros das regiões Norte e Centro-Oeste. (CASTRO, 2005, p. 179).

A multiplicidade do território brasileiro acaba por constituir uma elevada disputa desigual, e que acaba por não dar condições de equilíbrio sobre os interesses da federação, acabando por reproduzir em escala menor nos próprios Estados da Federação essa situação, um exemplo claro disso é a Lei orçamentária;

que na perspectiva de homogeneizá-la territorialmente a representatividade parlamentar estadual também é desequilibrada dentro do território estadual, não possibilitando uma distribuição equânime dos recursos no território estadual através da aprovação da lei. Esse desequilíbrio é resultante da relação de poder existente entre os parlamentares em suas disputas e influências territoriais.

Percebe-se que a não singularidade territorial, condicionada por normas que permitem o seu controle e o gerenciamento de conflitos de interesses fazem do espaço geográfico um *locus* iminentemente político. Arremete ao entendimento de que o território é parte integrante de qualquer projeto social, pois toda e qualquer ação coletiva esta associada a uma porção espacial, delimitada por uma territorialidade, mesmo que seja ele um germe de relações territoriais.

Entendendo essas condições Magdaleno (2013) explicita a capacidade de mutação do território por Sack (1986) pela própria condicionante das disputas e influências dos parlamentares dentro do processo eleitoral, ratificando o conceito de Território Móvel já elaborado por Souza (2000):

O território, assim possui uma localização particular, resulta de um processo de apropriação, é organizado e gerido por um grupo e é mutável, alterando-se em função da escala e das territorialidades, O conceito de territorialidade aqui usado segue as diretrizes apresentadas por Sack (1986), que ao analisar a territorialidade humana, rejeita as teorias que a colocam como um fenômeno natural, em favor de uma teoria política, na qual a territorialidade seria uma ação estratégica de controle de determinada porção do espaço, sempre vinculada ao contexto social na qual se insere. Nesse sentido haveria uma interconexão entre espaço e sociedade, e a territorialidade seria o processo responsável para tal. (Magdaleno, 2013, p. 67).

Percebe-se que para a constituição do território para um parlamentar é preciso entender a própria dinâmica do processo político em sua devida escala. Essa territorialidade representativa é diretamente resultante das práticas políticas estabelecidas pelos parlamentares, práticas essas que ao longo de nosso estudo podem ser percebidas na elaboração da Lei Orçamentária, através das emendas parlamentares que serão direcionadas para a constituição dos redutos eleitorais dos parlamentares ou até mesmo nos discursos em plenários e nas apresentações de proposições, que ao se transformarem em leis podem atingir diretamente os redutos eleitorais de tal parlamentar ou indiretamente, pois a mesma estará de forma geral e

irrestrita servindo a coletividade de determinado território ou até mesmo da escala territorial atingida.

Pertinentemente estamos ao longo de nosso trabalho arremessando o conceito de território a um denominador político para um espaço de um determinado Estado-Nação, um País, constituindo assim a premissa de que a existência de um País depende de um território, todavia a que salientar que as relações entre os indivíduos necessariamente não precisam de um território, constituindo assim outro conceito o de territorialidade.

Santos (2005) explica que é possível ter uma territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território.

Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território. Adotando-se essa linha, impõe-se a noção de “espaço-territorial”: um Estado, um espaço, mesmo que as “nações” sejam muitas, esse espaço territorial está sujeito a transformações sucessivas, mas em qualquer momento os termos da equação permanecem os mesmos: uma ou mais nações, um Estado, um espaço. (SANTOS, 2005, p. 20).

Essa conceituação de um Estado estar associado a um território nos faz entender que a necessidade de um determinado espaço para que seja utilizado de forma a construir uma territorialidade é pertinente, todavia essa territorialidade pode ser apropriada em outra forma de espaço, juntamente com as relações dos objetos e ações. Mas, o território exprime exatamente o poder de uso; e quando o mesmo é reordenado, recriado ele passa a ser um território usado.

Dessa maneira podemos perceber que essas ações trabalhadas nesse território são oriundas do uso, do resignificar do território, pelos quais eles acabaram por passar o passado ao presente e projetar para o futuro. O território passa de passivo para ativo na construção da história universal dos homens.

O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presente constituídas em ações, no primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, à quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. (SANTOS, 2005, p. 247).

Em Santos (2005) essa percepção de um território usado, compreendido como sendo dinâmico, com vida que é capaz de fazer com que a preexistência se

torne ativa, não desmerecida, um território onde as forças são ativas e condicionadas a uma escala de geográfica. O território em Santos é material e social, com sua dialética construtiva a partir de um modo de produção social, que acaba por conduzir uma formação socioespacial.

Para Santos (2005) o Estado é a própria formação socioespacial, e que na Geografia clássica como é sabido o Estado se arremete ao Território, portanto a totalidade do Estado está no território, definindo assim a totalidade, definimos o modo de produção ou do mundo condicionado ao espaço geográfico do Estado, que por si é a totalidade da formação socioespacial: o Estado e seu território.

Essa constituição de conceito de Santos está intimamente ligada ao que Raffestin (1993) elabora para seu conceito de território. Para Raffestin o território é constituído por um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, como também é constituído por diferentes territorialidades, usos do espaço e seus diferentes agentes.

Santos aponta todos esses conceitos em seu livro Brasil: Território e sociedade no início do século XXI:

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos, as configurações territoriais são apenas condições, sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas.

É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico, sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações. (SANTOS, 2005, p.248).

Para a Geografia eleitoral o conceito de território usado define a capacidade de articulação dos parlamentares para condicionar as necessidades sociais estabelecidas pelos objetos, pelas técnicas, pelos sistemas, pelas redes, todas associadas às condições materiais do território. O modelo teórico distributivista estudado como modelo explicativo da Escolha Racional tem o território usado de Santos associado às demandas da construção dos chamados redutos eleitorais, pelos quais os deputados acabam por constituir uma relação de muita proximidade com seu eleitorado e que este está impregnado de necessidade, observamos nos escritos de Carvalho o quanto isso é demasiado:

Das três atividades desenvolvidas pelos representantes, a partir dos recursos e da estrutura institucional do Congresso, a publicização da reputação pessoal (advertising), a tomada de posição em relação a temas (positivo-taking) e a reivindicação de crédito pela alocação de benefícios desagregados (credit-claiming), cabe chamar aqui a atenção para o último comportamento, em nosso entender o mais importante do ponto de vista teórico, dentro da lógica do modelo distributivista.

(...) Vale notar aqui que a estratégia eleitoral adotada pelos legisladores constitui elemento mais característico do modelo do que talvez a própria premissa da reeleição, essa estratégia apresentaria duas características: de um lado, a ênfase, por parte dos legisladores, na implementação de políticas particularista, a priorização de políticas distributivistas, nos termos de Lowi (1972), ou de políticas com custos difusos e benefícios concentrados, nos termos de Wilson (1973). De outro lado, a precisão e limitação geográfica da população-alvo definem o segundo aspecto da política distributivista. Ambas as estratégias convergem para um legislativo movido pela lógica do particularismo e do paroquialismo, com a consequente provisão subótima de bens públicos e sobre-oferta de bens privados. (CARVALHO, 2003, p.35-36)

Essa condição de utilizar-se das demandas territoriais em função de sua dinâmica espacial e social explicita o conceito de Santos (2005) de Território Usado, faz com que os políticos considerem que o processo político, especialmente o eleitoral, sempre se condicione aos negócios, acordos e os próprios eleitores que são os motivadores dos deputados. Ames (2003) comprova em seu livro *Os entraves da Democracia no Brasil*, essa condição:

Sabendo que muito provavelmente não estarão mais no Congresso para colher os frutos de seus esforços com vistas à aquisição de experiências na atividade parlamentar, é pouco provável que invistam nessa especialização. Talvez achem mais vantajoso se concentrarem em trazer benefícios e programas federais para suas bases, porque é isso que rende lucros para suas aspirações políticas ou burocráticas regionais e estaduais. (AMES, 2003, p. 183.).

Percebe-se que essa motivação dá o contorno da construção de uma dinâmica territorial, pautada nos interesses particularistas dos parlamentares que acabam por estabelecer uma relação de compadrio com seus redutos eleitorais garantidos por demandas locais ou regionais.

O território usado garante à construção da Geografia Eleitoral, especialmente

como se vê a mesma, pela condicionante das técnicas que constituem o próprio território, que tornaram-se território usado, quando essas técnicas incorporam o solo, o território material (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, redes de comunicação, mobiliário urbano e todas as necessidades de um organismo urbano, ou seja a cidade ou o campo urbanizado) incorporados aos objetos técnicos associados à produção desse espaço (veículos, implementos, automação de máquinas) e os próprios fatores técnico-científicos (sementes, adubos, propaganda, consultoria, terceirização de mão-de-obra) que se disponibilizam um acréscimo a dinâmica e a divisão e especialização do trabalho nos espaços constituídos por uma territorialidade.

Dessa maneira o território em Santos traz a condicionalidade espacial das personagens, digo, dos parlamentares, para que possa mourejar sua própria constituição territorial na busca de um ideal com capacidade de poder e influências sobre o território.

Parte 2

CATEGORIZANDO E ANALISANDO OS DADOS

A verdade eleitoral ultrapassa a formulação dos cientistas políticos, mas deixa evidente que, entre as forças propulsoras do voto, coabitam elementos com origem distinta no tempo, e com resultados distintos na atualidade, tais como o clientelismo, o populismo e siglismo.

(Milton Santos – O Espaço Cidadão)

Parte 2: CATEGORIZANDO E ANALISANDO OS DADOS

4 CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DA TAXONOMIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO TOCANTINS.

4.1 Taxonomias de padrões espaciais.

Esse trabalho foi organizado a partir do pressuposto estabelecido no seu título, sendo que toda a busca de dados, suas categorizações e análises pautaram por clarear exatamente as disputas e influências territoriais no recorte temporal estabelecido entre os anos de 2002 a 2014.

A análise de dados foi construída, utilizando as informações expostas pelo TRE-TO – Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, depois dos processos eleitorais e dos dados dos candidatos eleitos nos pleitos analisados dentro de nosso recorte temporal, somados a esses as informações da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, com as atuações parlamentares que são concernentes ao nosso estudo.

Devemos nos atentar a um detalhe significativo. Não consideramos aqui em nosso trabalho o total de votos válidos de todos os processos eleitorais ora estudados, pois não há o que considerar de votos brancos e nulos, que perfazem os chamados votos válidos. Dessa maneira as porcentagens constituídas em nossos dados não contemplarão os 100% dos votos, mas sim, apenas a quantidade de votos dos deputados eleitos, nos quais os mesmos correspondem a um quantitativo a todos que pleitearam a disputa eleitoral em cada período analisado. Ao fazermos

as leituras dos dados colocados no trabalho poderemos observar que em alguns casos não teremos nem 50% dos votos válidos em todo o estado; isso acontecerá em qualquer uma das variáveis escolhidas por nós e explicitada mais adiante, para formar o arcabouço de nosso trabalho científico.

Podemos em primeiro lugar, construir a partir dos dados, as análises dos índices elaborados por Ames (2003) e Carvalho (2003) que condicionam a espacialidade das disputas territoriais e suas influências de poder ao padrão de votação que estão descritos em quatro tipos norteados por duas grandes dimensões.

A primeira dimensão estabelece a compreensão de dualidade entre dominância e dispersão e é medida pela proporção de votos que um candidato tem dentro de cada município ou zona eleitoral. Dessa maneira um parlamentar ou candidato tem perfil dominante se, em determinadas zonas eleitorais, ele obtém a maioria dos votos, tendo assim outros parlamentares ou candidatos maiores dificuldades para disputarem ou influenciarem esses territórios.

Oposto a isso e dentro da primeira dimensão se tem o perfil compartilhado, em que os parlamentares ou candidatos se elegem sem ser dominante em nenhuma área, compreendendo assim comumente um perfil territorial populoso ou então quando existem muitos candidatos em disputa no mesmo território. O sistema eleitoral brasileiro, proporcional e de lista aberta é permissivo a esse tipo de disputa, onde muitos candidatos ou parlamentares ocupam os cargos no legislativo, e isso acirra a disputa, o que torna mais difícil a dominância, sobretudo nas grandes cidades, que atraem um cuidado mais meticuloso à disputa eleitoral.

A segunda dimensão construída por Ames (2003) e Carvalho (2003) estabelece a relação dual entre concentração-dispersão, que procura identificar a disputa territorial em um município ou zona eleitoral de maneira contígua, com ou mesmo padrão de votação concentrado. Concentrados, com localidades vizinhas ou próximas ou dispersos geograficamente. Sendo que, se os votos estiverem diluídos por todas as zonas eleitorais o padrão é disperso.

Dessa maneira é apresentada uma tipologia territorial que estabelece uma compreensão das estratégias que este utiliza ao longo de seu mandato. Assim essas tipologias são caracterizadas em quatro modelos de votação possíveis:

concentrada/dominante, concentrada/não dominante, dispersa/dominante e dispersa/ não dominante.

Podemos considerar que essas tipologias constituem a taxonomia para analisarmos o comportamento dos parlamentares em relação aos seus redutos eleitorais e uma proposição de construção da geografia eleitoral pela qual poderemos entender o comportamento político dos mesmos no território Tocantinense.

Segundo Ames (2003) os padrões espaciais estaduais são resultantes das duas dimensões, ambas baseadas no desempenho municipal do candidato como explica o mesmo:

Entende-se por dominância municipal de um candidato a percentagem que lhe coube do total de votos para membros de todos os partidos. Essa dominância do candidato no âmbito municipal. Suponhamos agora usar V para calcular D_i , a dominância média de cada candidato em cada território no âmbito municipal. Suponhamos agora usar V_{ix} para calcular D_i , a dominância média de cada candidato em todos os municípios do estado, ponderada pela percentagem da totalidade dos votos do candidato para a qual cada município contribui. Os candidatos com médias ponderadas mais altas tendem a dominar seus municípios mais importantes ou principais, os que têm médias ponderadas mais baixas compartilham os votos desses municípios principais com outros candidatos. Assim, dominância e compartilhamento formam a primeira dimensão do apoio eleitoral espacial.

A segunda dimensão também começa com V_{ix} , a percentagem que coube ao candidato i da totalidade dos votos dados em cada município, mas essa dimensão utiliza uma medida estatística denominada Moran I , que calcula a distribuição espacial dos municípios em que o candidato tem bom desempenho. Esses municípios podem estar concentrados, como localidades vizinhas ou próximas ou dispersos geograficamente. Combinando as duas dimensões obtêm-se quatro padrões espaciais que são apresentados no quadro a seguir:

Padrões estaduais de distribuição espacial			
% do total de votos em municípios principais			
Distribuição espacial de municípios principais		Baixa	Alta
	Dispersa	Dispersa-compartilhada	Dispersa-dominante
	Contígua	Concentrada-compartilhada	Concentrada-dominante

(AMES, 2003, p 65.).

Esse padrão taxonômico pode ser mais bem detalhado a partir da leitura de outros elementos que compõe uma apurada descrição de características do parlamentar e de sua dominância, assim, construímos essa taxonomia com as seguintes características e dominância do parlamentar:

TAXONOMIA DE PADRÕES TERRITORIAIS DE VOTO

Dispersão dos Municípios	Organização Territorial	Características do Parlamentar	Dominância do Parlamentar
Concentrado Dominante	Vários Municípios próximos geograficamente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Carreira Política iniciada em cargos locais. 2. Fez acordos com caciques locais, 3. Pertence a uma família importante da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maiores incentivos de recursos, • Emendas distributivas ao Orçamento • Relação Clientelista e de empreguismo com o eleitor.
Concentrado Compartilhado	Geralmente em Grandes centros, como nas capitais, Municípios Contíguos e populosos,	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não é apenas um Legislador que representa. 2. Geralmente é de voto classista 3. Discurso de bandeiras políticas fortes, especialmente ligado a lutas sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos são de cunho geral. • Emendas focadas no contexto da luta política • Não existe uma relação clientelista
Disperso Dominante	Os votos são espalhados por todo o território estadual	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não é apenas um tipo de Legislador que representa. 2. São os que ocuparam cargos que se vinculam as características clientelistas. 3. Fazem acordos com líderes políticos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Emendas com características diversas. • Todavia são de cunho clientelista.
Disperso Compartilhado	Enquadram-se centros urbanos ou pequenas faixas territoriais com numerosos municípios.	<ol style="list-style-type: none"> 1. São numericamente pouco expressivos, 2. Associados a nichos ideológicos de pouca expressividade nacional. 3. Discursos estereotipados para abarcar os votos certos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas clientelistas, • Fazem acordos com lideranças locais, • Tem um discurso ideológico forte para parcela do eleitorado.

Fonte: elaborada pelo autor, a partir dos conceitos de Ames (2003) e Carvalho (2003).

Essa taxonomia tem sua origem na conceituação de Ames (2003) em relação ao conceito de espacialidade geográfica, podendo ser traduzido territorialmente nas disputas entre os candidatos em cada período eleitoral, através das características e dominâncias de cada parlamentar, que tem em seus redutos eleitorais suas práticas políticas. Ames (2003) gera uma relação dos processos eleitorais com o comportamento dos parlamentares ou candidatos a eleição diante dos territórios, pelos quais os parlamentares constituem seus redutos eleitorais, configurando as disputas territoriais a partir da distribuição geográfica dos votos que elegeram o parlamentar a partir da compreensão das estratégias que este utiliza ao longo de seu mandato. Para tal, a taxonomia apresentada segue a seguinte compreensão metodológica.

Na dispersão dos municípios na caracterização de concentrado dominante cuja maioria dos votos se concentra em um ou poucos municípios, juntos ou não, pelos quais o parlamentar é o mais votado, detendo a maioria dos votos. Isso é mais comum entre deputados cuja base de votação se concentra em pequenos municípios. Esses deputados, segundo Ames (2003) tenderiam a um comportamento mais distributivista, voltado a transferências de recursos e benefícios garantidos para os municípios localizados sob o domínio de tal parlamentar, sendo que essa seria a forma de assegurar o capital eleitoral e, conseqüentemente a sua resistência as disputas pelo território.

As distribuições concentradas-dominantes muitas vezes refletem relações tradicionais de empreguismo e clientelismo entre os políticos e os eleitores. Esse tipo de distribuição também pode se desenvolver quando líderes locais competentes ascendem da posição de vereadores para a de prefeitos ou deputados estaduais. (AMES 2003, pg 67)

No padrão concentrado compartilhado, os parlamentares conquistam a maioria dos votos em um ou poucos distritos, sem conduto serem dominantes, dentro desses mesmos municípios. Muito comum e característico para parlamentares desse padrão taxonômico sua localização territorial ser os centros urbanos e regiões metropolitanas, com características populacionais múltiplas e eleitorado diversificado. Embora o deputado tenha seus votos concentrados em uma determinada área específica, com não é dominante nessa área, dividindo o eleitorado com outros parlamentares. Os parlamentares com taxonomia com essas características tendem a apresentar um comportamento mais universalista,

especialmente associado às dificuldades em capitalizar, sozinho, os benefícios eleitorais oriundos da transferência concentrada de benesses políticas.

A taxonomia dispersa dominante cuja votação encontra-se espalhada em um grande número de municípios, ao mesmo tempo em que nenhum desses municípios é dominado, ou seja, o deputado não apresenta votação majoritária, não tendo um domínio territorial bem definido, sendo que suas disputas territoriais não são tão fortes, segundo Ames (2003) esse tipo de parlamentar não tem características de um voto distributivista, pois é muito difícil para o parlamentar a reivindicação de créditos eleitorais de qualquer benefício por exemplo orçamentário ou de emendas parlamentares.

Por fim os parlamentares com taxonomia disperso compartilhado é aquela em que o parlamentar apresenta dispersão geográfica, mas conseguem constituir redutos eleitoral muito fechado, especialmente associado a um nicho ideológico ou de acordos feitos com caciques locais em troca de favores, benefícios. Além de estarem associados a viés ou posições ideológicas que se destacam em um grupo específico, como é o caso da constituição de bancadas dentro das casas parlamentares. Esse tipo de votação favorece uma série de incentivos ao comportamento distributivista, pois a transferência de bens desagregados pode ser facilmente convertida em ganhos eleitorais, tendo em vista que o parlamentar pode usar como ganho eleitoral, pois o mesmo pode reivindicar a autoria dos ganhos eleitorais de seus redutos.

Entende-se, portanto que o caráter distributivista, estabelece um fator localista do comportamento dos parlamentares, em ambas as condições, a de estratégias adotadas na arena legislativa quanto às formas de atuação no campo eleitoral.

No caso brasileiro, as instituições políticas criam incentivos que estimulam os políticos a maximizar seus ganhos pessoais e a se concentrar em cavar projetos de obras públicas para eleitorados localizados ou para seus próprios patrocinadores políticos. (AMES 2003, pg 18).

Dessa maneira Ames argumenta que, em geral o comportamento entre os parlamentares brasileiros é o distributivista, ordenado na busca ininterrupta da transferência de benefícios, sejam eles recursos orçamentários ou por emendas parlamentares aos municípios considerados redutos de tal parlamentar, no qual ele possui votação expressiva.

4.2 Variáveis de perfis dos parlamentares.

Para o melhor entendimento do processo de organização espacial da distribuição de votos associados aos padrões de votação dos deputados no Estado do Tocantins constituímos quatro variáveis para categorizarmos a taxonomia dos deputados dentro do tema proposto como sendo o trabalho de dissertação, sendo as variáveis as seguintes: Variável por período eleitoral, variável por perfil ideológico, variável por origem dos parlamentares e por fim a variável por senioridade.

Nosso trabalho seguirá as diretrizes estabelecidas pelo trabalho de Carvalho (2003) e Ames (2003); porém consideraremos diferentemente de Carvalho (2003) que analisou os quinze municípios mais votados de cada parlamentar, nós trataremos os dados de todos os municípios que o candidato obteve votos, reunidos nas oito microrregiões estabelecidas pelo IBGE no Estado do Tocantins, que são partindo do norte para o sul do Estado: Bico do Papagaio, Araguaína, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Gurupi, Porto nacional, Jalapão e Dianópolis, dando assim a condição de precisão dos dados estatísticos para cada candidato ao parlamento Estadual. Além dessa consideração relacionada ao território, construiremos nossas análises de disputas territoriais dos primeiros cinco candidatos mais votados nos períodos eleitorais analisados em nosso recorte temporal.

O pressuposto estatístico matemático usado para determinar nossos índices foram desenvolvidos por Carvalho (2003), sendo que o mesmo é uma variação do índice de Rae⁷ invertido, normalmente utilizado, para calcular o número de partidos efetivos em um dado sistema partidário, como ele mesmo explica:

Para apresentarmos a topografia da competição política nos diversos municípios, estados e regiões do Brasil, sob a ótica da concentração/fragmentação eleitoral, ou seja, a partir do vetor da maior ou menor competitividade verificada nessas unidades, seguiremos um caminho metodológico recorrente na literatura sobre geografia do voto. Aplicaremos para cada município o índice de fragmentação de Rae invertido, índice que na literatura vem sendo utilizado para a determinação do número de partidos efetivos presentes nos sistemas políticos. Por meio desse

⁷ O índice de Rae invertido é obtido dividindo-se um (1) pela soma dos quadrados da divisão resultante, em cada um dos municípios, entre o número de votos dados ao deputado no município e o total de votos válidos neste município. Sendo a equação $F = 1/\sum V_i^2$, onde V+ voto do candidato no município // votos totais do candidato no Estado.

procedimento, estaremos aptos a visualizar o número efetivo de candidatos, em nosso caso deputados federais, que concorre em cada unidade política analisada (CARVALHO, 2003, p 71 e 72).

Aqui em nosso trabalho esse pressuposto estatístico será usado de maneira a obter os índices de votação, configurando em seus resultados a espacialidade das disputas entre os candidatos em cada microrregião determinada pelo IBGE, após análises dos dados por nós. Sendo que esses índices estão condicionados aos dados do TRE-TO de cada período eleitoral.

Analisaremos a partir de agora, todos os dados coletados em cada uma das quatro variáveis sugeridas, sempre tendo a atenção devida aos condicionantes estabelecidos na taxonomia construída por nós, subsidiada pelos pressupostos de Carvalho (2003) e Ames (2003).

4.2.1 Variável por Período eleitoral.

Todos os índices relativos ao período são para identificar o quanto a votação do deputado está dispersa entre os municípios do Estado. Isso reflete exatamente o grau de concentração da votação do deputado em uma eleição e que o enquadra na taxonomia explicitada inicialmente neste capítulo em relação aos padrões espaciais de distribuição de votos.

No cálculo da construção do índice podemos entender que quanto mais próximo de 1 o candidato, menor será sua dispersão territorial na quantidade de votos, já estando com um índice igual a 1, indica que o candidato tem um volume de votos concentrado territorialmente em um único município. Ao oposto disso, quanto mais distante de 1 o índice estiver, maior a distribuição dos votos do candidato será entre os municípios do Estado. Dessa maneira o entendimento de dispersão territorial fica estabelecido quando o índice estiver mais distante de 1.

A tabela 1 que mostra o índice da variável por período eleitoral representa exatamente o processo de construção das disputas territoriais, especialmente quando se propõe analisar as mudanças, mobilidades ou avanços de territórios por parte dos candidatos em espaços que historicamente sempre foram de políticos

tradicionais ou até mesmo berço político de candidatos que se conduzem pela taxonomia estabelecida por nós como concentrado dominante.

Ao analisarmos os cinco parlamentares mais bem votados no Estado em cada período eleitoral (ver mapas 1,2,3 e 4) de forma individual e também na totalidade dos quatro períodos eleitorais percebemos que as disputas eleitorais nas microrregiões são quase inexistentes, exceto na microrregião de Porto Nacional onde as disputas territoriais são mais expressivas quando observadas o contingente de candidatos que receberam votos serem maiores, dividindo assim o eleitorado e por condição expressa constituírem um número maior de redutos eleitorais pouco expressivos, dando a conotação de um padrão de voto nessa microrregião de disperso dominante, com uma gama de parlamentares que receberam votos e disputaram voto a voto com seus concorrentes.

Todos os parlamentares acabam por se configurar na primeira das taxonomias detalhada dentro da taxonomia de padrões espaciais como sendo a de padrão concentrado dominante, e que, portanto esses parlamentares acabam por não disputar seus territórios, pois os mesmos se findam nas mesmas características de padrão taxonômico e acabam por dominar seus redutos a partir da concentração de seus votos em alguns municípios de determinada microrregião estabelecida no trabalho ora apresentado.

Na configuração dos mapas de padrões de votação dos deputados pela variável por período eleitoral podemos observar que existe uma pequena oscilação de percentuais que variam de no máximo 0,69 % e no mínimo de 0,15% dos quatro períodos eleitorais, sendo que esses parlamentares têm seus redutos eleitorais expressivos nas microrregiões que dominam ou que constituem seu domicílio eleitoral. Exemplo mais expressivo disso foi o do deputado eleito no Período eleitoral de 2002 com o maior número de votos, o Sr. Vicentinho Alves que obteve 3,34 % dos votos totais do Estado, tendo a dominância de seus votos basicamente em duas microrregiões, a de Dianópolis e a de Porto Nacional, onde mesmo tendo um massivo número de votos, dividiu a microrregiões com mais outros cinco parlamentares que também tiveram expressivo número de votos, como é o caso de Carlos Gaguim.

Poucas diferenças são encontradas entre as microrregiões. No conjunto, os índices médios por períodos eleitorais. Contudo, o mesmo não ocorre quando

tomamos os sucessivos processos eleitorais como parâmetro de análises. Nesta situação percebemos que as disputas territoriais por formação de redutos eleitorais variam especialmente nas microrregiões de Gurupi e Dianópolis, quando lemos os dois períodos eleitorais intermitentes (2006-2010) pelos quais a desconcentração de votos é mais expressiva do que no primeiro e no segundo processo eleitoral ora estudado. Exemplo claro disso é o Parlamentar Cacildo Vasconcelos que teve sua maior concentração de votos com 1,88 % dos votos do Estado na microrregião de Dianópolis no período eleitoral de 2002, já em 2006 seus votos obtiveram uma queda percentual de pouco menos de 0,5% da média geral do Estado em função de suas disputas por redutos eleitorais que tendem a ser alimentados por políticas clientelistas e patriarcais, muito características do voto distributivista, já tão bem explicado no capítulo 1 de nosso trabalho. Já Eduardo do Dertins (ver mapas 1, 2, 3 e 4), nesse período elabora muito bem seu papel de promotor de novos redutos eleitorais quando se percebe um aumento considerável em seus percentuais de votos nas duas microrregiões de Dianópolis e Gurupi com um aumento de 1,57 % entre os períodos eleitorais de 2002 a 2010. Valendo-se dos índices de concentração que o parlamentar obteve nessas microrregiões, particularmente na de Gurupi e que depois se torna disperso entre as microrregiões de Gurupi, Dianópolis, Rio Formoso e Porto Nacional no período eleitoral de 2014, o que o mantém entre os seis primeiros mais bem votados, com 2,34 % dos votos totais do Estado (observar tabela 5, mais a diante).

Todos esses exemplos acabam por afirmar o que Carvalho (2003) explicita em seus estudos que o padrão de concentração passa a ser significativo aos parlamentares eleitos quando os mesmos tendem a focar seus esforços – e gastos – de campanha em regiões geograficamente próximas, normalmente nas mesmas áreas onde são mais conhecidos e de onde já se configuram um considerável capital eleitoral. Assim as votações que se apresentam nos períodos eleitorais são cada vez mais concentrados, levando a considerar a definição que Carvalho (2003) estabelece.

Optamos, assim, por manter o índice sem a normalização, mas analisando, em momento oportuno, a variação desse índice por Estado, levando em consideração a distribuição distinta mais ou menos concentrada – do eleitorado em cada unidade da federação. Por outro lado, vale notar que, embora se trate de variável contínua, construímos a partir dos valores

observados uma tipologia capaz de conferir significado político a esses valores. Definimos quatro faixas de concentração e dispersão do voto que designam quatro tipos de deputados, ou se quisermos de estratégias políticas:

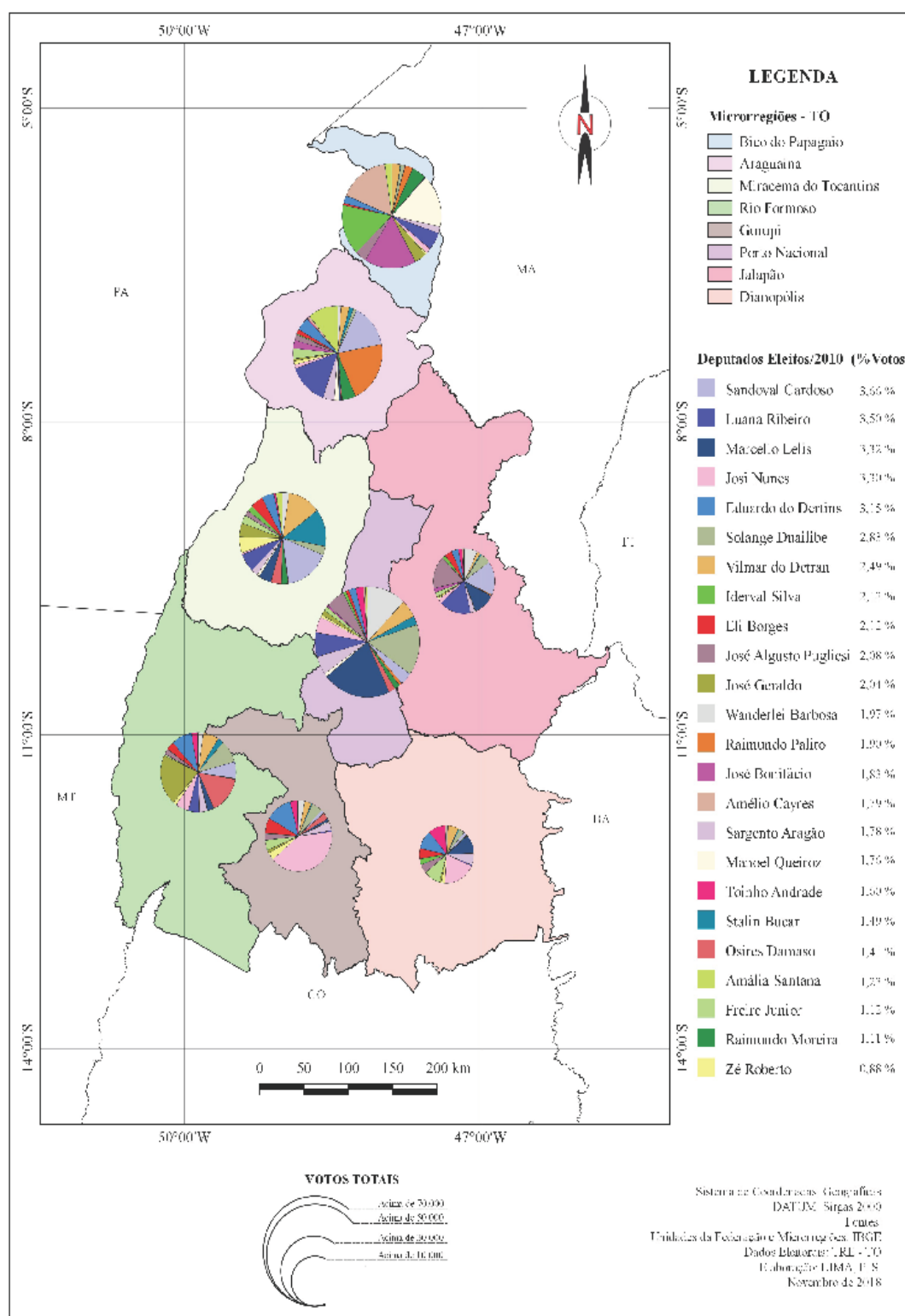
Deputados de votação com Concentração Alta: Índice de fragmentação varia entre 1,0 e 4,0. Nesta faixa, situam-se deputados que, em média, conseguem concentrar em um único município 65% de sua votação. Nos 10 primeiros municípios em que obtêm maior número de votos, alcançam um percentual da ordem de 85%. (CARVALHO 2003, pg 96).

Tabela 1: Padrão médio de concentração da variável por período eleitoral nas 8 microrregiões do Estado do Tocantins.

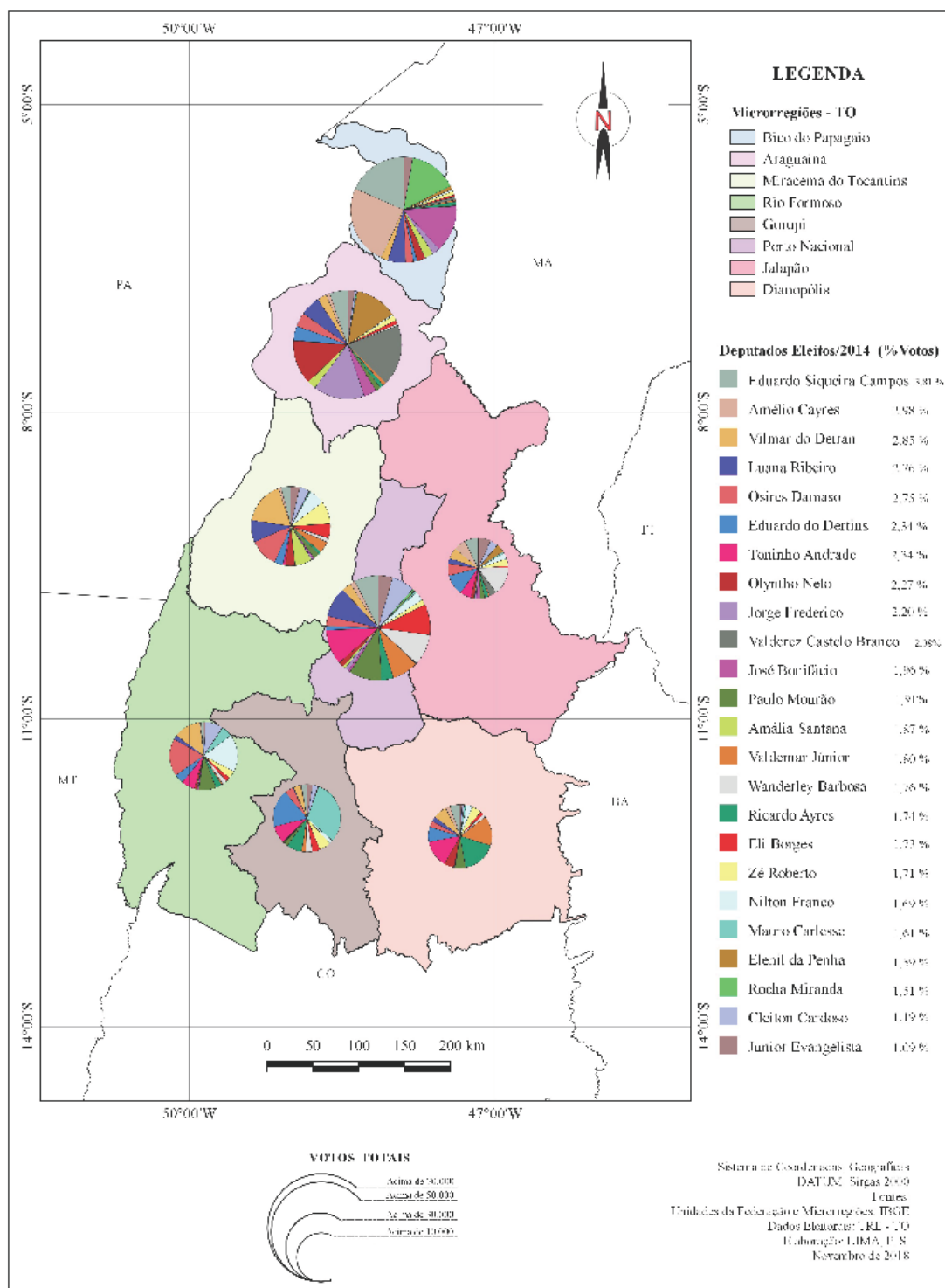
Microrregiões									
Período eleitoral	Bico do Papagaio	Araguaína	Miracema do Tocantins	Rio Formoso	Gurupi	Porto Nacional	Jalapão	Dianópolis	Média
2002	3,87	3,34	1,98	2,36	2,03	2,87	5,34	2,98	3,09
2006	4,31	3,02	2,87	2,97	2,46	2,02	4,63	2,36	3,08
2010	5,87	2,37	3,92	3,46	1,97	2,01	4,78	2,47	3,35
2014	3,87	3,03	2,98	2,36	1,82	2,48	3,03	1,98	2,69
Total dos períodos	17,75	11,76	11,75	11,15	8,28	9,38	17,78	9,79	12,21

Fonte: Do autor a partir da elaboração do cálculo índice de Rae invertido conforme Cavalho (2003) e dados do TRE-TO de cada período eleitoral estudado em nosso recorte temporal.

Padrão de Votação dos Deputados, Variável por Período Eleitoral 2010



Padrão de Votação dos Deputados, Variável por Período Eleitoral 2014



4.2.2 Variável por perfil ideológico.

Mensurar devidamente o perfil ideológico dos parlamentares tocantinenses resultou em pequenas variações nos padrões médios de dispersão dos mesmos pelo território estadual. Quando fazemos a leitura com a taxonomia estabelecida como sendo concentrado dominante, os parlamentares apresentam um comportamento distributivista, em que sua dominância gera uma relação clientelista e de empreguismo com seus eleitores, com maiores incentivos de recursos e emendas ao orçamento, privilegiando a transferência de recursos para seus redutos eleitorais.

Nesse caso, percebe-se claramente que a formação dos redutos eleitorais se estabelece de forma significativa e com poucas variações nas disputas territoriais, especialmente na relação de troca de parlamentares com perfil ideológico diferente. Sempre se encontra para determinado território um representante legislativo com o mesmo perfil ideológico, ligado sempre a uma família tradicional ou a outros vínculos que podem estar associados às características já mencionadas na taxonomia organizada por nós. Essas considerações epistemológicas são reafirmadas por Ames (2003):

Nos lugares em que os deputados dividem votos com muitos outros (como nas capitais), as emendas são inúteis, mas ganham mais importância à medida que cresce a dominância.

As emendas formuladas por outros deputados deveriam diminuir a votação de um candidato porque significam que os adversários convergiram para os mesmos municípios. Com exceção do Rio de Janeiro e de São Paulo – onde as emendas de outros deputados não tiveram impacto-, foi exatamente isso que aconteceu. A hipótese não se confirmou no Rio de Janeiro e de São Paulo pela razão já mencionada: a falta de municípios em que um político tem nítida predominância (AMES, 2003, p 127,128).

Dessa maneira, o distributivismo é compensado pelos eleitores sob a forma de votos nas eleições seguintes. Almeja-se, pois, que deputados de partidos de direita apresentem índices de concentração mais elevados que seus pares de perfil ideológico de esquerda ou centro esquerda. Isso porque o distributivismo tem como característica o fortalecimento das relações já citadas na taxonomia, fazendo com

que os redutos eleitorais cada vez mais se tornem dependentes dos recursos repassados pelo governo por intermédio dos deputados, ao passo que tornaria o deputado cada vez mais dependente desses mesmos redutos eleitorais, fazendo de seu mandato prioritariamente dedicado à transferência desses recursos de forma desagregada.

A construção da tabela 2 e dos mapas (5, 6, 7 e 8) demonstram que não se confluem essa lógica para a distinção ideológica dos parlamentares:

Tabela 2: Padrão médio de concentração da variável por perfil ideológico nos períodos eleitorais.

Perfil Ideológico				
Períodos eleitorais	Direita	Centro	Esquerda	Total por perfil
2002	1,89%	1,54%	1,34%	4,77%
2006	1,81%	1,95%	1,37%	5,13%
2010	1,77%	2,52%	1,64%	5,93%
2014	2,19%	1,77%	1,83%	5,79%
Média dos 4 períodos eleitorais	1,91%	1,94%	1,54%	

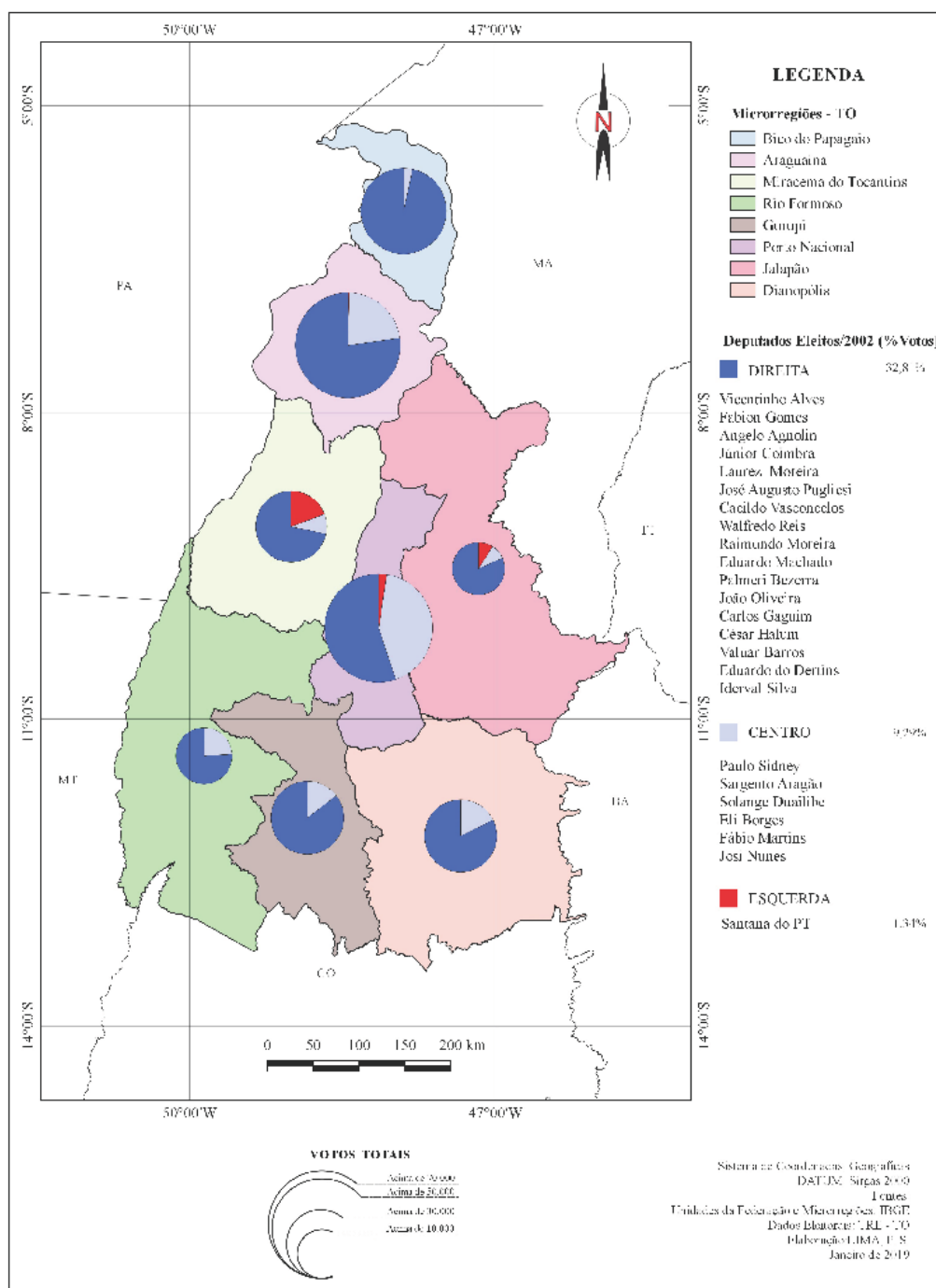
Particularmente não temos uma heterogeneidade de perfis ideológicos, com apenas três deputados de esquerda e os demais todos filiados a partidos de direita ou centro direita, mas o que podemos notar é que as médias de índices de concentração por perfil ideológico não é tão dispare. Porém, o ano de 2010 é singular pelo seu índice de concentração para o perfil de centro, resultado exatamente da busca desses políticos de se identificarem com as políticas do governo federal pelo sucesso das mesmas e capilarizadas por todo o Brasil. Essa foi uma tendência desprendida por todos os políticos de centro e de esquerda através de compensações geradas pelos recursos advindos do governo federal em uma

política republicana.

Como mostra a tabela 2, existe uma tendência de concentração dos deputados de perfil ideológico de direita, pois os mesmos atendem a uma média pouco acima dos demais. Ao analisarmos os dados devemos considerar que quando falamos de perfil ideológico no caso do Tocantins, aqueles que se enquadram na esquerda são do Partido dos Trabalhadores – PT, que de longe é a maior agremiação partidária de esquerda que tem potencial eleitoral em todo o país e não seria de fato oportuno analisar que a solidificação partidária que está intimamente ligada às lutas urbanas possam e influenciar como um todo o restante do país, especialmente o surgimento, mesmo que pequeno, de um contingente de parlamentares no Estado do Tocantins. O número de deputados de esquerda cresceu justamente no período em que o governo federal foi dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, dando à bancada petista mais cadeiras no parlamento tocantinense. Observando os dados podemos notar que o crescimento foi ascendente, especialmente nos dois últimos períodos eleitorais estudados, sendo que a esquerda saltou de 1,34% em 2002 para 1,83% em 2014 (ver mapa 8), saindo de apenas um parlamentar para três parlamentares representando o PT na Assembleia Legislativa do Tocantins.

Os dados relativos à concentração de votos dos deputados, conforme os índices estabelecidos, são de poucas variações para ambos perfis ideológico. Com apenas algumas diferenças substanciais, todos os deputados de esquerda tem elevados índices de concentração em determinadas microrregiões, caso do Deputado eleito em 2002, José Santana do PT, que obteve votos apenas em três microrregiões: Jalapão, Porto Nacional e, essencialmente, Miracema do Tocantins, concentrando seu voto na cidade em que o mesmo foi prefeito, Colinas do Tocantins, onde seu domínio eleitoral é bastante expressivo.

Mapa 5 - Padrão de Votação dos Deputados: Variável por Perfil Ideológico 2002



Ainda no período de 2002 (ver mapa 5), outro entendimento de uma elevada concentração de votos para um perfil ideológico é a microrregião do Bico do Papagaio, que concedeu quase 100% dos votos para a direita, com uma pequena expressão de votos de perfil de centro e nenhum voto da esquerda. Essa leitura nos coloca uma condição de constituição de redutos eleitorais fortes e contínuos, ricamente associada às políticas enquadradas na taxonomia de padrões territoriais de voto, construída por nós, como sendo Concentrado Dominante, pela qual os parlamentares eleitos, como é o caso de Fabion Gomes, servidor público de carreira estadual, que tem grande dominância na microrregião e que praticamente obteve a maioria dos votos na mesma.

Outro parlamentar eleito com grande maioria dos votos na microrregião de Araguaína, neste período eleitoral, foi Ângelo Agnolin, que obteve 2,33% dos votos totais do Estado, sendo que o mesmo é empresário e dirige agremiação de empresários no Estado, além do sistema S, dando a ele condições largas para a obtenção de um reduto eleitoral cristalizado dentro de relações patriarcais e de representatividade dos empresários tocantinenses. Paulo Sidney é outro deputado eleito com votos consideráveis, pois exerce muita influência na região de Araguaína, além de ter uma enorme representatividade política, por ter sido secretário de Estado e vice governador no segundo pleito eleitoral do Estado, junto com o Governador Moisés Avelino, construindo assim uma relação muito próxima com seus eleitores e dando as características de um político segundo nossa taxonomia de Concentrado Dominante.

Indubitavelmente, o perfil dos parlamentares em busca de votos entre os diferentes partidos contribui para o quadro descrito na tabela, qual seja, de menor dominância entre os deputados de partidos de esquerda. O PT é de longe a maior agremiação assim classificada com significativo potencial eleitoral e número de deputados eleitos no Brasil. Isso determina certo perfil de consolidação partidária, especialmente vinculado a uma bandeira política forte, ligados a lutas sociais, pelos quais o legislador que representa é de voto classista com um eleitorado marcado por uma opinião definida do ponto de vista político.

Embora após a eleição de Lula à presidência da República tenha avolumado os votos na esquerda por todo o Brasil, no Tocantins isso ainda se manteve pouco inalterado, caso observado com os dados do padrão de votação dos deputados pela

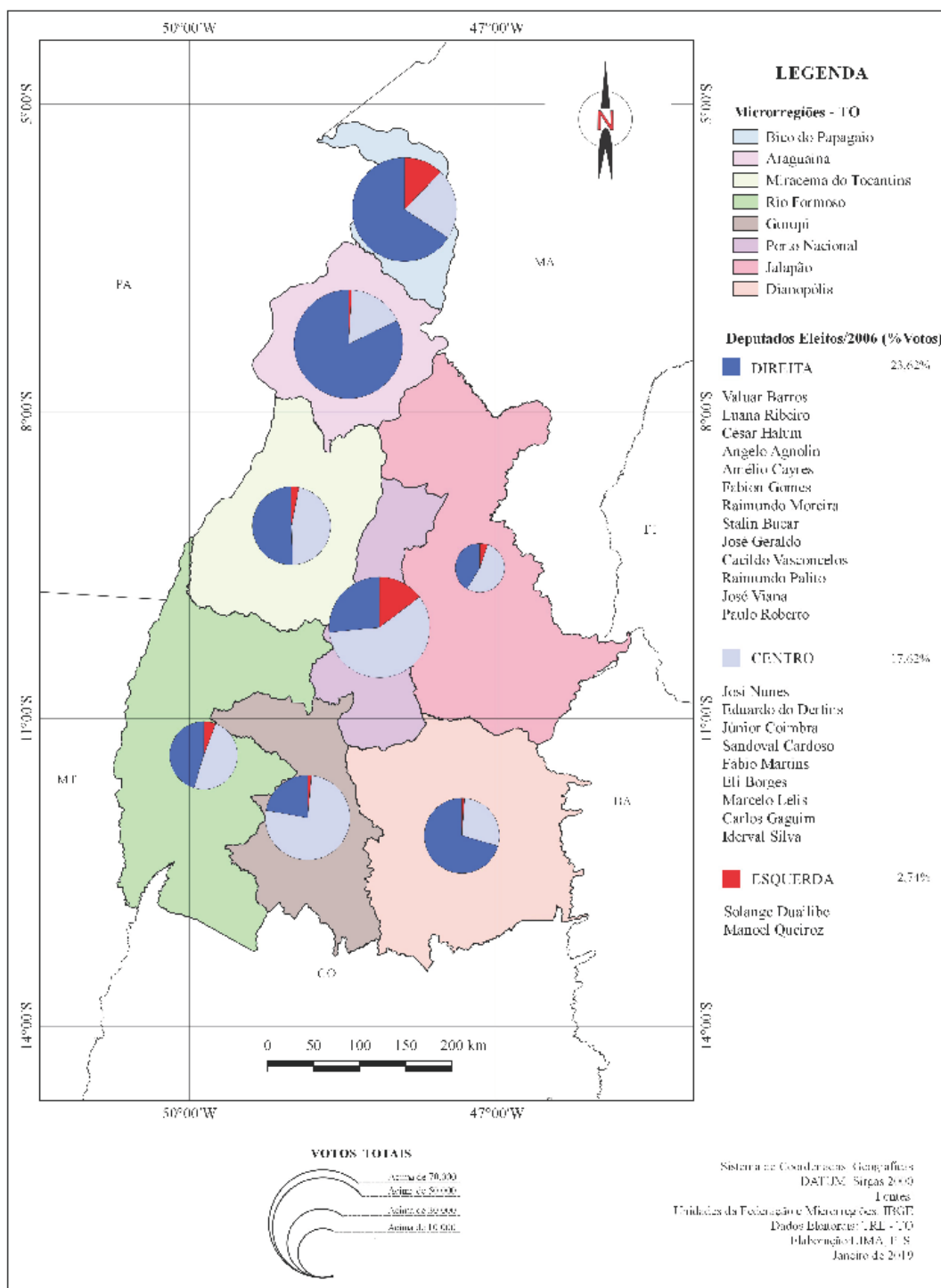
variável por perfil ideológico, conforme os mapas 5, 6, 7 e 8 e tabela 2, que mostram uma expressiva diferença entre os deputados de direita que alcançam uma média de 1,91% em todos os processos eleitorais do recorte temporal usado por nós. E se se observa bem, existe pouquíssima variação dos mesmos. Já os parlamentares de centro obtiveram um crescimento considerável em nosso Estado (ver tabela 2 e mapas 6, 7 e 8), especialmente no período de governo Petista na esfera federal, saindo de 1,54% de média, com um total de 9,29% em todo Estado, em 2002 para 17,62% em 2006 e de 27,76% em 2010, que dá uma média individual elevadíssima de 2,52% para cada deputado de centro. Já em 2014 houve uma queda abrupta de mais de 18%.

Esses resultados se expressam pelo fato de que as disputas territoriais dos partidos de esquerda começaram a se desconcentrar, pois em função dos programas políticos do governo federal os parlamentares ou candidatos aos pleitos eleitorais ligados especialmente ao Partido dos Trabalhadores adotaram o princípio do *pork-barrel e casework*, conforme relata CARVALHO (2003):

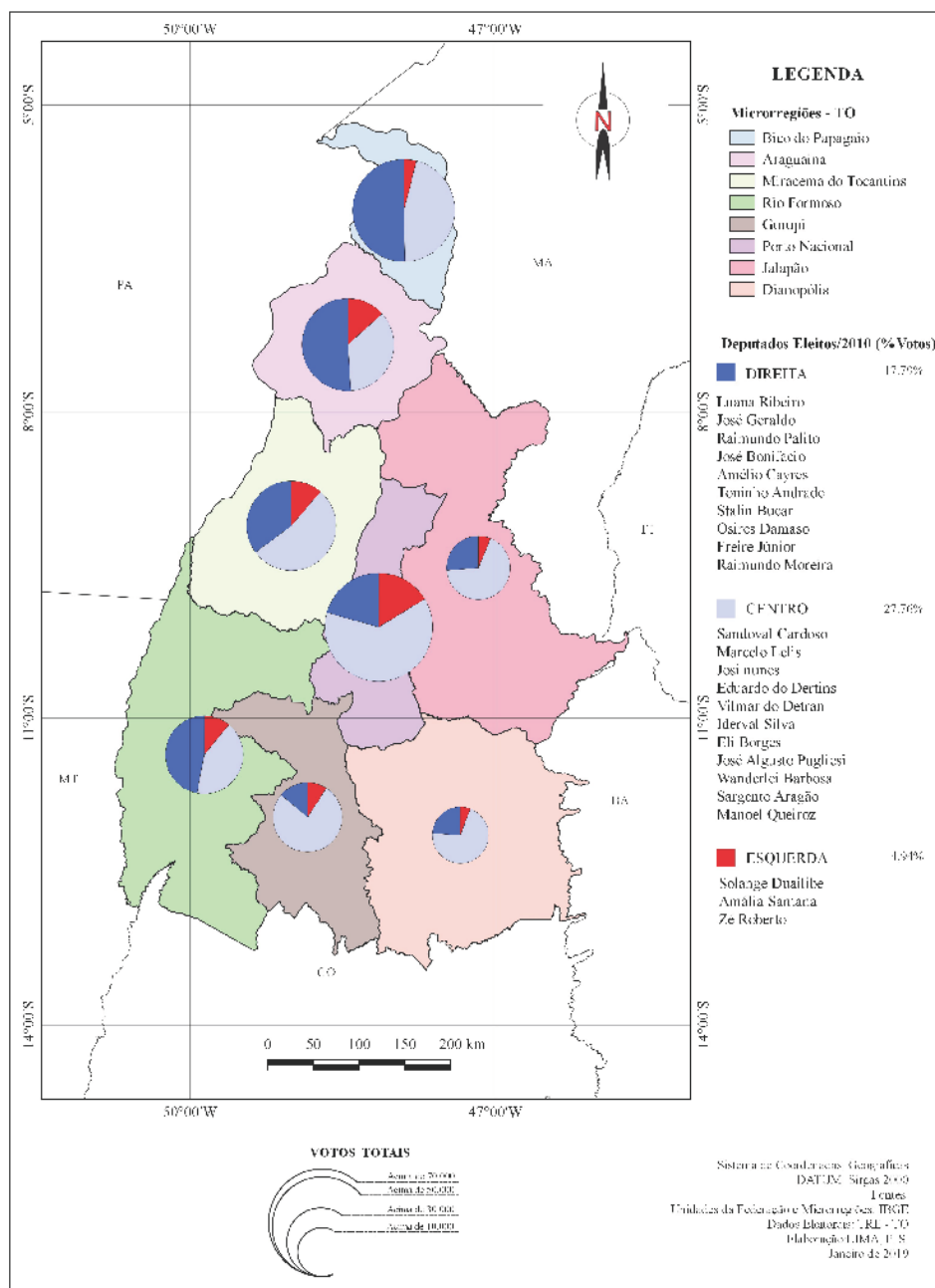
Se os partidos desempenham papel de tamanha centralidade no processo legislativo, deve-se responder ao porquê de tais organizações. Ora, porque reputações individuais são essencialmente bens privados, não é difícil explicar por que legisladores praticam certas atividades – como pork-barrel e casework – que reforçam suas próprias reputações. Ao contrário, a reputação partidária, baseada no seu desempenho, é um bem público para todos os legisladores no partido (CARVALHO, 2003, p. 42).

Nessas condições, os parlamentares eleitos pela esquerda no Tocantins acabaram por utilizar dos benefícios da imagem do presidente Lula e do próprio Partido dos Trabalhadores para exercer força política em seus redutos eleitorais, sendo que os resultados das políticas públicas adotadas pelo governo federal acabaram dando essa condição de retorno eleitoral imediato, gerando uma desconcentração territorial dos votos nos pleitos que vão de 2006 a 2014, conforme se observa nos mapas 6, 7 e 8.

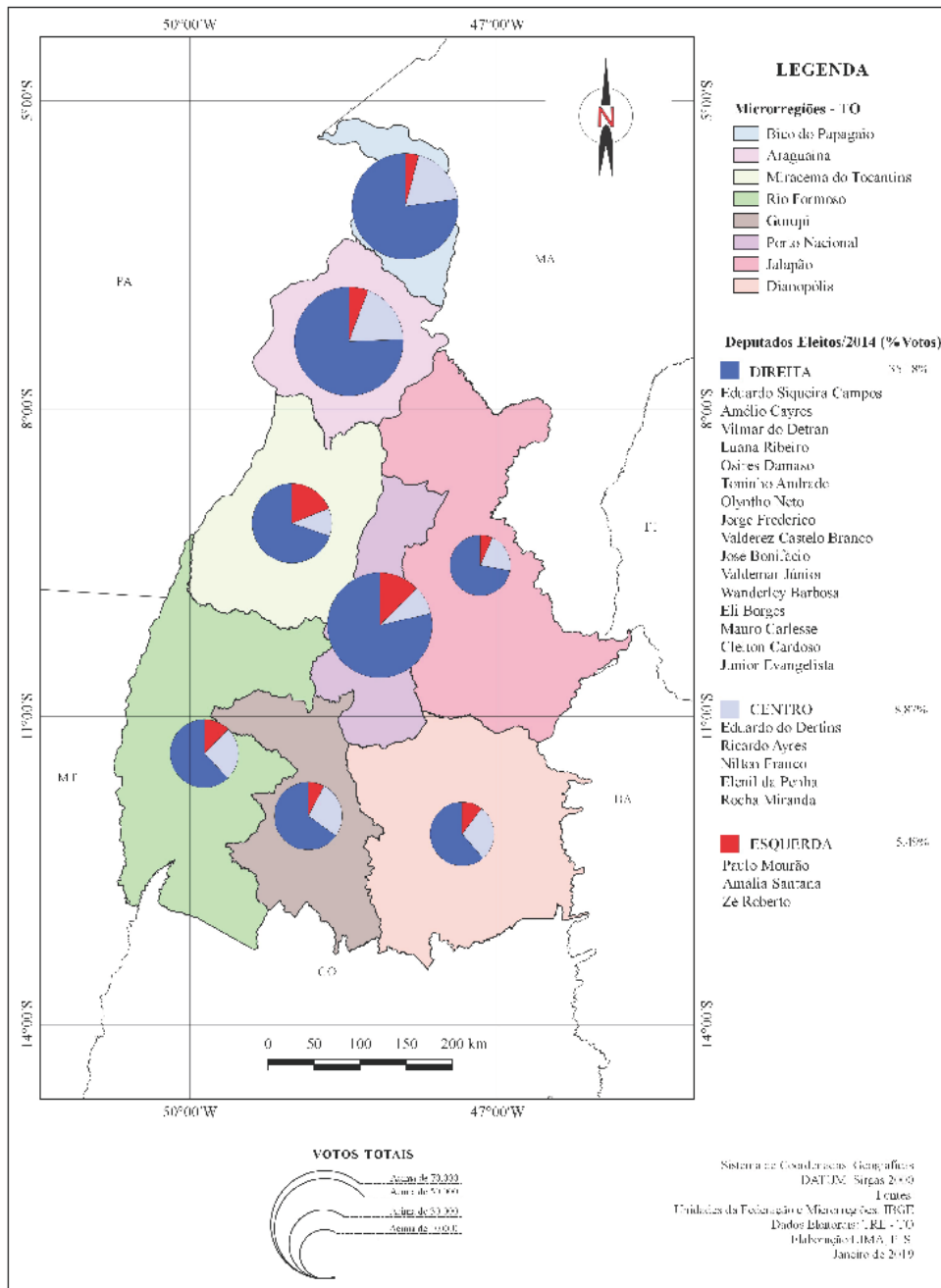
Mapa 6 - Padrão de Votação dos Deputados: Variável por Perfil Ideológico 2006



Mapa 7 - Padrão de Votação dos Deputados: Variável por Perfil Ideológico 2010



Mapa 8 - Padrão de Votação dos Deputados. Variável por Perfil Ideológico 2014



Observemos o que comenta AMES (2003) em relação à dominância territorial dos parlamentares a partir desse modelo distributivista e da ação de pork-barrel e casework:

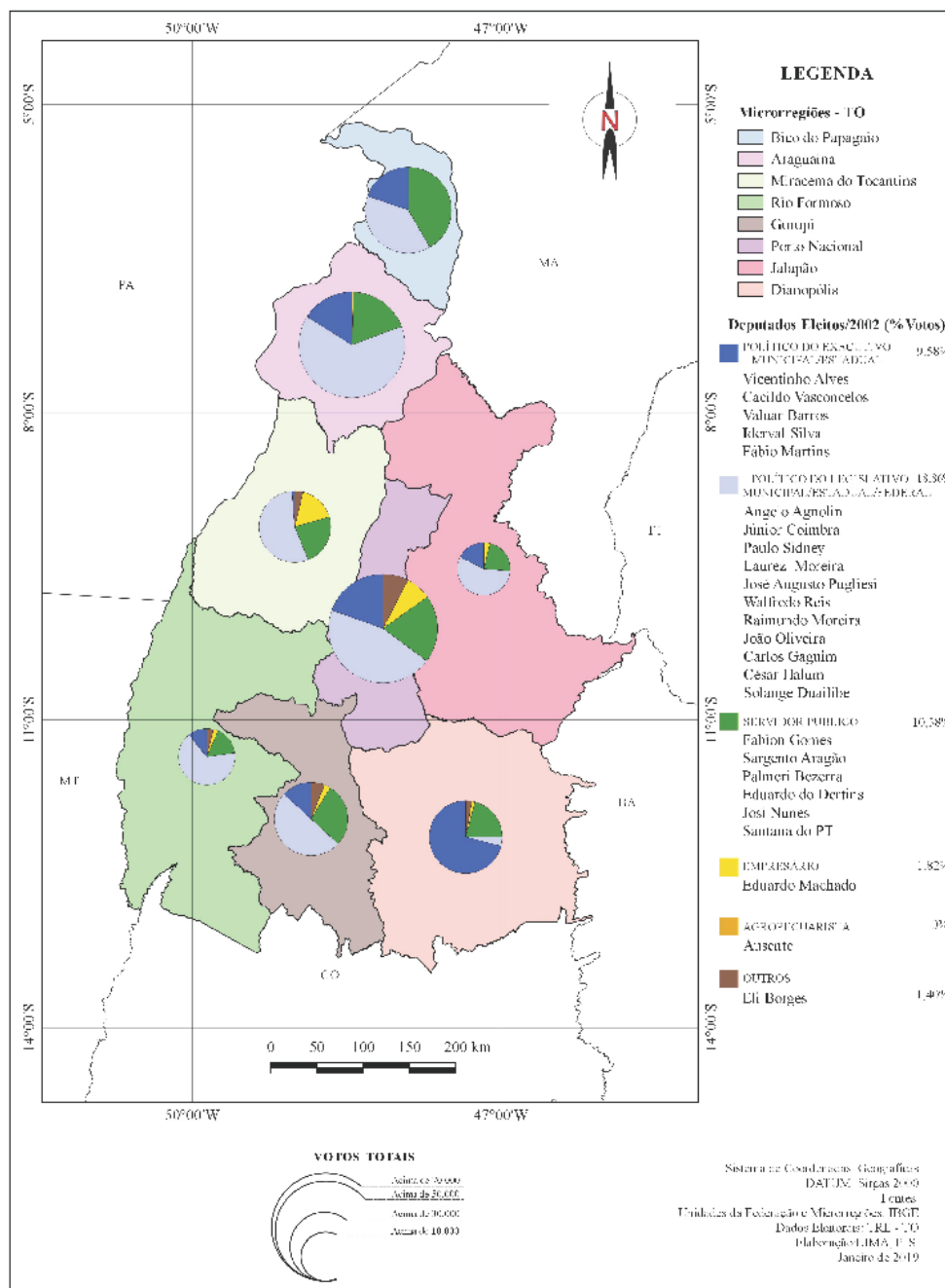
As emendas também fizeram as diferenças no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas só no caso dos deputados mais dominantes – isto é nesses Estados, as emendas adquiriram importância à medida que aumentou a dominância do deputado no município. Nos lugares em que os deputados dividem votos com muitos outros (como nas capitais), as emendas são inúteis, mas ganham mais importância à medida que cresce a dominância.(AMES, 2003, pg 128)

Isso fica visível nos resultados adquiridos nos períodos eleitorais de 2006, 2010 e 2014 quando o aumento expressivo da dominância territorial dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores se dissemina por todo o território tocaninense (conforme os mapas 6, 7 e 8), mostrando que a média de concentração dos parlamentares aumentou de 1,34% em 2002, para 2,74% em 2006, 4,94% em 2010 e 5,49% em 2014, resultado sim das políticas governamentais da era PT no governo federal e da utilização das mesmas como propósito de votos para os candidatos. Tal situação evidencia claramente a prática de pork-barrel e casework.

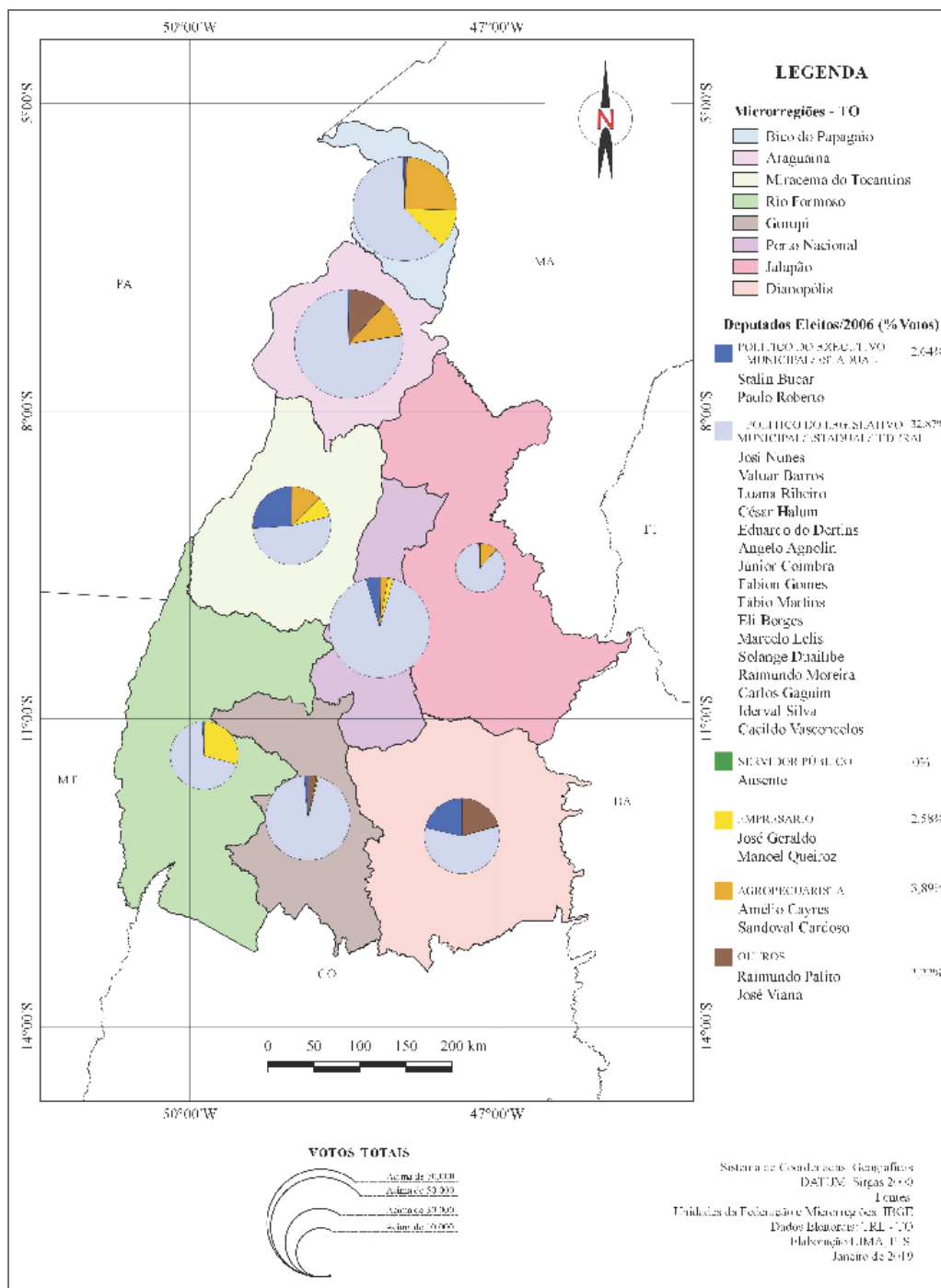
4.2.3 Variável por origem do parlamentar.

Ao estudarmos a origem dos parlamentares nos deparamos em princípio com uma obviedade: a origem e trajetória anterior do candidato tem uma influência direta sobre suas características territoriais, particularmente no período eleitoral de 2002, (conforme tabela 3 e mapa 11), visto que os mesmos podem ter sua dominância territorial intimamente associada àquilo que ele foi, antes de ser um parlamentar. Os candidatos que caminham para a variável de senioridade, perfil ainda não detalhado no trabalho, se mostram mais fortes e particularmente mais dominantes territorialmente, assim tenderiam a ter seus votos mais fragmentados, por exercerem força política em praticamente todo o território do estado.

Mapa 9 - Padrão de Votação dos Deputados: Variável por Origem Parlamentar 2002



Mapa 10 - Padrão de Votação dos Deputados: Variável por Origem Parlamentar 2006

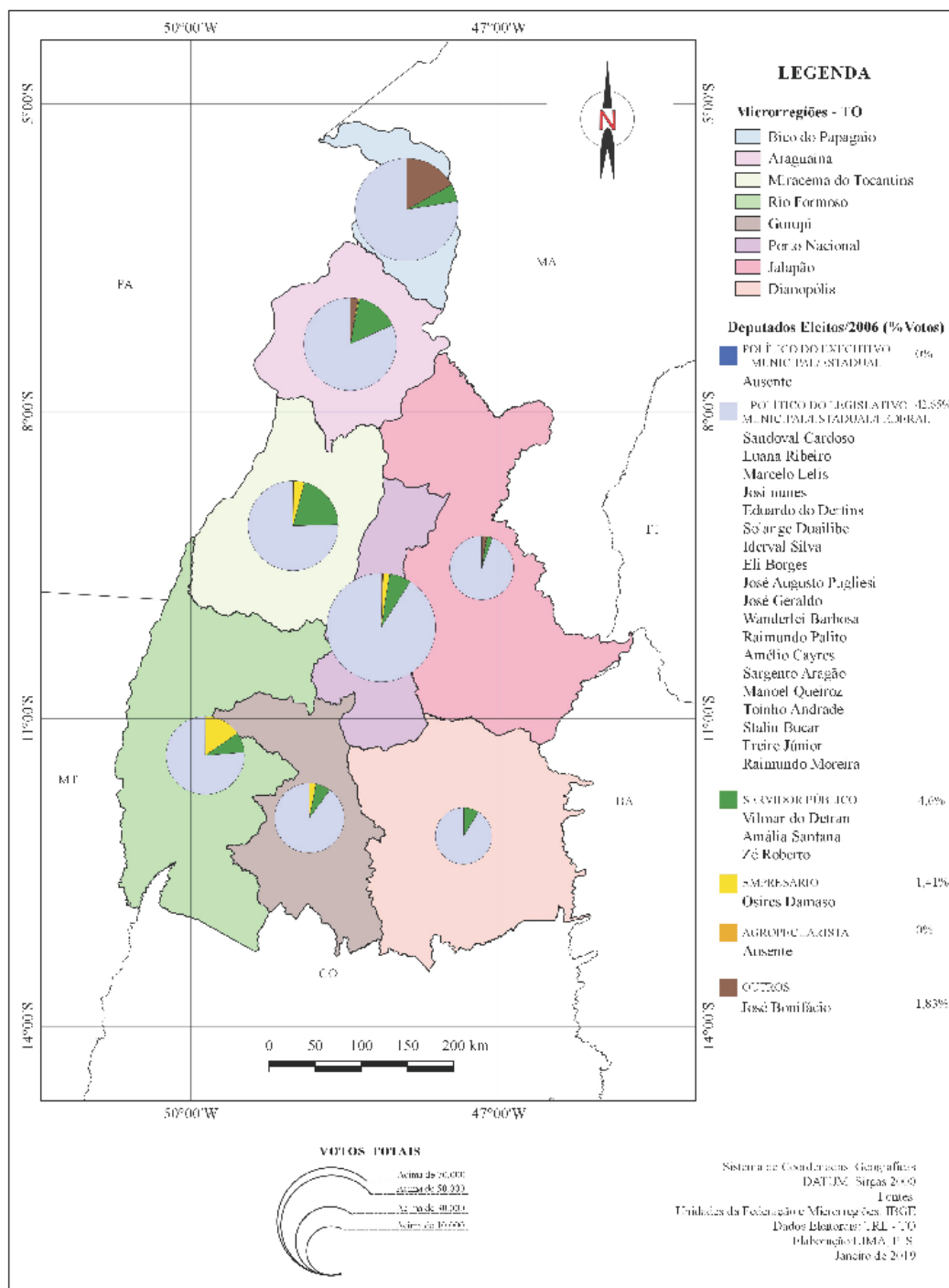


Ocorre assim, também preferivelmente com candidatos que ocuparam cargos nas estruturas do governo federal, caso típico nos períodos eleitorais de 2010 e 2014, com o Deputado eleito Zé Roberto (ver mapas 3 e 4 de padrões de votação dos deputados pela variável por período eleitoral e 11 e 12, de padrão de votação dos deputados, por variável de origem do parlamentar), do Partido dos Trabalhadores, que ocupou cargo no Incra do Estado do Tocantins no Governo Lula e teve votos em todas as microrregiões do estado em função de sua atuação política no cargo, graças a sua capilaridade e constituição de redutos eleitorais expressivos, além, é claro, de usar um discurso de crédito por serviços e obras que o governo federal tenha executado nas diferentes microrregiões. Mais uma vez a prática do *pork-barrel e casework* fica evidente na política distributivista no Brasil e no caso do Tocantins se mostra clara em todo o percurso dos períodos eleitorais ora estudados.

Oposto a isso, deve se esperar de candidatos que tenham ocupado cargos no executivo municipal, especialmente prefeitos, pois esta prerrogativa lhes asseguraria uma grande projeção dentro do seu município de origem e alguns municípios no entorno de seu domicílio eleitoral, mas uma menor projeção nas demais regiões do estado. Candidatos com outras origens anteriores apresentaram tendências variadas de concentração de suas votações, com variações associadas ao perfil de seus discursos, traço eminentemente ideológico e já estudado no perfil anterior.

Todavia, encontramos uma relevante e expressiva concentração de votos percentuais no perfil de político dos legislativos Municipais/Estadual/Federal, especialmente a partir do período de 2006, que já se configura como o período em que o governo brasileiro passou a ter um comportamento republicano e desencadeou por todo o território brasileiro uma série de programas governamentais que acabou por favorecer os políticos de base regional, dando condições para que os mesmo pudessem se estabelecer temporalmente em seus cargos legislativos através de acordos feitos com lideranças locais, prefeitos e vereadores em cada reduto eleitoral composto por eles.

Mapa II - Padrão de Votação dos Deputados: Variável por Origem Parlamentar 2010



Sendo assim, vamos observar o desenvolvimento da prática do pork-barrel e casework em todos os períodos eleitorais ora estudados. Isso fica constatado na tabela 3 logo abaixo e analisada detalhadamente a seguir.

Tabela 3: Padrão médio de concentração da variável por perfil de origem dos parlamentares por período eleitoral.

Origem do Parlamentar	Político do Executivo Municipal/Estadual/Federal	Político do legislativo Municipal/Estadual	Sevidor Público	Empresário	Agropecuaria	Outros
Períodos eleitorais						
2002	1,91	1,70	1,73	1,82	0	1,40
2006	1,32	2,05	0	1,29	1,94	1,11
2010	0	2,24	1,53	1,41	0	1,83
2014	1,75	2,83	1,19	0	1,61	1,59
Soma dos padrões dos 4 períodos eleitorais	4,98	8,82	4,45	4,52	3,55	5,93

Confirmando a hipótese levantada de que a concentração dos votos aconteceria acima da média entre os deputados que têm sua origem na estrutura dos governos estadual e federal, num primeiro momento, podendo ser observado que neste grupo estão principalmente políticos dos executivos Municipais/Estadual/Federal. Para estes, a função exercida possibilitou grande visibilidade estadual, seja pelas obras e serviços feitos, especialmente aí a prática do pork-barrel e casework sempre em alta, com inaugurações de obras no interior do estado, ou seja também pelo excessivo número de viagens a municípios, onde o parlamentar ou candidato se apresenta como representante do governo, tanto da esfera estadual quanto da federal, participando de inúmeros eventos, como entrevistas a rádios locais, comemorações de aniversário de emancipação dos municípios e demais outros eventos que possam ser capitaneados para a arregimentação de votos para tal candidato.

Dessa maneira, esses políticos às vésperas do processo eleitoral são muito conhecidos de um número considerável de eleitores, utilizando-se do período da campanha não para apresentar-se e fazer propostas de campanha, mas sim para lembrar e, possivelmente, cobrar o apoio pelos feitos trazidos “por ele” como membro de um conjunto político e da estrutura governamental. Essa dinâmica permite considerável articulação, garantindo acordos políticos com as lideranças locais e ou regionais, especialmente prefeitos de cidades que receberam recursos, obras e serviços de tais práticas, os quais passaram a atuar como puxadores de votos ou cabos eleitorais muito fortes dos candidatos.

Entre os deputados eleitos que apresentavam este perfil pregresso o índice de concentração é de 4,98%.

Todavia após o primeiro pleito estudado vamos ter uma mudança exponencial na porcentagem de parlamentares eleitos no estado para origem de Legislativo Municipal/Estadual/Federal, pois a partir desse momento as práticas políticas passam a ser dominadas pelos deputados que exercem forte poder na política de troca de benefícios, tudo condicionado as suas relações com as esferas de poder do executivo e do legislativo no Brasil. Com poucas variações entre as microrregiões. Este índice está bem acima da média geral, que é de 8,82%, e é de longe o maior dentre todos os grupos analisados. Sem

dúvida, a projeção possibilitada pelo acesso às estruturas dos governos, sejam elas na esfera estadual ou na federal, ampliam e muito as condições de formação de redutos eleitorais, além de ser um instrumento de divulgação da imagem política e da ampliação do capital eleitoral de inestimável valor aos candidatos ao cargo de deputado, pois permite ampliar seus redutos e captar votos em praticamente todas as microrregiões do estado.

A antípoda disto está os parlamentares oriundos das estruturas dos governos municipais, especialmente os que ocuparam os cargos do executivo e do legislativo. Neste grupo, o índice de concentração é de apenas 4,98%, sendo mais elevado entre todos do perfil de votação, pois ele se constituiu com já tido, o oposto do grupo composto por membros do executivo estadual e federal, sendo integrado por atores políticos de projeção local conhecidos de um conjunto pequeno e geograficamente delimitado de leitores, notabilizados pelos votos em seus municípios, onde exerceram seus cargos no executivo e suas áreas de influências. Nesse caso, as votações mais expressivas estão em um número de municípios mais reduzidos e que podem ser como já dito anteriormente o caso de concretude e cristalização de redutos eleitorais dos parlamentares ou candidatos aos pleitos dos períodos estudados com as características taxonômicas do concentrado dominante, muito claramente explicitado por AMES(2003):

Definir dominância e concentração como características individuais mensuradas no estado com um todo, Mas a dominância também tem significação no plano municipal. Um deputado pode ser dominante em localidades pequenas e apenas compartilhar municípios populosos. Estou supondo que somente a dominância no nível do município influi na elaboração de emendas. Quanto maior a dominância do deputado num dado município, mais aumentam suas chances de reivindicar créditos pelo seu empenho em cavar benefícios para o lugar e, portanto, mais emendas ele possivelmente apresentará. (AMES, 2003, pg 115)

Isso acaba por mostrar que esse tipo de candidato não consegue capitanear votos em espaços com muita disputa eleitoral, caso expressivo na

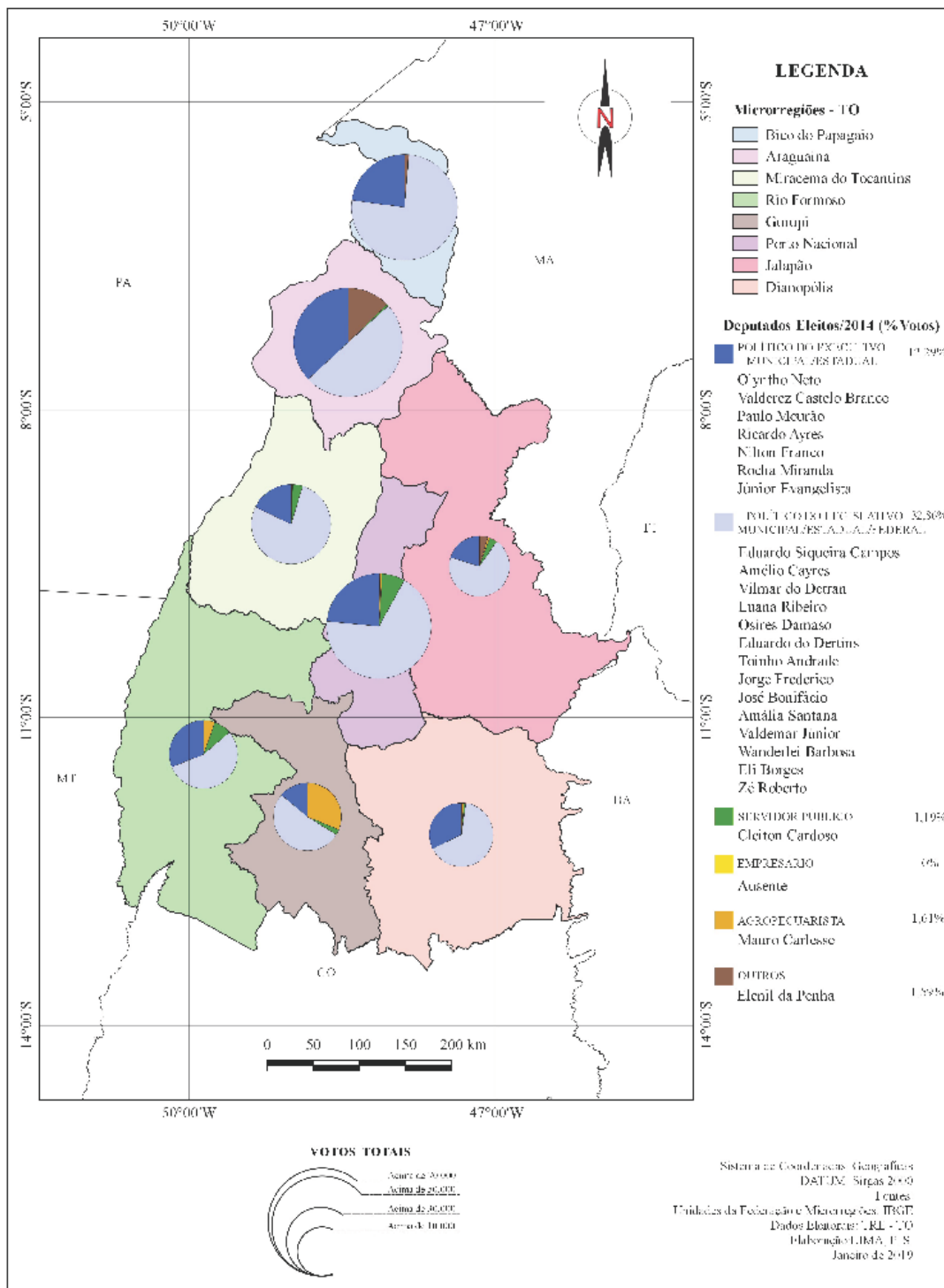
microrregião de Porto Nacional, onde se tem a capital do Estado e cidades extremamente disputadas nos processos eleitorais no Tocantins. Eles se notabilizam por angariar seus votos em um reduzido território e que acabam por serem grandes concorrentes do grande capital eleitoral nestes territórios.

Fica claro nos dados que dentre os parlamentares as taxas de concentração elevadas estão associadas à prática do pork-barrel e casework, portanto o exercício do cargo de deputado, às vezes não configura como aquele que trará índices de concentração de votos, que resultará em vitória eleitoral, mas sim a ocupação de cargos nas estruturas dos governos seja ele federal ou estadual, ratificando a mensagem oral e que leva a prática de que privilegiar a busca por cargos no executivo é uma estratégia importante para a conquista de votos e a formação de redutos eleitorais possivelmente fortes, graças a cultura política construída ao longo de anos no Estado brasileiro.

Essa condição se dá como já explicitado a partir do acesso, em especial dos recursos oriundos da esfera federal e que permitem aos parlamentares ou candidatos que estão na estrutura do executivo uma série de ações de transferência de benefícios governamentais a grupos geograficamente delimitados por suas ações, sejam elas para a constituição o ampliação de redutos eleitorais e que se os mesmos estivessem apenas em seus pleitos legislativos não teriam possivelmente a capilaridade que acabam construindo. Sendo assim, fazer parte do executivo estadual, é mais interessante para ampliação de seus redutos eleitorais dentro do território estadual do que apenas ocupar o cargo de deputado.

Ao estudarmos os mapas por variável de origem parlamentar podemos considerar que os votos se concentram em sua maioria nos políticos do legislativo municipal/estadual/federal, sendo que o crescimento do político do executivo municipal/estadual/federal cresce a cada período eleitoral estudado, exceto no pleito de 2006 que zerado em função do que já foi explicitado aqui em relação à política do pork-barrel e casework, muito utilizado pelos deputados eleitos no momento de locação de suas emendas e a constituição das leis orçamentárias.

Mapa 12 - Padrão de Votação dos Deputados: Variável por Origem Parlamentar 2014



Os índices expressos acabam por mostrar que a variável por origem parlamentar nos faz saltar com certa atenção para a última variável, a de senioridade eleitoral com a intenção de ratificar uma hipótese de que essa prática usual do legislativo junto ao executivo de tomar para si os benefícios advindos do orçamento seja ele da esfera federal ou da estadual, propiciam o processo de reeleição dos deputados já assentados nas cadeiras do parlamento. Todavia a que se nota a devida atenção que AMES (2003) descreve sobre as taxas de renovação do parlamento brasileiro na esfera federal e que possivelmente pode ser transferido para os parlamentos estaduais e em especial o Tocantinense:

A maioria dos estudos que buscam entender as motivações dos deputados, especialmente os que seguem a tradição teórica da escolha racional, supões que a reeleição seja o objetivo primordial dos parlamentares, Essa hipótese é justificável no caso da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, onde é alta a probabilidade da reeleição, mas no Brasil, o número de deputados que voltam ao Congresso é muito menor. As taxas de reeleição, no caso brasileiro, são tão baixas que talvez seja mesmo irracional para os deputados concentrarem todas as suas energias na tentativa de uma reeleição. (AMES, 2003, pg 181 e 182)

4.2.4 Variável por senioridade

Nessa variável a compreensão de que o número de mandatos constitui elemento importante para o entendimento do perfil de votação e de formação de redutos eleitorais expressivos se dão no entendimento de que, ao passo que um parlamentar acumula mandatos ele tende a ampliar cada vez mais suas bases de votação em razão de capitanear mais votos em outros territórios que não seja o seu primeiro reduto, pois ele busca ampliar suas relações com outras lideranças políticas locais, caso muito bem explicitado por Ames (2003):

O que se poderia esperar dos políticos locais que já exercem mandato parlamentar? Dada à raridade de desafios diretos em seus distritos, o que os políticos locais mais temem é a diminuição do voto agregado do partido. Se a queda for suficientemente grande, repetir a colocação anterior na lista do partido não lhes vai assegurar a vaga.

Por isso eles têm de sair em busca de outros eleitores, seja nos redutos dos companheiros de partido, seja nos distritos dominados por parlamentares de outras agremiações. Considerando a fragilidade da identificação partidária no Brasil, os deputados não têm dificuldades para atrair eleitores de outros partidos. Como o sistema de representação proporcional premia os partidos que recebem muitos votos com um número adicional de vagas, os líderes desestimulam as tentativas de conquistar eleitores nas bases de seus aliados dentro do partido. Em suma, os candidatos têm de caçar votos em território inimigo. E como os municípios compartilhados são mais vulneráveis do que os dominados, a possibilidade tanto da dominância quanto da concentração diminui para os candidatos locais (AMES, 2003, p. 112).

Outros fatores também podem determinar situações que favoreçam a senioridade como uma maior exposição à mídia, a possibilidade de manter acordos políticos como as lideranças regionais, domínio das informações e capacidade de negociação para poder destinar recursos e benefícios para diferentes municípios em diferentes regiões do estado, o maior poder de influência e prestígio dentro do partido e na utilização de sua estrutura durante as campanhas eleitorais, estariam a favorecer a ampliação de suas bases de votação desses deputados mais experientes, fragmentando seus votos cada vez mais em cada processo eleitoral estudado por nós. Vejamos então como ficaram os dados refinados por nós na tabela 4.

Tabela 4: Índice de concentração por período, segundo a senioridade eleitoral.

Períodos eleitorais	2002	2006	2010	2014	Média
Número de mandatos					
1	0,70	0,39	0,086	0,69	0,46
2	0,97	1,32	0,96	0,46	0,92
3 ou 4	3,62	2,09	2,64	1,27	3,15

É significativa a distinção de valores quando à senioridade é o elemento que determina o padrão de concentração entre os deputados eleitos no Estado do Tocantins no recorte temporal estudado por nós.

Ocorre exatamente o que levantamos como hipótese, a desconcentração dos votos é expressiva a cada processo eleitoral, podendo ser observado em cada processo eleitoral e em cada pleito que o parlamentar é reeleito. A tabela 4 determina que do primeiro mandato, no qual os índices de concentração chegam próximos de 1, e que conforme o índice de Rae invertido, isso demonstra uma elevada concentração de votos em determinados territórios, os índices vão saltando a cada processo eleitoral para uma desconcentração muito acentuada sendo que a média de concentração dos deputados nos quatro períodos eleitorais estudados no primeiro mandato é de 0,46, já no segundo mandato ele dobra na média e já para os mandatos de 3 e 4 somados conjuntamente ele triplica com uma média de 3,15, mostrando que a proposição deduzida estava correta. A desconcentração de votos é sim um exercício comum entre os deputados que podemos assim dizer - ver tabela 5. Padrão de Votação dos Deputados. Variável por Senioridade ⁸- aprenderam o exercício das práticas políticas que se caracterizam como sendo distributivista e que acabam por dar a dinâmica de abertura de novos redutos eleitorais a eles.

Podemos notar que os índices médios dos parlamentares que obtiveram apenas um mandato tem seus índices de concentração elevados e com poucas variações, exceto no período eleitoral de 2010, que mais uma vez afirmamos que são resultados da prática de uso da máquina pública e dos recursos advindos do governo federal pelos deputados que tem suas origens no perfil do Político do executivo Municipal/Estadual/federal, conforme a tabela 3 e que acabam por inicialmente representar associadamente esse padrão de votação

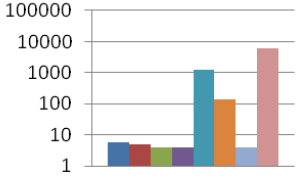
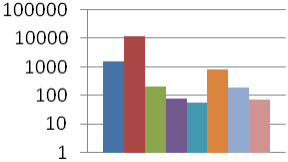
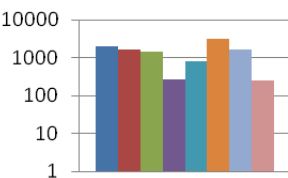
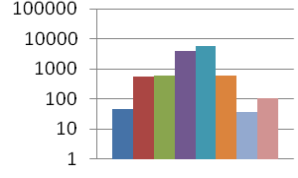
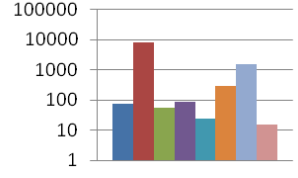
A diferença entre os dois primeiros grupos e o último grupo é extremamente acentuada devido esse grupo usar dos benefícios oriundos do poder de barganha e força política que eles enquanto deputados têm ao longo

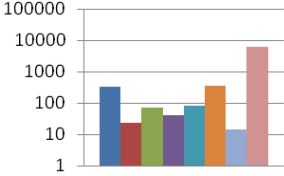
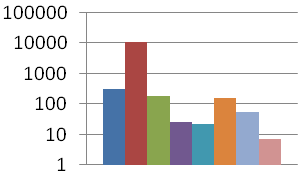
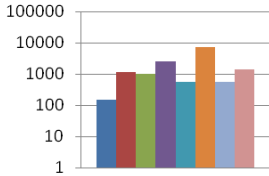
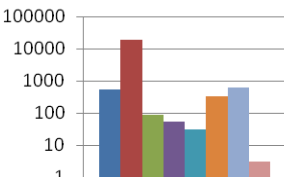
⁸ Não conseguimos fechar todas as informações de senioridade dentro do mapa, em função de que o programa utilizado não consegue associar todos os dados pertinentes a variável, assim a tabela com todos os dados e índices que possibilitam um estudo mais claro da senioridade por período eleitoral foi mais condizente.

PADRÃO DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS: VARIÁVEL POR SENIORIDADE

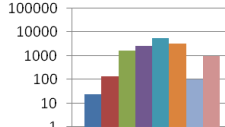
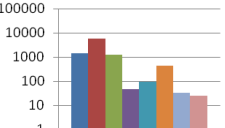
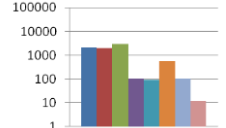
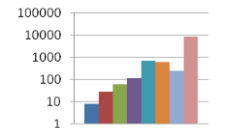
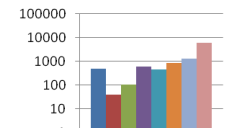
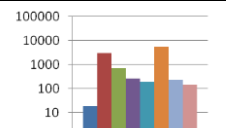
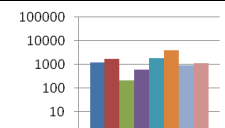
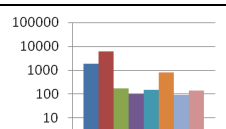
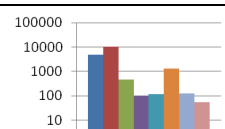
2002/2006/2010 e 2014 (Deputados com único mandato)

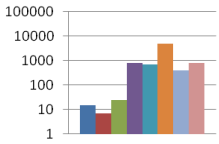
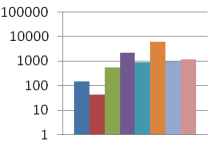
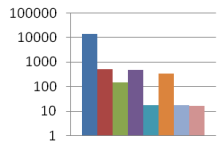
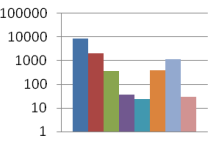
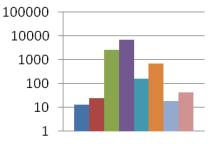
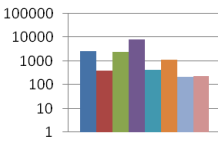
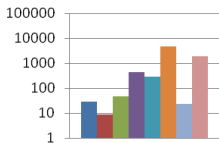
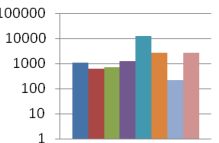
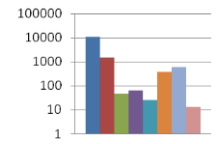
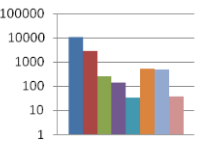
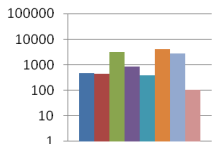
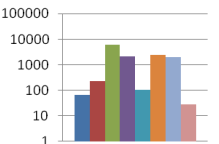
	2002	2006	2010	2014
Eduardo Machado				
Eduardo Siqueira Campos				
Freire Júnior				
João Oliveira				

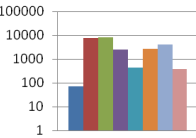
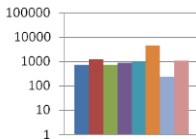
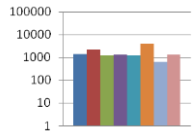
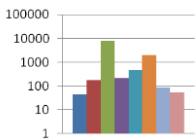
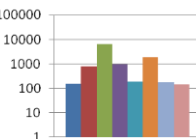
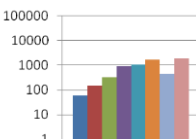
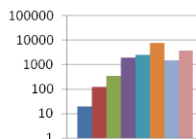
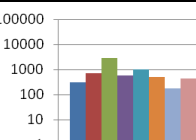
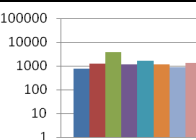
José Viana				
Jorge Frederico				
Júnior Evangelista				
Laurez Moreira				
Palmeri Bezerra				

Paulo Roberto				
Paulo Sidney				
Paulo Mourão				
Valuar Barros				

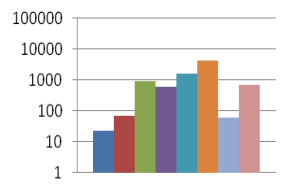
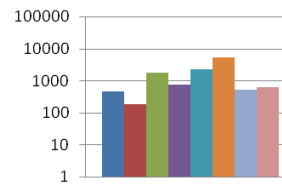
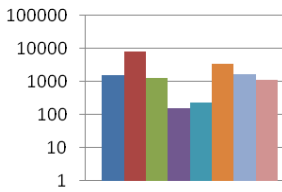
PADRÃO DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS: VARIÁVEL POR SENIORIDADE
2002/2006/2010 e 2014 (Deputados com dois mandatos)

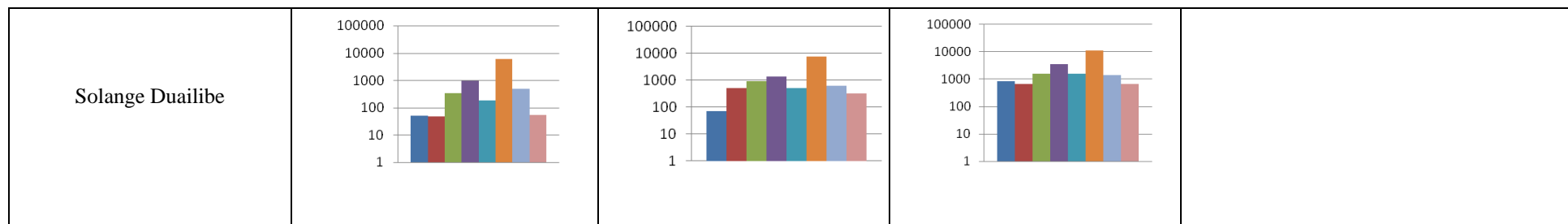
	2002	2006	2010	2014
Angelo Agnolin				
Amália Santana				
Cacildo Vasconcelos				
Carlos Gaguim				
César Halum				

Fábio Martins				
Fabion Gomes				
José Geraldo				
Jose Nunes				
José Bonifácio				
Júnior Coimbra				

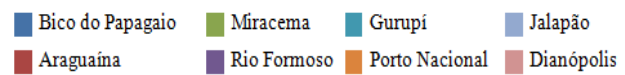
Raimundo Palito				
Sandoval Cardoso				
Sargento Aragão				
Stalin Bucar				
Toinho Andrade				
Zé Roberto				

PADRÃO DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS: VARIÁVEL POR SENIORIDADE
2002/2006/2010 e 2014 (Deputados com três ou quatro mandatos)

		2006	2010	2014
Eduardo do Dertins				
Eli Borges				
Luana Ribeiro				
Raimundo Moreira				



MICRORREGIÕES



de seus pleitos. Essa dominância deixa de existir à medida que aumenta o número de mandatos do deputado. Visto pelo modelo distributivista esta situação é um tanto instigante, já que a mesma deveria ser sinônimo de concentração de votos e não de desconcentração. Em tese, era de se esperar que o deputado mantivesse seus redutos ou até mesmo ampliasse sua dominância nos seus territórios a medida que os períodos eleitorais se acumulassem, Analisando pelo que, hipoteticamente foi levantado poderíamos concluir que: o parlamentar ao se eleger com número de votos significativos em seus redutos eleitorais construiria uma relação de dependência mútua com esse reduto e de busca por benefícios às cidades correspondentes aos mesmos, muito comum a prática aqui já suscitada do pork-barrel e casework, que é muito utilizada no modelo distributivista.

Outra situação muito nítida é que no exercício do mandato, o deputado direcionaria seus esforços para transferir recursos e benefícios do poder executivo a esses redutos, como forma de recompensar os seus eleitores daquele reduto pelos votos nas eleições passadas e, principalmente, garanti-los no próximo processo eleitoral. Do mesmo modo os parlamentares lutam ou esperam que outros novos eleitores possam votar nele na próxima eleição, caso típico já estudado aqui na variável por período eleitoral do Deputado Eduardo do Dertins, que aliás é o mais senil de todos os deputados hoje na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Eduardo do Dertins sabiamente conseguiu estabelecer uma relação de muita proximidade com suas bases eleitorais e amplificou a mesma ao longo de sua carreira política e mantendo um equilíbrio de votos com uma média de 2,35; isso mostra que ele obteve capilaridade em outros municípios que não o elegeram no seu primeiro mandato, podendo ser observado nos mapas (1, 2, 3 e 4) por período eleitoral em que vemos que ele se conquista votos por todo o estado a cada processo eleitoral, é de longe o parlamentar mais situado nessa prática eleitoral distributivista.

Há de salientar aqui, que o que sugere os dados são práticas distributivista não só nos redutos eleitorais já dominados, mas sim em novos redutos, pois não existe recompensa direta com a transferência de recursos pelos votos dados ao parlamentar em seus redutos iniciais, condizente a isso, o

parlamentar acaba então por optar na sua atuação distributivista de fazer transferências de recursos e benefícios de emendas para aqueles, adotando uma estratégia de maior distribuição dos recursos aos quais tem acesso. O resultado, com isso, será a diminuição, pela senioridade de sua dominância em seu primeiro reduto eleitoral, não por que o distributivismo não está sendo utilizado ou produzindo resultados esperados, mas sim por que ao passo que ele distribuiu seus recursos em mais lugares, ou seja, amplia seu território de disputa eleitoral, ele está sendo recompensado eleitoralmente. Compreendemos assim, que o distributivismo, neste caso, não estaria diminuindo porque o deputado não está transferindo recursos exclusivamente para suas bases eleitorais já estabelecidas e organizadas, mas sim, utilizando seus recursos para ampliar as mesmas, conquistando novos eleitores e novos territórios por disputas eleitorais, onde possivelmente ele nem existia ou tinha pouca significância eleitoral.

Ames (2003, pg 235) diz que “*esse comportamento é paroquialista e seu sentido é de transferência de recursos para recompensar os redutos eleitorais pelos votos da última eleição*”. Mas o que notamos em função dos dados analisados é que isso não é tão claro assim, pois o que vem acontecendo é que o comportamento distributivista passa a ser um instrumento de conquista de novos eleitores em novos territórios, dessa maneira os deputados tendem a buscar novas bases eleitorais como forma de assegurar sua reeleição, buscando conquistar eleitores em regiões que até então nunca tinham competido e que são novas em relação àquelas que sempre asseguraram sua cadeira na assembleia legislativa.

Isso tudo ocorre por intermédio dos elementos que compõem o processo de projeção do parlamentar, através do exercício de seu mandato e por meio da destinação das emendas orçamentárias que são moeda importantes para o parlamentar na eleição.

Salientamos Independentemente disso, que não apenas a partir desses dados que os parlamentares não constroem outras ou novas práticas que possam permear a prática distributivista, nem que a noção de conexão, fortalecimento o criação de redutos eleitorais não seja possível dentro do comportamento legislativo. A análise dos dados demonstra que a necessidade

de se relativizar a força do distributivismo dos parlamentares que se faz forte junto às bases eleitorais como um instrumento de manutenção do poder do parlamentar para angariar votos junto a suas bases eleitorais é de suma importância, pois só assim poderemos entender as nuances que cercam as disputas territoriais que nascem a cada processo eleitoral e que se manifestam nos resultados de votação dos parlamentares.

A princípio podemos novamente construir uma hipótese que pode ser elemento de uma nova pesquisa e que possivelmente poderá nos levar a um estudo mais profundo em outra etapa de estudo acadêmico, que é a de que esses dados são possivelmente instigantes na compreensão de que os deputados, na verdade, não estão ampliando ou mantendo suas bases, pois a política distributivista não é tão coerente para o padrão de votação de senioridade, mas o que se projeta é uma diversificação de suas bases eleitorais.

Costuma-se, tantas vezes preconceituosamente, distinguir as regiões do país e mesmo de cada estado pelas tendências do voto, com se isso fosse mais um dado natural, um fato da geografia, e não o resultado de uma dada forma de organização.

(Milton Santos – O Espaço Cidadão)

5 CONCLUSÃO

Quando do início de nosso trabalho acadêmico tínhamos uma proposta de analisarmos as disputas territoriais nos processos eleitorais, que se deram entre os anos de 2002 a 2014, para os pleitos estaduais a partir da organização dos chamados redutos eleitorais com uma conexão com as Leis Orçamentárias, pelas quais hipoteticamente trariam aos deputados um poder maior para disputar as eleições. Todavia as dificuldades encontradas na busca de informações dentro da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins acabaram por nos levar apenas à análise dos dados eleitorais disponíveis no TRE-TO, e que traduzidos, puderam dar a compreensão do comportamento dos parlamentares no Estado do Tocantins, bem como as relações que eles estabelecem com seus eleitores a partir da construção de seus redutos eleitorais.

Ao fazermos empiricamente o cruzamento de dados e análises dos mesmos nas oito microrregiões constituídas pelo IBGE para o Estado do Tocantins, com a devida atenção a todos os deputados eleitos nos quatro pleitos eleitorais estudados (2002, 2006, 2010 e 2014), conseguimos por meio das variáveis estudadas, como os processos eleitorais, perfil ideológico, origem do parlamentar e sua senioridade puderam constatar que o processo de disputas nesses pleitos eleitorais foram sim condizente ao que tínhamos como objetivo de determinar, que são suas práticas e formas de se fazer política eleitoral.

Seguindo a literatura pertinente à geografia eleitoral e seus estudos afins, buscamos ler e analisar os dados do TRE-TO em relação ao perfil de votação dos parlamentares, por seus períodos, através das formas e critérios em que os mesmos atuam dentro de cada período ou processo eleitoral na busca de seus recursos que os mesmos tem junto a própria casa legislativa e ao poder executivo. Dessa maneira acabamos por completar a taxonomia já pré-estabelecida por Ame (2003) e Carvalho (2003), dando a ela as características de perfil de cada legislador a partir de suas práticas políticas.

Todo nosso estudo pressupõe ser novo para o Estado do Tocantins, pois ao longo de nosso trabalho usamos uma metodologia diferente, para qualquer estudo ora feito em nosso estado, para medir de forma mais precisa as variáveis que determinamos como sendo norteadoras do trabalho. Partimos didaticamente da utilização de um índice de cálculo que mostrou como os deputados promovem suas disputas eleitorais e avançam em seu territórios a cada disputa eleitoral que se caracteriza de maneira singular, pois as mesmas a cada processo eleitoral tinham seus métodos e práticas de processo eleitorais reelaborados.

Não foi preciso além do índice estudado – índice de RAE invertido, para obtermos os dados necessários para uma análise minuciosa dos avanços e recuos nas disputas territoriais de cada parlamentar eleito, dentro de cada uma das variáveis estudadas por nós.

A leitura desses dados ratificou a literatura sobre geografia eleitoral já estabelecida no Brasil, especialmente os estudos feitos por Carvalho (2003) e Ames (2003) sobre o comportamento parlamentar e suas práticas cotidianas dia a dia diante do cenário político que aí está, mas que acabou por dar também alguns apontamentos pertinentes ao comportamento parlamentar dentro do estado do Tocantins, especialmente no que concerne aos padrões de disputas de algumas microrregiões como é o caso das microrregiões de Porto Nacional, Dianópolis e Gurupi que têm sofrido ao longo dos processos eleitorais mudanças sistemáticas pelo viés das disputas eleitorais.

Vimos, ao estudarmos as microrregiões, que a força e controle político das chamadas oligarquias ainda é muito viva sobre os eleitores, todavia surge

um processo novo, mesmo tendo como personagens essa oligarquia ainda muito bem manifestada na política do estado do Tocantins e que tem se profissionalizado a cada processo eleitoral, e que as tornam mais caras do ponto de recursos financeiros e de desgastes políticos, além é claro de concentrá-las geograficamente, pois as informações que chegam hoje aos eleitores são cada vez mais volumosas em função de uma complexa rede de informações, advindas das novas tecnologias de comunicação, como é o caso da internet e suas redes sociais.

A concentração de votos ainda é muito expressiva, especialmente quando observamos a variável de senioridade, pela qual notamos que os deputados eleitos em seus primeiros pleitos, significadamente até o segundo, obtém um conjunto de números de votos altamente concentrados em poucos municípios, mas os parlamentares eleitos a partir de seu terceiro mandato têm um índice de fragmentação mais acentuado, demonstrando que os deputados mais velhos têm um poder de barganha maior e com uma capacidade de projeção de sua imagem, particularmente o acesso aos meios midiáticos, eventos de inauguração de obras públicas e o próprio conhecimento da máquina pública os garante maiores chances de aprovar emendas. Tudo isso acaba por levar também o parlamentar a garantir o seu capital político diante do executivo, seja ele na esfera estadual como também na federal, já que o mesmo é detentor de um número considerável de eleitores em seus redutos eleitorais, assim a ampliação de suas bases eleitorais cresce a cada pleito eleitoral, conquistando novos votos em regiões ou territórios que antes não estavam entre suas principais bases de votação.

Os deputados vindos do exercício de cargos no poder executivo, seja especialmente no municipal apresentam uma votação concentrada, já os deputados eleitos que tinham cargos na esfera federal e na sua execução mantiveram boa relação com o eleitorado que tinha contato com o mesmo pelo motivo de usar os serviços ou programas promovidos pelo governo federal, apresentam um conjunto de votos dispersos, configurados na taxonomia espacial de disperso concentrado, resultado da distribuição dessas políticas por todo o território tocaninense.

A expressão desse tipo de voto se dá exatamente pela prática comum dos parlamentares que tiveram seu sucesso eleitoral nas urnas, no que foi chamado pela literatura ora estudada de prática de pork-barrel e casework, a qual os parlamentares usam de seus benefícios enquanto figuras que representam o poder executivo, seja ele em qualquer esfera de poder para angariar votos nos redutos eleitorais que eles formam ou pertencem por sua história política.

Outra variável analisada traz exatamente os resultados eleitorais advindos da história pregressa dos parlamentares e que nela a manifestação de suas origens associadas a variável de senioridade, especialmente depois do segundo mandato, demonstram elevados níveis de concentração de votos em seus redutos eleitorais, mais uma vez manifestado pela prática política do pork-barrel e casework, graças aos vínculos dos deputados e a estrutura de poder do executivo que garante a distribuição dos recursos através do orçamento e dos recursos advindos do governo federal na figura expressa do deputado ou deputada. Essa variável apresentou significativamente uma concentração dos votos dos deputados originários da esfera municipal e uma fragmentação dos deputados originários da esfera federal, especialmente os deputados que mantêm vínculos estreitos com o governo da era PT, os deputados oriundos do Partido dos Trabalhadores.

A que salientar que a desconcentração de votos e o aumento dos deputados estudados na variável de perfil ideológico – nominados de centro e de esquerda – ocorreram em função da associação dos mesmos ao governo federal, nos pleitos de 2006, 2010 e 2014, a chamada era Lula e Dilma, na qual os deputados ampliaram consideravelmente seus vínculos com suas bases eleitorais, demandados pela prática do pork-barrel e casework, e tentando se desvincular de seu caráter ideológico, pois esses dados nos fazem perceber que as práticas eram utilizadas tanto por parlamentares de direita, centro ou esquerda para a constituição de seus redutos eleitorais, ampliação ou perpetuação dos mesmos. À medida que os partidos se desvinculam paulatinamente de seus discursos ideológicos, de sua fala programática, eles acabam por conseguir capilaridade eleitoral, com a figura do poder executivo federal, pela diversidade de recursos oriundos de políticas públicas eficazes

implementadas pela era Lula/Dilma. Essas práticas acabaram por toldar o perfil ideológico dos parlamentares por não terem mais um discurso geralmente divisor de opinião pública, pelos quais levantavam bandeiras de temas, podendo gerar a eles uma característica de taxonomia concentrado compartilhado, mas acabaram, portanto a ser um candidato que possibilite a luta em todos os segmentos sociais nas microrregiões do estado, ganhando votos fragmentados por todo território tocantinense. Assim os deputados que elegeram por essas práticas políticas ou com as características dessa variável tenderam a ter seus votos dispersos por todo o território tocantinense, todavia o montante de votos em cada município ao fim do processo eleitoral os faz se aproximar do número de votos dos parlamentares que se manifestam com elevada concentração de votos em determinados e exclusivos municípios que eles detêm força política, graças a sua origem advinda do executivo municipal.

A expressa votação de ex-prefeitos e ex-secretários de governo estadual que concorreram na sua maioria por partidos de direita e centro, nos permite afirmar que as práticas ainda advindas de passados não tão remotos, ao que chamamos de coronelismo são comuns em municípios pequenos e que concentram um número de votos capaz de fazer saltar o deputado que concorre a uma cadeira na assembleia para sua vitória de forma tranquila. Victor Nunes Leal em sua obra *Coronelismo, Enxada e Voto* mostra como esse mecanismo é utilizado:

O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura do “coronel” ocupando o lugar de maior destaque. Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis”.

Outras vezes, o chefe municipal, depois de haver construído, herdado ou consolidado a liderança, já se tornou um absenteísta. Só volta no feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais frequentemente, para fins partidários. A fortuna política já o terá levado para um deputação estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo, ou mesmo

um emprego rendoso na capital do Estado ou da República. (LEAL, 1997, pg. 41 e 42)

Pertinentemente à análise é possível perceber que nos dias atuais aquilo que foi elemento balizador para a perpetuação dessa prática de formação de “Currais eleitorais”, hoje configurados como redutos eleitorais passam por novas formas de elaboração de seu poder e perpetuação, como é o caso já tão explicado e demarcado na prática do pork-barrel e casework, além é claro de que o elemento que os tornavam “coronéis” já não é mais exclusivo a essa camada de dominadores políticos, que são seus níveis escolares, especialmente no que tange a figura do doutor, pois especialmente nos governos Lula e Dilma o alcance de um curso superior por um cidadão comum, especialmente do interior do estado, de um município pequeno e a própria urbanização que chegou aos confins do Brasil, se ele apenas para sua reprodução por intermédio das tecnologias, acabou por tirar o país dessas profundas desigualdades conceituais, gerando assim novas formas de poder entre os políticos brasileiros, mesmo que ainda não sejam tão expressivas ao ponto de findar com o “coronelismo” no país.

Voltando a senioridade, variável importante em nosso estudo, devido esclarecer contundentemente as práticas políticas perpetuadas em cada processo eleitoral podemos perceber a seguinte condição: se entre os deputados eleitos pela primeira vez são mais comuns as votações concentradas, dominantes ou compartilhados, segundo a taxonomia elaborada por Ames (2003) e Carvalho (2003) e reestruturada por nós, já a partir do segundo pleito eleitoral as votações tendem a se espalhar geograficamente pelo estado, ao passo que diminui o recaimento da dominância de votos. Em sua primeira eleição os parlamentares demonstram ter profunda dependência de seus redutos eleitorais associados a suas origens políticas, variável também estudada, as quais contribuem com a maior parte do montante de votos que carrilam no período eleitoral que conseguem se eleger pela primeira vez. Porém sua experiência, à medida que acumula mandatos, ou seja, se torna senil no parlamento, lhe permite expandir suas bases de votos, conquistando eleitores em outras microrregiões conforme analisado na variável explicitada,

dispersando dessa maneira o número de votos e resultando no que já havíamos dito com hipótese, que é a dispersão dos votos em sua dominância, mais comum na primeira eleição.

Essa situação acaba por permitir ao parlamentar, através da senioridade a experiência de expandir seus votos e redutos eleitorais, sendo que por outro lado percebe-se estratégias de expansão das bases eleitorais, dispensando seus votos iniciais naqueles redutos que se constituíram com germes de sua carreira política e dispersando seus votos por novos redutos eleitorais, que na prática acabam por ficar mais baratos eleitoralmente, pois esses não precisam de uma retroalimentação política ou financeira através de recursos oriundos de orçamento ou emendas parlamentares, além de que os mesmos não geram desgastes políticos, já que são novos e que não sabem ainda de todas as artimanhas e práticas políticas desse velho político.

Em um estudo avante sobre senioridade, já com maiores informações processadas pela Assembleia legislativa do Tocantins poderemos analisar se as emendas parlamentares fazem de nossas conclusões preliminares de que elas constituem ferramenta importante para a ampliação dos votos e de estratégia de ampliação dos mesmos para a senioridade do parlamentar. Pois ao medirmos a coerência entre a origem dos votos dos deputados nas microrregiões em que os mesmos obtiveram seus votos e a distribuição dos recursos através de suas emendas orçamentárias nos únicos dois documentos expostos pela assembleia legislativa de forma pública, percebemos que os deputados como forma de recompensar seus votos as fazem justamente em seus redutos nos primeiros dois anos de pleito legislativo, depois acabam por carrilar seus recursos e emendas para novos redutos que em um segundo mandato passam a ser os municípios que ampliaram a base de votos dos parlamentares reeleitos para seus sucessivos pleitos a diante.

De certo modo, percebemos que os parlamentares, por sua experiência acabam por compreender o quão é necessário lutar por mais recursos para novos municípios, pois isso serve mais para conquistar novos eleitores e seus votos, do que para manter antigos redutos eleitorais. Por isso, embora apresentem emendas que priorizam os municípios onde estão seus maiores

redutos eleitorais, na prática acabam por utilizar seus recursos e orçamentos já no final de seus mandatos eleitorais para um novo, ou novos territórios eleitorais, mostrando assim como as influências e disputas eleitorais são condizentes com os processos eleitorais a cada período estudado em nosso recorte temporal.

Essa prática, analisada em cruzamentos das variáveis de perfil ideológico e senioridade pode ser significativamente generalizada, pois é indistinta do perfil ideológico, se caracterizando tanto para os deputados de todas as matizes: direita, centro e esquerda, mostrando que independe de sua situação em relação ao governo, seja ele estadual ou federal, as emendas parlamentares e a aprovação da lei orçamentária favorecendo seus pleitos são ferramentas de manutenção de votos e ampliação dos mesmos, assim os parlamentares independentemente dos municípios que eles colocam recursos, eles acabam por se fazerem livres e flutuarem em novos territórios para a busca de mais votos, caso muito expressivo para o Deputado Eduardo do Dertins em nosso estudo (ver tabela 5), o qual foi eleito por cinco mandatos, levando em consideração o último pleito de 2018, que não está em nosso recorte temporal, portanto não fazendo parte de nossas análises, todavia é figura de atenção, pois o referido deputado é hoje o mais antigo deputado do Estado do Tocantins, resultado óbvio de suas práticas políticas eleitorais, muito bem aplicadas em todos os seus redutos eleitorais, mantendo um equilíbrio de números de votos substanciais para sua perpetuação como parlamentar.

Outra análise pertinente é quando cruzamos os dados da variável de origem com os dados da variável de período eleitoral e conseguimos ver que ainda não conseguimos romper com os processos históricos do Brasil Colonial, especialmente da reprodução da sociedade baseada no poder econômico. A maioria dos parlamentares eleitos é de origem branca, socialmente estabelecida em seus redutos eleitorais, grande maioria vem de famílias influentes em seus municípios ou aqueles que ocupam cargos públicos estratégicos com bem explica Victor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto*: “A maior parte difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunia a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia” (LEAL, 1997, pg 41).

Esse perfil socioeconômico é determinante para afirmarmos que a assembleia legislativa do estado é uma assembleia branca, rica e perpetuadora dos processos políticos que não provocarão rupturas sociais ou avanços democráticos que possam trazer maior equilíbrio social aos cidadãos tocantinenses. Os dados analisados mostram que o papel do distributivismo é muito claro, quando adotada uma política paternalista e cartorial, reduzida a favores aos eleitores, especialmente quando percebemos que a maior parte dos parlamentares eleitos em seus primeiros mandatos, ver mapas 9 e 10, estão ligados aos políticos do executivo municipal/estadual/federal, com 9,58 do votos em 2002 e 2,64 dos votos em 2006 e ou do legislativo municipal/estadual/federal que tem a maioria dos votos em todo estado, com 18,86 em 2002 e 32,87 em 2006, resultado crescente dado pelas práticas distributivista como é o caso do pork-barrel e casework.

Ao afirmarmos todas essas práticas políticas, que muito são nominadas por Lea I(1997) como sendo práticas coronelistas e, que podemos concluir que são na verdade dentro da literatura estudada da escola teórica da Escolha Racional, chamamos de distributivismo, tomado em seu sentido literal na construção dos redutos eleitorais e na distribuição e retribuição aos eleitores por votos dados, não caracterizando de forma precisa o comportamento dos parlamentares do ponto de vista da sua atuação como parlamentar dentro da casa legislativa para uma coletividade da população do estado do Tocantins e pelo que foi “escolhido” para representar. Afinal os interesses particulares da maioria dos parlamentares sempre os fazem preterir o coletivo em favor dos assuntos particulares que possibilitam a perpetuação dos mesmos dentro da política.

Característica marcante das estratégias dos parlamentares no padrão de comportamento dos velhos modelos patrimonialistas e personalistas que tanto é figurado na leitura de Leal (1997):

A lista dos favores não se esgota com os de ordem pessoal. É sabido que os serviços públicos do interior são deficientíssimos, porque as municipalidades não dispõem de recursos para muitas de suas necessidades. Sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como estradas,

pontes, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica. Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna. Os próprios fazendeiros, que carecem de estradas para escoamento de seus produtos e que carecem de estradas para escoamento de seus produtos e de assistência médica, ao menos rudimentar, para seus empregados, acabariam por lhe recusar apoio eleitoral. E o Estado – que por sua vez, dispõe de poucos recursos, insuficientes para os serviços que lhe incumbem- tem que dosar cuidadosamente esses favores de utilidade pública. O critério mais lógico, sobretudo por suas consequências eleitorais, é de dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos. É pois, a fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui, relevantemente, para manter o “coronelismo” na sua expressão governista. (LEAL, 1997, pg 65 e 66).

Assim emendas e orçamentos estão positivamente associados aos acréscimos de votos se forem destinados, portanto aos municípios que certamente terão ligação direta com o parlamentar através de suas lideranças locais e que não estejam associados ao processo eleitoral passado. Mesmo assim é mister que observemos que a associação entre as emendas e construção de novos redutos eleitorais, pelas influências e disputas territoriais não é forte o bastante para ser balizadora da senioridade dos deputados. Assim sempre o deputado por sua insegurança eleitoral tenderá a criar novos redutos, relocando então suas emenda a cada pleito eleitoral para novos municípios.

Dessa maneira, chegamos ao final deste trabalho com o orgulho de que conseguimos dar início a uma leitura mais apurada dos processos políticos eleitorais em nosso Estado, de modo epistemológico, e não mais panfletário ou raso como é comum ainda nas leituras posteriores a cada processo eleitoral. Acreditamos que conseguimos avançar no caminho da ciência, em especial contribuição à Geografia Política Brasileira e do Estado do Tocantins, mas, ainda na busca incansável de um esmero científico para a compreensão das relações de poder dentro da democracia brasileira e, particularmente, no Estado do Tocantins, além é claro, de ter a compreensão de que contribuímos de forma metodológica para melhorar as análises de dados empíricos e de processos eleitorais em nosso Estado, mesmo sabendo de nossas limitações

de conclusões, dadas pela dificuldade de levantamento de informações, já mencionadas ao longo do trabalho e que acabaram por nos conduzir a outro caminho na pesquisa a partir da relação entre o comportamento parlamentar e suas influências e disputas territoriais.

Assim, somos tomados por uma enchente de incertezas e frustrações científicas, alimentada pela convicção de que falta muito para que amiúde possamos fazer pelo processo democrático, que neste momento histórico do nosso país tem vivido uma fragilidade institucional. Portanto, é necessário percorrermos um *sendero* pouco desvendado por suas formas, mesmo arcaicas e, que necessariamente é preciso clarear de forma metodológica através de novas pesquisas científicas na área estudada por nós. Felicita-nos racionar que este trabalho ora concluído é apenas parte de um processo que deve ser dado como uma jornada acadêmica para o aprimoramento da cidadania e do processo democrático em nosso Estado, que vem sofrendo, nos últimos 16 anos por intensas mudanças em seus cenários políticos.

6 REFERÊNCIAS

AGNEW, J. A. (1987) *Place and Politics: The Geographical Mediation of State and Society*. Boston, MA: Allen e Unwin.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*, tradução de Vera Pereira – Rio de JANEIRO, FGV, 2003.

ARENDT, Hannah. *Da violência*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

BORGES, Pedro Célio Alves; OLIVEIRA, Adão Francisco. A região metropolitana de Goiânia e a qualidade da sua representação política. (Notas preliminares a partir das eleições 2010). Comunicação ao 7º Congresso CEISAL, Porto, Portugal – junho 2013.

CARVALHO, Nelson Rojas de. *E no início eram as bases. Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*, Rio de Janeiro, Revan, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia: Conceitos e temas*, Org. Editora União de Editores, Rj.2000.

CASTRO, Iná Elias de, RODRIGUES, Juliana Nunes, RIBEIRO, Rafael Winter. *Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea*. Bertrand Brasil, Faperj, Rio de Janeiro, 2013.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*, Ed. Edusp, 2012.

DOS SANTOS, Diego A. “Geografia do Voto”: Breves apontamentos – 1º Seminário Internacional de Ciências Política. Tema: Estado e Democracia em mudança no século XXI. UFRGS, Porto Alegre, setembro 2015.

FLEISCHER, David V. *Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais – 1966/1974*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 4, 1976.

FOUCAULT, Michel, *Histoire de la sexualité*, 1. *La volonté de savoir*, Paris, Éditiones Gallimard, 1976.

_____. Microfísica do poder: organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.

HEBERLE, Rudolf. Da democracia ao nazismo, Finish, New York 1970.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil - 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEMOS, Leany Barreiro de S. O congresso brasileiro ea distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: V 44, n3, p 561-630, 2001.

LIMONGI, Fernando. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. BIB-Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, v. 37, p. 3-38, 1994.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. Dados, v. 38, n. 3, p. 497-524, 1995.

MAGDALENO, Fabiano Soares. Lei e território em democracias político-representativas. CASTRO, IE et al. Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

NEVES, Adriano Craveiro. Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Piauí.

NICOLAU, Jairo. A conexão eleitoral de uma família política carioca. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 46, p. 180-182, 2001.

PEDERSEN, Mogens. Electoral volatility in Western Europe: 1948-1977. The West European Party System, v. 195, p. 207, 1990. Em Mair, Peter (org.). The West European Party System. Oxford, Oxford University Press. Anotações traduzidas.

RAFFESTIN, Claude; Por uma geografia do poder. Editora Ática, Rio de

Janeiro, 1993.

RATZEL, Friedrich, Geografia dell'uomo (Anthropogeographie). Turim, Fratelli Bocca, 1914.

RIBEIRO, Paulo Sérgio dos Santos; SOUZA, Carlos Augusto da Silva. Padrões Geográficos de Competição Eleitoral no Estado do Pará. Disponível em: <<http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT4-571-460-20100831215053.pdf>>. Acesso em: 25 abril. 2018.

RODRIGUES, Jean Carlos; DOS SANTOS, Robson Francisco Barros; ALVES, Cássio Fonseca. A geografia eleitoral do estado do Tocantins: análise das eleições para governador de 1988 a 2010. GeoTextos, v. 10, n. 2, 2014.

SANTOS, Fabiano; Almeida, Acir. Teoria informacional de relatores na Câmara dos Deputados. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, V 48, N4, p 693-735, Dezembro de 2005.

SAUGO, Josiana Fátima. Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994- 2006. 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SIEGFRIED, A. Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République . Republicação. Paris, Imprimerie Nationale, 1995.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceitos e temas. Org. Iná Elias de Castro et ali. P. 77-116. União de Editores, Rj. 2000.

TERRON, Sonia. Geografia Eleitoral em Foco. Revista Em Debate, Belo Horizonte, V4, n.2,pgs.8-18, maio 2012.

ZOLNERKEVIC, Aleksei. Geografia eleitoral: volatilidade e tendências nas eleições presidenciais de 1989 a 2006. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.